

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
(PPHPBC)
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

BIANCA HARARI

**O PROCESSO DE COCRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DE
CASO DO PARQUE ORLA PIRATININGA**

RIO DE JANEIRO – RJ
2021

BIANCA HARARI

O PROCESSO DE COCRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DE
CASO DO PARQUE ORLA PIRATININGA

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em Bens Culturais e |Projetos Sociais, da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Prof. Dr. Silvia Monnerat Barbosa

RIO DE JANEIRO – RJ
2021

Harari, Bianca

O processo de cocriação de políticas públicas: estudo de caso do Parque Orla Piratininga / Bianca Harari. – 2021.

134 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Silvia Monnerat Barbosa.

Inclui bibliografia.

1. Parque Orla Piratininga (Niterói, RJ). 2. Administração municipal – Participação do cidadão. 3. Políticas públicas. I. Barbosa, Silvia Monnerat. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 712.5

BIANCA HARARI

**“O PROCESSO DE COCRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO DO PARQUE ORLA
PIRATIÑINGA”.**

Dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do(a)
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de
Mestre(a) em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Data da defesa: 14/05/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Presidente da Comissão Examinadora: Prof^o/a Sílvia Monnerat Barbosa


Sílvia Monnerat Barbosa
Orientador

P/ 
Jimmy Medeiros
Membro Interno

P/ 
Tamara Tania Cohen Egler
Membro Externo

Nos termos da Lei nº 13.979 de 06/02/20 - DOU nº 27 de 07/02/20 e Portaria MEC nº 544 de 16/06/20 - DOU nº 114 de 17/06/20 que dispõem sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas presenciais e a utilização de recursos tecnológicos face ao COVID-19, as apresentações das defesas de Tese e Dissertação, de forma excepcional, serão realizadas de forma remota e síncrona, incluindo-se nessa modalidade membros da banca e discente.



Celso Corrêa Pinto de Castro
Diretor

Antonio de Araujo Freitas Junior
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação FGV

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à ajuda de muitas pessoas que me apoiaram pelo caminho, às quais sou imensamente grata. Agradeço à minha mãe, Sonia Groisman, por sempre me apoiar e encorajar em novas empreitadas. À minha irmã, Larissa Harari, por todo apoio e suporte. A Umberto Mignozzetti, por ter apostado no projeto inicial desta pesquisa e a Silvia Monnerat Barbosa, que topou o desafio de pegar essa orientação quase já encaminhada para qualificação e me ajudou imensamente. Às amigas Roberta de Avillez e Ana Luisa Amaral Alves, sempre dispostas a me ouvir desabafar e prontas com conselhos e sugestões. Aos amigos da Viúva Lacerda, que durante a pandemia tornaram esta rua o único refúgio possível. Aos meus colegas de classe, que deixaram o percurso e as tarefas acadêmicas um pouco mais leves, que junto comigo estão enfrentando este desafio de pesquisa durante uma crise jamais vista antes. A Felipe Bandeira, por todo carinho e múltiplas revisões feitas. Agradeço aos entrevistados que, apesar da minha inexperiência, foram muito generosos comigo. E a todos que me incentivaram, de algum modo, a continuar com a pesquisa e a concluir o mestrado. Muito obrigada!

RESUMO

O conceito de cocriação no setor público se refere à adoção de estratégias de desenho de políticas públicas em rede ou envolvendo atores, como a população local e organizações civis, transformando papéis tradicionais entre servidores e cidadãos. Ambos passam a ser responsáveis pelo desenvolvimento de soluções para o bem-estar social. Sua prática já é uma realidade em países como Alemanha e Itália, e no Brasil podemos ver algumas iniciativas com o objetivo de fomentar este exercício de participação cidadã. O presente estudo faz uma análise sobre o projeto do Parque Orla Piratininga, realizado pela Prefeitura de Niterói, RJ, com o objetivo de verificar se a participação cidadã de cocriação no desenvolvimento de políticas públicas levou a um melhor uso do serviço público aplicado. Este estudo é composto de revisão de literatura, de levantamento do material disponível na plataforma online do projeto e de entrevistas com os principais atores envolvidos no projeto. Foi possível evidenciar, através das entrevistas, que a participação popular foi significativa para decisões do projeto, ainda que tenha se dado de forma pontual - concluindo que a cocriação de políticas públicas pode agregar benefícios tanto à população que participa do processo quanto ao órgão público associado. Com o intuito de potencializar este tipo de ação em diferentes regiões do país, foi elaborado um guia de melhores práticas de como se formular algumas práticas de cocriação para engajamento popular.

Palavras-chave: Cocriação, Cocriação e políticas públicas; cocriação e Estado; cocriação e teoria; cocriação na prática, participação cidadã, mobiliário urbano.

ABSTRACT

The concept of co-creation in the public sector refers to the adoption of public policy design strategies in networks or involving actors such as the local population and civil organizations, transforming traditional roles between public servants and citizens, both of whom become responsible for developing solutions for social welfare. This practice is already a reality in countries such as Germany and Spain, and in Brazil we can see some initiatives aimed at fostering this exercise of citizen participation. This study analyzes the Parque Orla Piratininga project, carried out by the City of Niterói, RJ, with the objective of verifying whether co-creative citizen participation in the development of public policies has led to a better use of applied public service. This study is composed of a literature review, a survey of the material available on the project's online platform, and interviews with the main actors involved in the project. The interviews made it possible to demonstrate that popular participation was significant for project decisions, even though it was not carried out through the whole project development, concluding that the co-creation of public policies can bring benefits both to the population participating in the process and to the associated public agency. In order to enhance this type of activity in different regions of the country, a best practice guide on how to formulate some practices of co-creation for popular engagement was prepared.

Keywords: Co-creation, Co-creation and public policies; co-creation and State; co-creation and theory; co-creation in practice, citizen participation, urban furniture

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ONGs - Organizações não Governamentais ONGs

SMARHS - Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade

PRO-Sustentável - Programa Região Oceânica Sustentável

ICLEI - Local Governments for Sustainability

Organização Mundial de Saúde, OMS

AMAC – Associação de Moradores e Amigos do Cafubá;

AMAF – Associação dos Moradores e Amigos da Fazendinha;

AMJO – Associação de Moradores do Jardim Oceânico;

AMORBELA – Associação de Moradores e Amigos da Beira da Lagoa de Piratininga;

PUMA – Piratininga Unida Moradores Associados;

APA - Área de Proteção Ambiental

UC - Unidade de Conservação

SERLA - Superintendência Estadual de Rios e Lagoas

CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução populacional em Niterói e sua região Oceânica. Fonte IBGE 2011

Tabela 2 – Obras por trecho (Projeto Conceitual – Volume II)

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa de Niterói

Imagem 2 – Sistemas hídricos das Lagoas de Piratininga e Itaipu - Apresentação da oficina Parque Orla Piratininga (SMARHS)

Imagem 3 - Mapa da organização social da Lagoa de Piratininga - Apresentação da oficina Parque Orla Piratininga (SMARHS)

Imagem 4 - Mapa de trechos - Apresentação da oficina Parque Orla Piratininga (SMARHS)

Imagem 5 e 6 – Oficina de cocriação com lideranças comunitárias desenvolvida pela SMARHS – facilitadores e participantes montam o mapa de equipamentos urbanos no entorno da Lagoa de Piratininga – Blog do Axel 2017

Imagem 7 – Mapa do Projeto Urbanístico, Social e Ambiental do Canto de Itaipu

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	18
2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DISCUSSÃO.....	18
2.2 METODOLOGIA	27
2. 2. 1 ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO PROJETO DO PARQUE ORLA PIRATININGA	29
3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO	59
4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	60
5. APLICAÇÃO DO PRODUTO	71
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES	74
8. BIBLIOGRAFIA	78
9. APÊNDICES	85

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Lotta, nos últimos anos o desenho e a implementação de políticas públicas vêm ganhando novos arranjos que envolvem redes e parcerias com atores não estatais, como organizações não governamentais (ONGs) e empresas privadas. Simultaneamente, as recentes crises políticas, sociais e econômicas colocaram em xeque as estruturas governamentais (PIRES ET AL, 2018). Diante a exposição de crimes de corrupção, falta de transparência e responsabilidade dos governantes, a sociedade, de maneira geral, não confia nos políticos eleitos. Há uma demanda por mais transparência, participação e serviços de alta qualidade. Para supri-la, governos municipais, estaduais e federal, no Brasil, estão começando a adotar estratégias de desenho de políticas públicas em rede ou envolvendo os mais diversos tipos de parcerias, num processo de coprodução e cocriação (LOTTA, FAVARETO, 2015).

O presente trabalho desenvolve uma análise acerca do projeto Parque Orla Piratininga, realizado em 2017 pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS) e pela Secretaria Executiva da Prefeitura de Niterói, desenvolvido em conjunto com a população do entorno da Lagoa de Piratininga, e como este incluiu processos de cocriação em sua elaboração. O trabalho apresenta entrevistas realizadas com os principais atores no desenvolvimento do Parque Orla e uma revisão da literatura disponível sobre seu processo de construção e de artigos científicos das áreas de participação cidadã e política pública. Ao exemplificar a construção de um projeto de cocriação para o espaço público urbano, que envolve a participação cidadã, avaliando-o, pontuando conquistas, entraves e limitações, se propôs ao final produzir um produto que auxilie no desenvolvimento de projetos com essa política.

A escolha do tema se deve ao interesse da pesquisadora pela relação construída entre cidadãos e a cidade, como o indivíduo pode ter gerência sobre o território e como este influencia sua experiência como cidadão. Psicóloga de formação, o interesse pelas relações humanas sempre esteve no centro do campo de estudo de pesquisa passando posteriormente a considerar as relações com o território e como este é construído e percebido pelo indivíduo. O tema da cocriação chamou atenção durante o período de trabalho na ONU-Habitat, agência da ONU que atua em prol do desenvolvimento urbano social, econômico e ambientalmente sustentável e promove a moradia adequada para todos, enquanto trabalhava com projetos que buscam o desenvolvimento de uma participação cidadã ativa e uma democracia mais participativa, e na construção ou reformulação entre cidadãos e estado.

Para pôr em prática um projeto político de cocriação, entende-se como necessário a participação cidadã, um direito, garantido pela Constituição Federal de 1988 que assegura a atuação da sociedade civil na gestão de políticas e programas promovidos pelo Governo Federal. A participação cidadã pode ser percebida como uma ferramenta da democracia, onde as opiniões da população são um importante pilar na construção de um plano de governo e na construção de políticas públicas. Ao propor uma maior participação popular na criação de políticas públicas, o representante eleito, independente do seu nível de atuação - municipal, estadual ou federal -, assume responsabilidades a mais com seus constituintes, prometendo-lhes ainda mais do que no período de campanha.

Assim, podemos entender que políticas de cocriação, em um primeiro momento, são como políticas de governo, mas, se bem-sucedidas e eficientes, podem se tornar políticas de Estado, orientadas por ideais que transcendem governos e que se mantêm no longo prazo. Para esta pesquisa, exemplos desta natureza só foram encontrados fora do Brasil, como na Alemanha e na Itália.

Quando nos referimos a cocriação, descrevemos o processo colaborativo de geração de valor, originalmente usado para se referir ao setor privado na prestação de serviços e produtos. Ao ser empregado no setor público, o conceito muda os papéis tradicionais entre servidores e cidadãos, ambos passam a ser responsáveis pelo desenvolvimento de soluções com as pessoas e para as pessoas. A cocriação já é uma prática em países desenvolvidos e, há muito tempo, vem sendo discutida como política pública. Como citado por Brandão (2000), “no debate da cidade a participação é elemento essencial”, no entanto, “o cidadão não pode participar somente no início e no final do projeto, deve participar no processo”. Para Remesar (2000), apesar da participação pública em projetos de espaços públicos serem discutidas desde a década 1960, e das teorias contemporâneas enfatizarem a importância da participação na constituição da cidadania, na prática o que resta ao cidadão é julgar o projeto desenvolvido e quando este sai do papel na sua construção final.

Já William Voorberg e seus colaboradores (2017) afirmam que estes processos muitas vezes são vistos como um fim em si mesmo, e não configuram de fato uma nova estratégia de modernização ou reforma para o setor público. Bovaird e Loeffler (2012) ainda destacam que, apesar dos mecanismos de cocriação e da coprodução existirem há muitos anos, foi apenas recentemente reconhecido como um *asset* capaz de agregar valor à produção e aos resultados de políticas públicas aplicadas inicialmente nos Estados Unidos e na Europa. Apenas em anos

mais recentes podemos ver alguns exemplos surgindo no Brasil, como o estudo de caso aqui descrito.

No Brasil temos exemplos de organizações civis, como o [TransLAB.URB](#), coletivo de Porto Alegre, o [Instituto A Cidade Precisa de Você](#) de São Paulo, o [Coletivo Massapê](#) de Recife e o [COURB](#) em Brasília, que buscam, cada uma a sua maneira, potencializar o chamado ativismo cidadão, com foco no direito à cidade - ou seja, a participação cidadã no acesso aos equipamentos de lazer e cultura do espaço urbano. Interessante notar que estas organizações podem ser diferenciadas por sua fonte de receita. Enquanto o Coletivo Massapê e o TransLAB.URB participam de editais de organizações provadas para colocar em prática seus projetos urbanísticos colaborativos no resgate de espaços públicos, o Instituto A Cidade Precisa de Você e o COURB são organizações sem fins lucrativos que desenvolvem planos, programas, projetos e pesquisa integrados a capacidade de governos locais nas áreas de mobilidade, planejamento urbano e políticas públicas. O material acerca dos projetos realizados por estas organizações proveu insumos para o guia de melhores práticas proposto ao final desta pesquisa.

Vemos surgir no país também números cada vez mais significativos de Laboratórios de Inovação de Governos, como por exemplo os do Estado de São Paulo, que atualmente conta com três iniciativas deste tipo: o [iGovLab](#), que busca soluções para aumentar a eficiência e a abrangência das políticas da gestão estadual; o [Laboratório de Mobilidade Urbana da Prefeitura de São Paulo](#), que propõe novas maneiras de se pensar a mobilidade na cidade trazendo conceitos de startup, como a customização e agilidade para o setor público, e o [iNovaJusp](#) da Diretoria do Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de São Paulo, sendo um programa de gestão baseado na construção coletiva de ações que promovam mudanças na operacionalidade das atividades administrativas, propiciando melhores resultados ao serviço público prestado; e o [G.Nova](#), laboratório pioneiro do governo federal brasileiro. Montado a partir das experiências do governo da Dinamarca, nasceu da parceria entre a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e o próprio governo da Dinamarca com a intenção de ser um espaço para o desenvolvimento de soluções com menos burocracia e mais eficiência para os serviços públicos no Brasil.

Apesar de a cocriação estar alinhada às tendências globais de movimentação popular e reivindicação por participação, seu estudo ainda pode ser entendido como um fim em si mesmo, pois não se tem a verificação a longo prazo de seu impacto na vida da população geral e sua eficácia real, ainda de acordo com Voorberg (2017). Permanece o questionamento: a quem se

dirige a participação nesta cocriação? Quem é a população que tem acesso aos locais abertos com este intuito e direito a voz? Outro foco de atenção se refere ao espaço público cocriado: como este é definido e quais outros interesses podem ser verificados no território, além do melhoramento visual, seja ele de acesso ao transporte ou até à valorização imobiliária? Questões que se mostraram presentes no estudo de caso pesquisado. Como veremos, apenas uma pequena parcela da população do entorno da Lagoa de Piratininga, de fato, participou da oficina de cocriação proposta pela SMARHS. Seriam estas suficientes para representar a opinião de todos? Haveria representantes de todas as camadas sociais? Quais interesses poderiam estar representados ali?

Ainda é necessário não apenas mais práticas, como mais estudos que possibilitam essa gama de conteúdos sair da teoria para o cotidiano. Se faz necessário então, verificar sua eficácia e a mudança gerada na relação entre o poder público e a população geral. Testaremos a hipótese que defende que a participação cidadã no desenvolvimento de políticas públicas por meio da cocriação leva a um melhor uso do serviço público aplicado, neste caso focando na aplicação de mobiliário urbano. Ao mesmo tempo, questionando como é possível garantir uma participação mais profunda e global, e o que torna um projeto de cocriação um sucesso, se há, e quais são as métricas utilizadas para tal?

A escolha do projeto do Parque Orla Piratininga como estudo de caso se deu por ser um dos poucos projetos com viabilidade de visitação, à época em que a pesquisa foi iniciada, elaborado pela utilização da metodologia da cocriação, bem como por ser uma iniciativa de secretarias dentro do governo. O projeto foi apresentado à pesquisadora por intermédio de um ex-funcionário da SMARHS, que facilitou o contato inicial com a Secretaria. O Parque Orla Piratininga é um dos empreendimentos do Programa Região Oceânica Sustentável (PRO-Sustentável), que teve como objetivo promover a sustentabilidade ambiental da Região Oceânica de Niterói. Buscando se adequar às novas metodologias e tecnologias vigentes em torno da Lagoa de Piratininga, uma área de preservação e recuperação do ecossistema da região está sendo implementada, bem como a instalação de mobiliário urbano para uso da população. O Programa, apesar de estar inserido no plano Estratégico de Desenvolvimento de curto, médio e longo prazo para próximos 20 anos da cidade - nomeado *Niterói que Queremos* - que, disponibilizado pela Prefeitura de Niterói, visa prepará-la para os desafios atuais e futuros. Entretanto durante a pandemia, não foi possível contato com os atores envolvidos para se ter ciência de sua evolução. O projeto analisado foi definido pelos entrevistados como um que se diferenciava dos demais projetos da Prefeitura pelo esforço demonstrado de buscar melhorar não

apenas a qualidade do serviço entregue, mas também a qualidade de vida das pessoas, colocando em prática uma perspectiva diferenciada de como as organizações públicas podem resolver problemas complexos contemporâneos. A cidade de Niterói possui 52 bairros registrados e é dividida em 5 (cinco) macrorregiões administrativas: Praias de Baía, Norte, Pendotiba, Oceânica e Leste. Abaixo o mapa da cidade chama atenção para os bairros de Piratininga e Itaipu mencionados nesta pesquisa.



Imagem 1 – Mapa de Niterói, Fonte: CLIN - Companhia de Limpeza de Niterói

O projeto teve ainda repercussão internacional e deu visibilidade à cidade de Niterói, em decorrência do mesmo. O projeto foi apresentado no *Connective Cities Dialogue Event: Climate Proofing Urban Development*, promovido pelo *Connective Cities*¹ e pelo governo alemão, através do *Federal Ministry for Economic Cooperation and Development*. Niterói foi a única cidade do Brasil convidada para o evento, que também teve Buenos Aires (Argentina) e

¹ A Connective Cities é uma parceria entre a Associação das Cidades Alemãs (Deutscher Städtetag), a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e a Service Agency Communities in One World). Esta comunidade elabora práticas para o desenvolvimento urbano sustentável e é apoiada pelo Ministério Federal Alemão para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (BMZ).

a Cidade de Mérida (México), convidadas na América Latina. O convite para Niterói deveu-se à repercussão internacional da experiência da cidade em políticas públicas para a sustentabilidade urbana, adaptação e resiliência climática. Foi apresentado também no *Urban ByNature Programme*, desenvolvido pelo *Local Governments for Sustainability (ICLEI)* onde foi demonstrado o processo de cocriação de soluções baseadas na natureza.

A presente pesquisa se propõe a investigar como políticas públicas relativas à gestão urbana e mobiliário urbano - ou seja, equipamentos instalados ao redor da cidade disponíveis à utilização do público geral, como pontos de ônibus, bancos, ciclovias, entre outros - podem ser elaboradas em conjunto com seus beneficiários pelo processo de cocriação. Busca-se avaliar como este processo de cocriação definiu os contextos, demandas e condutas do projeto Parque Orla Piratininga, assim como que se deu o engajamento da população local pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade - secretaria responsável pela elaboração do projeto - e como esta relação se mantém. A pesquisa, no entanto, sofreu limitações de acesso devido à pandemia mundial desencadeada pelo Covid-19 ainda no primeiro semestre de 2020, que impossibilitou a visita de campo e o contato com moradores locais sobre suas impressões, não apenas acerca das obras propostas pelo Parque Orla Piratininga, mas como eles veem este movimento de melhoramento do entorno, considerando conflitos no território e obras não entregues ou sem manutenção do passado. Além disto, o fato da referida oficina de cocriação já ter ocorrido e não ser possível contatar todos seus participantes, salvo alguns representantes das secretarias responsáveis do atual governo do partido PDT e do líder comunitário proeminente da região que aceitou falar com a pesquisadora. Este, por sua vez, também é funcionário do governo, sendo próximo do atual prefeito há diversos anos, acompanhando sua carreira política.

Renomeado como Parque Orla de Piratininga Alfredo Sirkis (POP), em homenagem a Alfredo Sirkis, ambientalista e ex-deputado falecido em um acidente de carro em julho de 2020. O Parque tinha suas obras marcadas para iniciarem em abril daquele ano, porém foram mais uma vez suspensas devido aos cuidados já citados decorrentes da deflagrada pandemia do Covid-19. Em agosto, o então prefeito Rodrigo Neves recebeu a Autorização Ambiental emitida pelo INEA para início das obras, previstas para serem entregues em março de 2021. No entanto, devido aos novos atrasos, o prazo para entrega do projeto foi estendido para setembro de 2021. Estas obras serão executadas pelo Consórcio Orla Verde, vencedor do processo licitatório promovido pela Prefeitura de Niterói, através da Unidade de Gestão de Projetos do Programa Região Oceânica Sustentável (UGP PRO Sustentável), vinculado à Secretaria Municipal de

Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão (SEPLA). Até o momento foi instalado o primeiro jardim filtrante no entorno da Lagoa. No entanto, ainda em dezembro de 2020, a Comissão de Saneamento Ambiental (COSAN) da Alerj entrou com uma representação no Ministério Público do Estado do Rio (MPRJ) pedindo o embargo das obras do Parque Orla de Piratininga. Após receber denúncias de irregularidades, a COSAN vistoriou o local em novembro, junto ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA), e encontrou indícios de que os trabalhos no canteiro de obras estão colocando em risco espécies endêmicas. Ainda às margens da Lagoa de Piratininga, o grupo indicou problemas na obra de desobstrução do Túnel do Tibau, que sofreu um desmoronamento da margem. A instituição identificou que o processo de licenciamento do Parque Orla não continha um estudo sobre a proteção da fauna local e decidiu pelo embargo da obra. A Prefeitura de Niterói divulgou uma nota informando o cronograma das obras da ciclovia, marcado para início de março de 2021, além de 17 praças com equipamentos esportivos e de lazer. Entre as ações já realizadas, no final de 2020 e início de 2021, incluem-se o manejo de desapropriações e infraestrutura de replantio. As obras dos sistemas de alagados com jardins filtrantes nas bacias dos rios Cafubá, Arrozal e Jacaré estão em vias de serem implementadas. A construção deles seguirá em paralelo à reurbanização e às obras das praças em volta da lagoa.

Optou-se por focar na elaboração e no desenho de espaços públicos pelo processo de cocriação, onde papéis tradicionais atribuídos aos servidores e cidadãos passam por uma ressignificação. A Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade de Niterói, ao desenvolver o Parque Orla Piratininga, optou por envolver os moradores do entorno do projeto por meio de conversa ao longo do território e comunicação através das associações de moradores do entorno. No entanto, de acordo com a equipe da Secretaria, estas conversas não seriam suficientes para atingir um grande número de moradores e ter opiniões suficientes para indicar um consenso. Como uma das entrevistadas pontuou, foi “necessário descer mais um nível” para conseguir falar diretamente com os moradores. A proposta de uma oficina de cocriação se deu no intuito de atingir um maior número de pessoas. No entanto, apesar de possibilitar que os moradores se posicionassem, a oficina foi tímida, com menos pessoas do que esperado.

Usando esta experiência como estudo de caso e exemplos das organizações civis mencionadas acima foi elaborado um guia de melhores práticas para construção de oficinas e atividades de cocriação com foco no espaço urbano. Este guia visa reunir metodologias de apoio a iniciativas de cocriação dentro e fora da esfera pública, e descrever boas práticas para

servidores facilitarem este tipo de atividade, diminuindo assim riscos de possíveis falhas de comunicação. Mais especificamente, verificou-se as estratégias utilizadas pelos gestores para cocriação do projeto Parque Orla Piratininga, em Niterói. Através de entrevistas com representantes de diferentes esferas que participaram da oficina, foi possível realizar uma análise sobre esta atividade e sua efetividade, assim como refletir sobre como o processo de cocriação se diferencia de outras formas de participação cidadã. O guia supracitado também teve como referências publicações científicas e documentos de outras experiências exitosas, bem como os resultados da análise do Projeto Parque Orla de Piratininga deverão ser utilizados como um instrumento norteador para boas práticas da política pública de cocriação. Ao final da pesquisa o Guia de Melhores Práticas de Cocriação em sua integridade é apresentado e em anexo está exposto o conteúdo e o sumário executivo da publicação.

Para elaboração do Guia também foram analisados outros dois projetos realizados pela Prefeitura de Niterói. O Projeto Canto de Itaipu, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Modernização da Gestão (SEPLAG) em 2013 totalizou 23 encontros com a população para o desenvolvimento do plano do projeto e elaborou um Termo de Validação assinado como garantia do acordo pela comunidade de Itaipu, entidades estaduais, federais e municipais vigentes. O projeto, no entanto, só teve suas obras realizadas em 2019; e, para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 da cidade de Niterói, a Prefeitura utilizou o aplicativo Colab.re, uma plataforma digital que promove a participação cidadã, oferecendo um canal de comunicação com o poder público de forma facilitada, onde os cidadãos podem publicar as demandas que identificam na cidade.

Esta pesquisa tem o objetivo de verificar as consequências da metodologia de cocriação na elaboração de políticas públicas, a partir da análise de dados e estudo de caso do Parque Orla Piratininga em Niterói e terá como produto um Guia de Melhores Práticas de Cocriação, descrevendo os principais passos e ações necessárias para a realização de atividades e projetos desta metodologia, desenvolvido com intuito de facilitar sua aprendizagem e utilização.

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DISCUSSÃO

Com a evolução dos meios de comunicação e da internet, a tecnologia passa a ser vista como um instrumento capaz de expandir a prestação de serviços públicos, bem como de ampliar a participação cidadã nas decisões governamentais. O Estado Brasileiro, através da Política Nacional de Participação Social, instituída pelo Decreto N° 8.243, de 23 de maio de 2014, destaca que:

A política abre caminho para as novas formas de participação social, por meio das redes sociais e dos mecanismos digitais de participação via internet que colocam o Brasil à frente na agenda internacional de participação social, conferindo protagonismo aos novos movimentos sociais em rede (BRASIL, 2014).

Apesar das críticas referentes à sua acessibilidade, uso e privacidade de dados, as possibilidades decorrentes de uma maior agilidade e facilidade de participação têm sido consideradas como fatores de grande relevância para mobilizar novas estratégias de participação digital.

Estas, porém, não sobrevivem apenas na esfera digital. É necessário que sejam realizadas no campo físico (Remesar, 2005). Para uma estratégia de mobilização ser eficiente, ela precisa incluir encontros presenciais - plenárias e workshops - e a uma articulação em rede de usuários. Como afirma Remesar (2005), “a rua, as praças e os parques são o (...) local da expressão da cidadania mediante a sua ocupação e manifestação de inquietações”. No caso do Parque Orla Piratininga, veremos como estes encontros se deram em diferentes momentos. Inicialmente encontros “não oficiais” - ou seja, não planejados no escopo do projeto - durante o mapeamento do território por parte da equipe responsável pelo projeto e posteriormente incorporados ao desenho do parque por meio de oficinas e atividades realizadas com os diferentes públicos contidos nele.

Na cocriação, os cidadãos tornam-se sujeitos ativos, atuando diretamente no território e tomando decisões sobre o mesmo. No entanto, devemos nos perguntar quem é este ator que busca agir sobre o meio, e quais são seus interesses neste. O conceito, que surgiu no setor privado, usado pela primeira vez em 2004 por Prahalad e Ramaswamy, no livro *The Future of Competition: Co-creating Unique Value with Customers*, descreve o processo colaborativo de geração de valor fazendo referência à experiência do usuário no consumo de um produto ou serviço.

Outro termo também utilizado para descrição do mesmo processo é coprodução. De fato, ambos podem se confundir pois se elaboram no processo colaborativo de definição de políticas públicas. No entanto, é possível distingui-los da coprodução, além de dividirem a responsabilidade de desenharem uma política pública, os cidadãos são corresponsáveis também por sua implementação e pela entrega do serviço proposto. Cunhado por Elinor Ostrom e seus colegas na década de 1970, o termo foi originalmente usado para descrever a possível relação entre o produtor ‘regular’, especialistas técnicos (policiais de rua, professores ou profissionais de saúde) e seus ‘clientes’, aqueles que utilizam de seus serviços (OSTROM, 1996). A coprodução ajudaria a cumprir as funções democráticas clássicas de divisão de responsabilidade por parte dos funcionários públicos, comunicação das preferências dos cidadãos ao governo, educação dos cidadãos e o mantimento do sistema político vigente (VOORBERG et al 2015).

Brandsen, Pestoff e Verschuere (2013) sintetizaram que a coprodução pode se referir tanto à participação direta na entrega de um serviço quanto à provisão coletiva desses serviços:

Às vezes, coprodução é usada como termo geral para cobrir muitos tipos diferentes de participação dos cidadãos na prestação de serviços públicos, e também inclui várias maneiras como os cidadãos e / ou o Terceiro Setor participam do processo de tomada de decisão e implementação das políticas públicas. Outras vezes, parece se concentrar em um diferente nível ou fenômeno que envolve a participação dos cidadãos ou do terceiro setor, ou ambos, no processo de formulação e/ou entrega de serviços públicos. (BRANDSEN, PESTOFF; VERSCHUERE, 2013, p.17).

Os autores descrevem que o desafio atual do desenvolvimento urbano local consiste em coordenar a política, a administração e a sociedade civil em todas as fases da elaboração das políticas locais - do contato à coordenação e à tomada de decisões. A participação de cidadãos se daria de forma institucionalizada, não apenas na formulação das políticas públicas, mas, no caso da coprodução, também na sua própria realização. A coprodução pode ser entendida como um componente da cocriação (VARGO, 2008), considerada nesta pesquisa como sinônimas, ficando escolhido o termo cocriação para descrever o estudo de caso. Cabe reforçar que essas iniciativas de incluir os cidadãos na participação do planejamento de mudanças urbanas por gestores públicos não é algo novo. A inclusão do cidadão nas decisões da esfera pública há muitos anos ocorre em diferentes níveis, a exemplo o voto, ação possibilitada por uma democracia indireta – na escolha de representantes para tomada de decisões - e o orçamento participativo, exemplo de uma democracia direta onde indivíduos da sociedade tem poder de agência e de escolha sobre uma parte do orçamento destinado àquele território. Exemplos disso veremos mais profundamente adiante. Sua principal diferença para a cocriação se dá no poder

de escolha e participação do processo de elaboração em sua integridade. Esta rede de relações culturais, que evidencia diferentes multiplicidades que compõem a construção do espaço urbano coletivo, que não pode ser visto com um objeto científico separado da ideologia, das relações de poder ou da política. “É no espaço que se materializam as tensões, interações e as lutas entre dominação e resistências.” (FERREIRA, 2015, p.76). Neste sentido, espaço e indivíduos não podem ser entendidos separadamente (LEFEBVRE, 2013), imanente à produção humana e também ao seu produto.

Experiências como as da Alemanha e da Itália, descritas a seguir, mostram como a administração pública pode estabelecer instrumentos que permitem que os seus cidadãos participem ativamente do projeto urbano da cidade através de cocriação e, nestes exemplos, unidades administrativas locais de apoio aos cidadãos foram instaladas pela municipalidade em bairros considerados mais vulneráveis. Isso tem levado ao questionamento da política de cocriação como política de governo ou de Estado.

A iniciativa *Quartier Management* (QM), lançada em 1999 pelo Senado de Berlim, pressupõe que é essencial envolver as comunidades no processo de melhoria e desenvolvimento numa base contínua. Cada QM é composto de uma equipe local responsável pela comunicação interdisciplinar entre órgãos administrativos, pela implementação do plano estratégico e pelas atividades integradas. A cada dois anos é eleito um conselho de vizinhos, que decide as possíveis soluções para as necessidades locais identificadas, através de workshops com os cidadãos locais. Apesar da vontade de cooperação existente, é comum surgirem conflitos de interesse (SOBRAL, 2018).

Na Itália foi criado, em conjunto com a população, um instrumento jurídico para responder às exigências dos cidadãos. Em Bolonha, por exemplo, foi criado o Regulamento de Bolonha para responder à população quanto à questão de coprodução em relação aos espaços públicos da cidade. O Regulamento possibilita aos cidadãos, indivíduos organizados em grupos formais ou informais, por meio de "pactos de colaboração", propor uma intervenção no espaço urbano. Neste processo é oferecida a colaboração ou a assistência do poder público de diferentes maneiras: assessoria técnica, capacitação dos agentes e, em alguns casos, apoio financeiro (SOBRAL, 2018). Em Bolonha, o município iniciou uma série de laboratórios de experimentação urbana com os cidadãos para compreender como os recursos urbanos essenciais - como espaços verdes e edifícios abandonados - poderiam ser melhorados em colaboração. O Regulamento de Bolonha suscitou um movimento regulador local: mais de cem outras cidades italianas começaram a desenvolver o seu próprio quadro jurídico para a colaboração com seus

moradores. Hoje são desenvolvidos projetos para uma grande variedade de fins, incluindo serviços sociais, inovação digital, criatividade e mobiliário urbano (SOBRAL, 2018).

Às vezes a demora do sistema burocrático governamental leva os cidadãos mais engajados a agirem diretamente sobre seu espaço. Estas mobilizações públicas de organização e ocupação temporal recolocam o espaço público à vista, conferindo-lhes um novo lugar no imaginário de quem o frequenta. Costumam ser realizadas por grupos locais com diferentes tipos de ações. Por exemplo, em Sevilha (2004), o grupo Recetas Urbanas propôs a criação de uma lei que permitisse transformar lotes vazios em espaços de uso público por pelo menos seis meses (ÁGUAS, 2012). Exemplos como esse indicam a necessidade do encontro do interesse da população local com o do poder público, que é quem tem o real poder de incorporar estas iniciativas civis políticas de governo, mas nem sempre escolhe o fazer. O que se verifica é a apropriação de espaços públicos urbanos pelos moradores do entorno e o surgimento de coletivos propostos a manter o projeto desenvolvido.

No Brasil foi apenas com a Constituição Brasileira de 1988 que passamos a ter mecanismos participativos e deliberativos democráticos, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. No país, os mecanismos mais disseminados são a audiência pública (prevista no inciso II, § 2º do Artigo 58 da Carta Magna), com a finalidade de promover o diálogo entre a sociedade civil e as autoridades estatais (DAGNINO, 2004), e o orçamento participativo descrito no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), em seu artigo 44, como condição obrigatória para aprovação do Plano Plurianual Municipal; a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

As audiências públicas, geralmente conduzidas por especialistas, se configuram como uma reunião no qual o assunto a ser tratado é exposto e ocorre uma discussão sobre o tema, visando uma ampla comunicação entre os vários setores da sociedade presentes. A participação é aberta a todos, porém deve-se garantir a presença das autoridades competentes, do Ministério Público e técnicos especialistas no tema da audiência. A fim de promover a participação popular no processo decisório, a audiência não tem como objetivo a consensualidade, mas sim atribuir ao coletivo a responsabilidade de escolha sobre o que é de interesse do mesmo. No entanto, quem toma a decisão final é a autoridade presente. Regulada por Leis Federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais, as audiências públicas são uma das formas pelo qual a sociedade civil pode influenciar as decisões do Estado.

Já o orçamento participativo (OP) é um mecanismo governamental que permite aos cidadãos influenciar sobre os orçamentos públicos de seu município (FEDOZZI e MARTINS,

2015). O Estatuto da Cidade ainda especifica que a gestão orçamentária participativa deve incluir a realização de debates, audiências e consultas públicas. O mecanismo reforça a transparência por meio da publicação de informações orçamentárias e pela prestação de contas das autoridades e dos delegados do OP. Santos (2003) afirma que o OP é uma prática que representa um elemento básico da democracia de alta intensidade, ou seja, a articulação entre elementos da democracia representativa e participativa. Para o autor, o OP possui três características principais que o classificam como tal: a ampla participação, contemplando os diferentes grupos sociais, atribuindo-os direitos iguais de representação; a autonomia dos participantes na definição de regras internas e, finalmente, o consenso entre regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais preconizadas pela ação governamental, respeitando-se os limites financeiros.

Nesse sentido, podemos entender a representação descrita como um sistema institucionalizado que confere responsabilidade política aos órgãos públicos, enquanto a participação referida outorga credibilidade a seus processos. De acordo com Nancy Roberts (2004) a legitimidade da democracia está ancorada na reativação do princípio da soberania popular, possibilitada cada vez mais por estes dois processos de mecanismos estáveis e reconhecidos de autorização, de responsabilização e de sanção na relação entre representantes e representados.

As diferentes formas de democracia hoje estão cada vez mais interligadas devido à grande demanda por transparência e mobilização social ocorrida no Brasil e em outros países da América do Sul depois de período de ditadura (SCHERER-WARREN, 2006). Dentro dessa perspectiva, um governo participativo requer uma sociedade participativa que o reforce e sustente, especialmente a nível local (PATEMAN, 1970, APUD ROBERTS)

Já a democracia representativa, ou a participação indireta, ao mesmo tempo em que promove maior agilidade à tomada de decisões, salvaguarda a gestão pública da desinformação de um público maior e com interesses particulares, que dificultariam a eficácia de sua gestão (DAHL, 1989 APUD ROBERTS). À medida que a sociedade se tornou mais sofisticada cultural e tecnologicamente, necessitou contar com uma tomada de decisão mais refinada e especializada para a formulação e execução de políticas públicas, cabendo essa responsabilidade aos funcionários e administradores eleitos. A sociedade deve confiar na perícia desses profissionais, uma vez que foram eleitos a partir desta crença. No entanto, qualquer pessoa fora do processo deliberativo era impedida de aprender as normas pelas quais o consenso é alcançado, resultando em desinformação acerca do processo e gerando conflitos e

desconfiança entre os indivíduos representantes e representados. À medida que a demanda por participação direta cresce e se torna mais complexa é necessário verificar como acomodar um maior número de pessoas sem perder a eficácia do processo. Ainda resta a dúvida de como encorajar grupos mais vulneráveis a participarem.

Dentre as diferentes formas de participação social é possível ainda setorizar a mobilização que leva a ela, em mobilização política e social. A primeira indica um processo de ativação das pessoas, que pode ser realizada tanto pelos governantes como por líderes da sociedade civil. Entretanto, a mobilização social sofreu uma mudança no seu sentido tradicional, passando-se a se referir a ativações que visam mudança de comportamentos ou adesão a dados programas ou projetos sociais e acesso a meios de inclusão social (SCHERER-WARREN, 2006).

Respaladas pela Constituição, várias forças sociais empenharam-se, ao longo dos anos, na criação e consolidação de diferentes canais de participação, instalando iniciativas como: conselhos municipais e organizações civis, ONGs e associações. O exercício da política foi ampliado para além de eleições livres. A ideia central é que, com a inclusão de atores da sociedade civil na definição das políticas públicas, pode-se atingir a equidade e justiça social. No entanto, fica claro que a comunicação entre estes atores ainda é fragmentada. A coexistência de práticas políticas e sociais autônomas abre espaço para participação do cidadão de se posicionar e assim ter mais agência sobre os rumos da política posta em prática, ou seja, imanente (NEGRI, 2006), afirmando uma ordem superior aos indivíduos e à sociedade. Reconhecendo que é na ação social que reside na realidade coletiva. De acordo com Kraus,

O plano de imanência é, assim, reconstituído a partir da criação de espaços do comum, de relações iguais, do exercício da autonomia, assim como de superação de divisões dicotômicas e hierárquicas. Todo esse conjunto de elementos possibilita pensar formas participativas e de colaboração para a realização de projetos comuns, superando uma participação política que se manifeste apenas na expressão do voto, segundo os princípios de representatividade e soberania. se funda na abertura para a participação e na lógica da inclusão transversal, permitindo que os sujeitos sejam autônomos e livres para participar e falar por si próprios, não sendo representáveis. esses elementos permitem criar um novo sentido político e modos mais democráticos de se relacionar e agir, criando as bases para um novo modo de fazer política. (KRAUS, 2020)

Apesar da relevância e do potencial conferido a participação cidadã, esta ainda apresenta desafios a serem superados. Diogo Figueiredo Moreira Neto (1992 apud MODESTO, 1999), classificou estes como: apatia, abulia e acracia política. Faz referência ao grau de engajamento por parte dos cidadãos na política. O primeiro, apatia política, se refere à inexistência de ação

cidadã, estes não estão cientes sobre seus direitos e deveres. Já abulia política é quando os indivíduos não têm interesse ou se recusam em fazer parte da ação cidadã, por desinteresse ou descrença no sistema público. Já a acracia política se refere à impossibilidade dos cidadãos de participar da ação cidadã devido a seu acesso, relacionada mais diretamente ao baixo grau de escolarização desses indivíduos frente à burocracia e complexidade administrativas do sistema público (MODESTO 1999).

Apesar dos desafios da participação cidadã, há aqueles que veem a cocriação como uma ferramenta capaz de potencializá-la, além de cortar custos, viabilizar diferentes serviços públicos e garantir sua própria legitimidade e a do governo vigente (BOVAIRD; LOEFFLER, 2012). Nos últimos anos a agenda da cocriação evoluiu conforme foi sendo percebida como parte da realidade das “novas” maneiras de fazer política pública - sendo possível ter mais respaldo da população nas políticas propostas e assim mais credibilidade ao governo.

As diferentes faces a participação cidadã contribuem para o fortalecimento da sociedade civil e podem ser consideradas como respostas as pressões sociais, corrigindo mecanismos representativos do Estado e criando novos canais e cadeias de participação política. Teixeira (1997) descreveu que na participação social o governo precisa estabelecer uma tripla credibilidade do Estado para com a população, reforçando seu papel democrático, descentralizado, eficaz e transparente; e a sociedade civil passa a exercer importante papel na democratização do Estado e das instituições.

Um exemplo de cocriação que podemos ver no país foi realizado em São Paulo, onde o coletivo A Batata Precisa de Você, grupo formado por moradores da região do Largo da Batata, realiza desde 2014 apresentações públicas e encontros no Largo da Batata como medida de ocupação e movimentação local para “transformar a Batata em um espaço de estar e não apenas de passagem” (SOBRAL, 2018). Ao mesmo tempo o coletivo propõe tornar o local um laboratório metropolitano de mobiliário urbano. A instalação de mobiliário urbano nesses espaços “vazios” devolve a cidade como lugar de socialização (SOBRAL, 2018).

O campo desta realização seria o próprio espaço de convivência, o espaço público. Dentro dos vários elementos que compõem este espaço, o mobiliário urbano tem uma forte ligação com o ambiente onde está inserido e seus elementos contribuem para definir traços da identidade do local, características referentes ao clima, aos comportamentos daqueles que o utilizam, à paisagem urbana e à história e memória daquele espaço público, pela sua forma, função, ou por sua organização espacial. (ÁGUAS, 2012; MENESES, 2014).

Harvey (2014) inferiu que a cidade que construímos não é separada dos tipos de sociedades e relações que queremos formar. Ele então levanta as questões: quem constrói e para quem são construídas as cidades? Quais plataformas e metodologias permitem uma maior colaboração entre indivíduos e instituições públicas na busca por espaços que realmente reflitam as necessidades e valores do local?

Outros autores, todavia, priorizam o aspecto tático do mobiliário urbano, definindo-o como “conjunto de elementos/equipamentos instalados no espaço público urbano, que de maneira individual ou coletiva ofertam respostas às necessidades no contexto do espaço, cumprindo diferentes funções e facilitando seu uso” (TRESSERRAS, 2011, p. 50, tradução própria)². Tais autores fazem referência a bancos, pontos de ônibus, lixeiras, luminárias, jardins, bicicletários, entre outros. Já Gonçalves (2000) descreve o mobiliário urbano como “símbolo de uma urbanidade de memórias e identidades e, ainda hoje, instrumento territorial para a construção da personalidade urbana”.

O modelo centralizado na segregação da atividade humana (vida x trabalho) e a preferência por veículos individuais afastaram do território público sua função de lugar de encontro (GELHL, 2010). Porém, nos últimos anos, com a disseminação dos conceitos de sustentabilidade, coesão social e cidadania, a concepção de estruturação de espaço urbano volta a ser valorizada como um lugar privilegiado de socialização e de expressão social, e do exercício da cidadania (ÁGUAS, 2012).

A depender do contexto em que estes equipamentos são implementados, pode-se gerar desconforto quanto às relações de identidade ou possivelmente uma homogeneização dos lugares públicos. Os processos de industrialização influenciaram a produção dos mobiliários urbanos, gerando espaços genéricos e padronizados. Como Farias (2016) pontuou, as pessoas que os utilizam desenvolvem estas associações que ultrapassam seu valor estritamente funcional ou operatório, criando conexões e relações, que por sua vez geram sentidos identitários e de lugar. Corroborando com a afirmação de Yi-Fu Tuan (1983) sobre lugar e noção de “lar”, eles descrevem que as experiências transformam o espaço em lugar e interferem na percepção do indivíduo sobre si mesmo. Os lugares, portanto, “são a extensão da existência humana”, uma vez que, os indivíduos são quem dão sentido aos lugares “e neles estão misturados sentimentos, memórias individuais e coletivas” (NOGUEIRA, 2013, p. 85). Como

² “El conjunto de elementos/equipamientos instalados en el espacio público urbano, que de manera individual o colectiva dan respuesta a las necesidades en el contexto del espacio público urbano cumpliendo diferentes funciones y facilitando su uso.” (TRESSERRAS, 2011, p. 50)

contrapartida estes espaços moldam como estes veem o mundo e a si mesmos. A natureza do lugar e do espaço passa a ser relativa, variando de acordo com a experiência ambiental em seus muitos matizes: cultural, social e histórico.

Santinha e Marques (2013) afirmam que mesmo quando espaços públicos não apresentam constrangimentos físicos à mobilidade não é fato suficiente para induzir o deslocamento ativo dos cidadãos até o local, sendo necessário, independente do tipo de equipamentos e serviços aplicados, considerar a acessibilidade destes. Ou seja, seu acesso é tão importante quanto sua própria instalação. Portanto, quando se analisa sua localização é necessário verificar também o padrão de ocupação e as condições de mobilidade dos pedestres da região.

O crescimento exponencial das cidades coloca a manutenção do espaço público em foco, se for considerado que qualquer decisão a respeito das cidades pode influenciar o futuro econômico, social, ambiental e cultural de suas populações. John e Reis (2005) descreveram que a relação criada entre o mobiliário urbano e o espaço público pode agir sobre a percepção dos indivíduos sobre a cidade – tornando o lugar mais ou menos agradável de se permanecer, trazendo uma sensação de conforto e segurança.

Águas (2012) ressalta que a valorização do espaço público é determinada pela sua ampla utilização e partilhada por diferentes indivíduos e grupos. Ou seja, a qualidade do espaço é referente às experiências que ele é capaz de criar. Assim, podemos dizer que ele é coproduzido através da participação e utilização diária dos cidadãos que o acessam. Deve ser questionado então como se dá este acesso e a quem ele é permitido. Esta participação - ou a interação do indivíduo com o meio -, todavia, nem sempre é espontânea. Ela pode também ser estimulada por entidades governamentais. Ainda como descrito por Águas, secretarias e prefeituras produzem projetos participativos buscando uma coesão territorial, buscando suprir “novas exigências de intervenção”, como foi o caso da Lagoa de Piratininga.

Ainda a afirmação de Brandão (2000), que “no debate da cidade a participação é elemento essencial, (...) o cidadão não pode participar somente no início e no final do projeto, deve participar no processo”. Para Remesar (2000), apesar da participação pública em projetos de espaços públicos serem discutidas desde a década 1960 internacionalmente, e das teorias contemporâneas enfatizarem a importância da participação na constituição da cidadania, na prática o que resta ao cidadão é julgar o projeto desenvolvido e, quando este sai do papel, avaliar sua construção final. No Brasil, o que vemos pode ser caracterizado como uma validação por parte da população, ou seja, o processo não envolve diretamente o morador/população, ainda

que busquem validá-lo de forma direta. A população fica restrita a expor sua opinião somente depois e não durante o processo de construção da política pública (CAVALCANTE 2019).

2.2. METODOLOGIA

Através da análise do projeto do Parque Orla Piratininga e dos conceitos descritos, buscamos verificar como estas iniciativas, que foram implementadas no bairro de Piratininga pela Prefeitura de Niterói, se configurariam como uma mudança na qualidade de vida das pessoas no entorno. Ou, por outro lado, se o processo se deu como iniciativa de legitimar a atuação do governo no local, e como possivelmente podem ser usados como exemplo de estratégias aplicadas de cocriação para outras cidades e implementadas por outros governos.

A elaboração da pesquisa se deu por meio de uma revisão de literatura, de artigos científicos das áreas de participação cidadã e política pública, do banco de dados de Medline e Bireme, e de documentos do projeto da Orla da Lagoa de Piratininga, a partir de material disponível no site da prefeitura municipal de Niterói e recortes de matérias de jornais. Além deste material, foram realizadas entrevistas com os atores participantes do projeto, representantes das diferentes esferas envolvidas em sua realização - coordenadores da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade e da Secretaria de Executiva de Niterói - e um líder de uma das Associações de Moradores presentes. A Prefeitura de Niterói era composta, à época, pelo prefeito Rodrigo Neves, do PDT, e pelo vice-prefeito Axel Grael, do PV, durante a gestão de 2013 a 2020. Axel Grael foi recentemente eleito prefeito da cidade nas eleições de 2020, e sua campanha teve como base projetos de sustentabilidade e a implementação de projetos iniciados na gestão anterior.

Não foi perguntado no processo de entrevistas sobre as associações políticas dos entrevistados e somente em relação ao líder comunitário entrevistado mostrou haver uma ligação política mais forte. Este também é funcionário da Prefeitura de Niterói, tendo acompanhado a carreira política de Rodrigo Neves quando este ainda era vereador na mesma cidade.

Foram realizadas cinco entrevistas, de forma remota, pela plataforma Skype ou por telefone, nos meses de março e abril de 2020, com os diferentes setores envolvidos na construção desde projeto: setor público, privado e civil; e com o líder local, que concordou em participar. Os participantes foram selecionados de acordo com o seu comprometimento na idealização e no desenvolvimento do projeto do Parque Orla Piratininga, e que estavam

presentes no dia da oficina de cocriação, realizada em 2017. Embora tenham sido tentados contatos com outras associações presentes no dia da oficina de cocriação, os números de telefone disponíveis nas redes sociais da internet se mostraram indisponíveis, ou não foi possível falar com um dos seus representantes. Foi também solicitado aos entrevistados o contato das pessoas no dia, no entanto estes não estavam autorizados a fazer tal divulgação. Aos entrevistados ainda foram solicitados dados sociodemográficos dos participantes da oficina de cocriação, no entanto não se obteve uma resposta.

Infelizmente não foi possível ir a campo e realizar visita ao entorno da Lagoa de Piratininga devido à crise do Covid-19, que obrigou as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, englobadas por esse estudo, a permanecerem em isolamento social para evitar a proliferação e o contágio pela doença, como apresentadas no Decreto 46973 de 16 de março de 2020 que reconhece a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, e de acordo com as diretrizes apresentadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a situação de pandemia do COVID-19.

Além da pesquisa, levantada através de fontes secundárias acerca do material disponível sobre o Parque Orla Piratininga e entrevistas semiestruturadas, foi realizada uma busca em bases digitais acadêmicas de publicações em periódicos do ano de 2014 a 2019. Este recorte foi delimitado para poder se obter um desenho mais detalhado das políticas públicas contemporâneas que contemplam a participação cidadã e a cocriação. Foram utilizadas as seguintes combinações de palavras-chave na base de dados Google Scholar, Medline e Bireme: cocriação de políticas públicas; cocriação e Estado; cocriação no Município; cocriação no Município de Niterói; cocriação e teoria; cocriação na prática. Para a literatura internacional, utilizamos suas respectivas traduções em inglês.

Também foi realizada busca por notícias e matérias sobre o projeto nos principais veículos de mídia digital: jornais como O Globo, Folhanit e O Fluminense, blog do vice-prefeito Axel Grael, site da Prefeitura de Niterói e páginas do Facebook das Associações de Moradores envolvidas na oficina de cocriação, são elas:

- AMAC – Associação de Moradores e Amigos do Cafubá;
- AMAF – Associação dos Moradores e Amigos da Fazendinha;
- AMJO – Associação de Moradores do Jardim Oceânico;
- AMORBELA – Associação de Moradores e Amigos da Beira da Lagoa de Piratininga;
- PUMA – Piratininga Unida Moradores Associados;
- AMJI – Associação de Moradores do Jardim Imbuí.

A bibliográfica levantada auxiliou na análise do Parque Orla Piratininga, a partir da ótica das políticas de cocriação.

2.2.1. Análise epistemológica do projeto do Parque Orla Piratininga

Para a realização da pesquisa foram utilizados os documentos disponíveis no site do Programa PRO-Sustentável, da Prefeitura de Niterói, acerca do projeto do Parque Orla Piratininga, bem como os volumes 1 e 2 do Projeto Conceitual do projeto e o material disponível sobre a oficina de cocriação realizada no ano de 2017. Além da revisão deste material, foram realizadas cinco entrevistas, todas de maneira remota, com representantes da Prefeitura de Niterói, da Secretaria responsável pelo projeto e uma liderança local de Piratininga. A hipótese inicial classificava a elaboração do projeto do Parque Orla Piratininga como de cocriação, já que em vários momentos a população que se encontrava presente, enquanto a equipe da Prefeitura fazia seu levantamento, teria sido questionada sobre suas impressões sobre o projeto e o que desejavam para o espaço. Abaixo segue a descrição do projeto e análises das entrevistas feitas.

O projeto do Parque Orla Piratininga faz parte do Programa Região Oceânica Sustentável (PRO-Sustentável), que tem como objetivo promover a sustentabilidade ambiental da Região Oceânica de Niterói. Ele consiste numa série de intervenções na Região Oceânica de Niterói, entre as quais a despoluição do rio Jacaré, o Parque-Orla de Piratininga e a urbanização do bairro Boa Vista - ações que buscam mitigar e reverter processos de degradação do meio ambiente da região e melhorar a infraestrutura urbana e ambiental local. O programa se divide em três componentes: Sustentabilidade³; Infraestrutura⁴ e Urbanização. O projeto Parque Orla Piratininga, que vamos abordar, está diretamente associado ao componente de Urbanização⁵, e se caracteriza por incluir um conjunto de obras de recuperação e proteção do ecossistema lagunar, sistema que indica a ligação entre uma lagoa com a água do mar, envolvendo ações de urbanização de modo a valorizar o patrimônio ambiental do município.

³ O componente de Sustentabilidade busca consolidar a gestão ambiental do Programa, com foco no planejamento e ações de revitalização nas bacias hidrográficas da Região Oceânica;

⁴ O componente de Infraestrutura engloba a implantação de um corredor viário, obras de drenagem, pavimentação e qualificação de vias;

⁵ Outros projetos incluídos neste componente são: Sistema Cicloviário e a Requalificação da área de influência do corredor BRT – Transoceânica

Historicamente o bairro de Piratininga, na Região Oceânica, se configurou como, ainda no século XVIII, uma colônia de pescadores, onde tanto o mar quanto a lagoa compunham a fonte de renda e meio de subsistência dos moradores. Até hoje os pescadores são o grupo populacional que possui relação mais próxima com a lagoa e a maior fonte de conhecimento tradicional sobre as espécies que a habitam e sua história.

O bairro é porta de entrada da Região Oceânica e importante via de acesso aos outros bairros da região e às praias. Faz divisa com os bairros de Camboinhas, Itaipu, Cafubá, Charitas e Jurujuba.

Desde a década de 1940, a Região Oceânica é considerada como área de expansão urbana do município de Niterói, mas foi a partir da década de 1970 que seu processo de ocupação foi fortemente acelerado, devida à inauguração da Ponte Rio-Niterói em 1974 e aos investimentos do setor imobiliário na região. Entre os anos de 1980 e 1991, essa região teve um aumento populacional de 174% (SALANDÍA, 2001; SEMUR, 2006).

		1970	1980	1991	2000	2010
Região Oceânica	População	7.347	12.138	33.245	55.790	67.293
	Crescimento absoluto		4.791	21.107	22.545	11.503
	Crescimento		65%	174%	68%	21%
Niterói	População	324.246	397.135	436.155	459.451	487.562
	Crescimento absoluto		72.889	39.020	23.296	28.111
	Crescimento		22%	10%	5%	6%

Tabela 1 – Evolução populacional em Niterói e sua região Oceânica. Fonte IBGE 2011

Este salto populacional se caracterizou principalmente pela ocupação de favelas e loteamentos nas margens das lagoas e regiões de encostas de morro, onde condições precárias de infraestrutura, despejos de esgotos sanitários *in natura*, desmatamento das matas ciliares e erosão das encostas eram comuns. Visando ordenar esse crescimento, alinhado questões econômicas, de conservação e proteção ambiental, uma série de obras foi realizada ao longo das últimas décadas (VASQUEZ, 2007).

Originalmente, o bairro contava com duas lagoas, de Piratininga e Itaipu. A abertura do Canal de Camboatá, em 1946, foi a primeira intervenção no sistema lagunar Piratininga-Itaipu, passando a ligar as duas Lagoas. Seu principal objetivo era conter enchentes na região, evitar alagamento das áreas adjacentes e, assim, conter epidemias causadas por doenças transmitidas por mosquitos. Teve como consequência o rebaixamento do nível da água da Lagoa de Piratininga, levando a transformações nas condições hídricas e ambientais. Com a diminuição do espelho d'água da laguna, aumentou a extensão das áreas loteáveis em seu entorno. Hoje é

entendido que o bairro de Piratininga só tem uma lagoa, a que leva o seu nome (Secretaria Municipal de Urbanismo e Controle Urbano, 2018).

Com o passar do tempo, o interesse pela área cresceu e, a partir da década de 1960, vários outros loteamentos surgiram (VASQUEZ, 2007). Durante este processo era comum conflitos entre empresas imobiliárias, a Prefeitura e os proprietários. A área ao redor da lagoa de Piratininga reúne o maior contingente de população de baixa renda, apesar de a Orla de Piratininga ter áreas de condomínios de classe média/alta, não ficou claro durante a pesquisa qual desses públicos participou da oficina, sendo mencionado pelos entrevistados que haviam representantes de todas as regiões do entorno.

Em 1976 ocorreu o aterro da área alagada entre as Lagoas de Piratininga e de Itaipu, dando surgimento ao atual bairro de Camboinhas. Dois anos depois, em 1978, foi aberto o Canal de Itaipu, interligando a Lagoa de Itaipu ao mar. Neste ano, a área urbanizada da região oceânica representava uma cobertura de 17,74%. Trinta e cinco anos depois este número chegou a 37,54% (FONTENELLE & CORRÊA, 2014).

A partir desta época, o bairro foi sendo ocupado por população de classe média, em virtude da melhoria das vias de acesso e prestação de serviços. Nas décadas seguintes, diversas leis e projetos foram estabelecidos com o intuito de conter a ocupação irregular e conservação e restauração da área ambiental. Lei 458 criou a APA (área de proteção ambiental) das Lagoas Piratininga e Itaipu. Subsequentemente houve a formalização como uma unidade de conservação (UC) municipal e também a formalização das principais áreas do sistema lagunar Piratininga-Itaipu como área de preservação permanente e de Especial Interesse Ambiental.

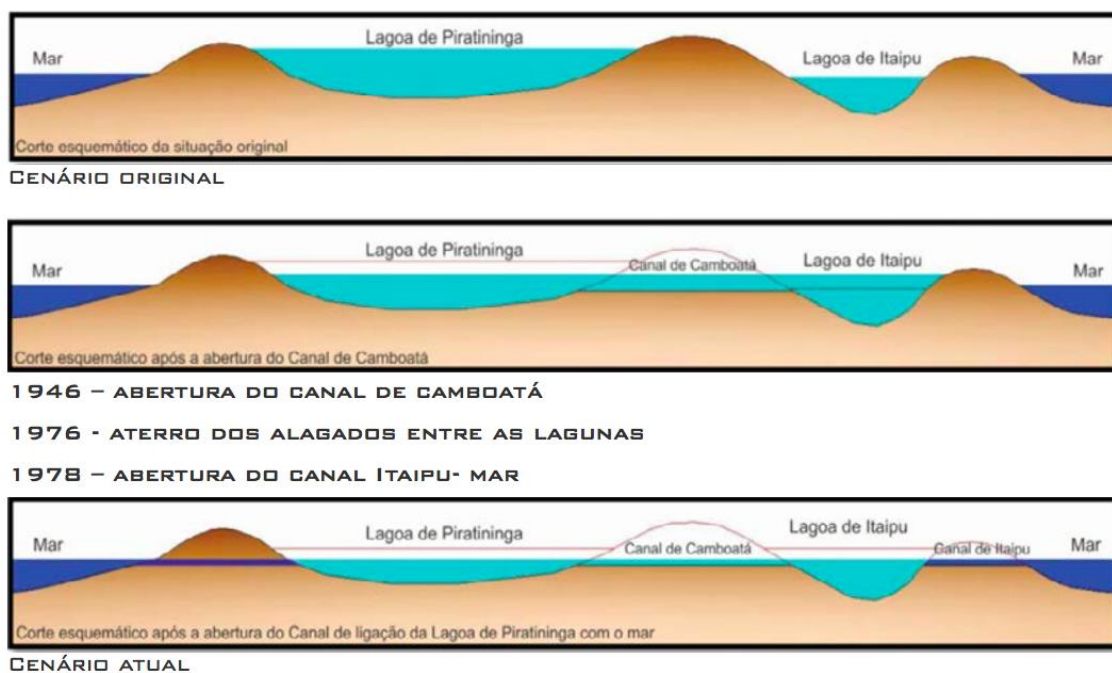
O Projeto de Obras de Recuperação da Lagoa de Piratininga pela Prefeitura de Niterói, previa a “construção de uma ciclovia circundando a Lagoa, de forma a delimitar o espelho d’água lagunar e evitar assentamentos ilegais”. Ainda, em 1995, foi construído uma comporta no Canal de Camboatá, para retenção de águas, de forma a manter o nível de água mais elevado. Atualmente, nenhuma destas intervenções está em funcionamento.

Em 2005, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) iniciou o Projeto de Renovação do Sistema Lagunar de Piratininga-Itaipu. O projeto tinha como objetivo melhorar a qualidade ambiental do sistema através de uma série de intervenções que favorecessem a renovação, a circulação e a melhoria da qualidade das águas. Em abril de 2008 foi concluída a obra do Túnel do Tibau, que liga a Lagoa de Piratininga ao mar de forma permanente, permitindo a intrusão de água salgada no sistema lagunar (FONTENELLE & CORRÊA, 2014).

Em 2014 que a Prefeitura iniciou uma revisão do Plano Diretor de Niterói, com ampla participação popular. No ano seguinte, foi realizado um convênio de cooperação técnica entre a Prefeitura de Niterói e CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) para realização de estudos que subsidiariam o Programa Região Oceânica Sustentável, o PRO-Sustentável, no qual o projeto do Parque Orla Piratininga se insere.

Ao longo dos anos, o Sistema Lagunar Piratininga-Itaipu passou por uma série de transformações, que o levou à configuração atual. Um estudo realizado pela [Hydro Science](#) sobre evolução histórica dos usos do sistema lagunar e seu entorno mostrou como as obras tiveram como consequência indesejada a redução do volume das lagoas, especulação imobiliária, urbanização irregular e o de esgoto domésticos nas lagoas que depreciaram cada vez mais a qualidade da água. Este contexto está inserido no projeto do Parque Orla Piratininga, que abrange parcelas de dois bairros (Piratininga e Jardim Imbuí), que formam a Região Oceânica – composta ao todo de onze bairros.

As imagens a seguir mostram as mudanças nos sistemas hídricos da Lagoa:



FONTE: MENDES, 2012

Imagem 2 – Sistemas hídricos das Lagoas de Piratininga e Itaipu - Apresentação da oficina Parque Orla Piratininga (SMARHS)

Inicialmente desenhado pelo INEA, o projeto chegou à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS) pela Coordenação Geral Unidade de Gestão de Programa – CAF da Secretaria Executiva da Prefeitura de Niterói. Este, no entanto, não

atendia às expectativas da coordenadoria da SMARHS por se assemelhar muito a urbanização construída no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, com muita pavimentação e sem um viés de recuperação ecológica da lagoa.

Com o financiamento da CAF, a SMARHS se viu numa posição de elaborar um projeto mais complexo que contemplasse o chamado paisagismo ecológico, isto é, voltado não apenas para sua função estética, mas principalmente para uma função ambiental e recuperação da vegetação nativa e sua biodiversidade. O valor orçado para o projeto foi de US\$4.264.500,00. No Projeto Conceitual, [volume 1](#), estão descritos os seguintes objetivos estratégicos:

- Adaptar e restaurar o equilíbrio ecossistêmico da Lagoa de Piratininga;
- Interceptar e tratar as águas pluviais urbanas que drenam para Lagoa de Piratininga através de sistema de infraestrutura-verde integrado;
- Manter e fomentar a atividade pesqueira na região;
- Criar espaços multifuncionais com equipamentos de lazer para a população;
- Criar espaços multifuncionais de contemplação e de aproximação da população com a Lagoa de Piratininga e sua fauna e flora;
- Proporcionar a reurbanização e tratamento paisagístico dos acessos à via parque e à orla da Lagoa, considerando a implantação dos sistemas de infraestrutura-verde e ecogênese pela ótica do paisagismo ecológico.
- Criar o Sistema de Gestão do Parque incluindo educação ambiental, ecoturismo e gestão de resíduos sólidos com a finalidade de garantir a manutenção adequada do Parque.

(Projeto Conceitual - Volume 1 – Parque Orla de Piratininga)

Como descrito no Projeto Conceitual - volume 1, a ideia principal para região seria incorporar no torno da Lagoa de Piratininga uma área de preservação e recuperação do ecossistema da região e de lazer para os cidadãos, assim como fomento do turismo e prestação de serviços na região.

A equipe da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS) foi a campo realizar um levantamento do território e conversas com a população local. Uma vez em campo, a equipe foi abordada por moderadores que buscavam entender o que seria proposto para o local e compartilharam suas preocupações e queixas acerca da revitalização ambiental da lagoa, suas necessidades em relação à falta de saneamento básico no local, e relativas ao lazer e sua importância para a economia - já que é fonte de renda para a associação de pescadores ali presentes. Em entrevista a esta pesquisa, a coordenação do projeto ressaltou que a ida da equipe a campo e as interações com a população local possibilitou seu

entendimento que a “problemática ecológica não se dissocia da questão social”, que passou a ser essencial para o desenvolvimento do projeto. Este contato inicial com a população teve grandes consequências para o planejamento do projeto do Parque Orla, uma vez que apontou à equipe a vontade inerente da população de se envolver e as expectativas criadas pela sua presença no território. Ou seja, não seria possível tratar somente da questão ecológica da lagoa sem levar em consideração os mecanismos sociais presentes, a comunidade instalada no seu entorno com demandas específicas que “transbordam” a necessidade ecológica. Se não tratadas as obras com intuito de melhorar a saúde da lagoa sem si, cairiam no vazio sem impacto para as pessoas no entorno, fora talvez os pescadores e não promoveria a importância da lagoa saudável como o restante da população que no longo prazo poderia voltar a trazer degradação para a lagoa.

Um ponto em comum trazido pelos entrevistados foi a importância que os moradores demonstraram pela sustentabilidade e pela volta da vida para o entorno da lagoa, se referindo às suas espécies naturais e à lagoa em si. Ao analisar as demandas detalhadas no Projeto Conceitual, é sustentada a relevância da revitalização do mobiliário urbano em todos os trechos e a importância dada às conversas com a população. Muito do que foi elaborado no Projeto Conceitual já existia no entorno da lagoa, porém de maneira precária. A aproximação com a população no desenvolvimento do projeto permitiu que a equipe responsável pudesse propor novos equipamentos, como anfiteatros e jardins filtrantes.

A equipe do SMARSH relatou nas entrevistas a percepção da presença constante de representantes da Prefeitura de Niterói e que o relacionamento desenvolvido com os habitantes locais, historicamente fragilizado pelo descaso da mesma com seus moradores, facilitou o desenvolvimento do projeto. Aproximação entre os moradores e os realizadores do projeto durante as idas ao campo, que se deram de maneira intensa durante o processo de mapeamento do território, pareceu criar uma relação de confiança com a equipe que liderava o projeto e maior abertura destes às opiniões dos moradores. Todavia, várias paralisações e falta de transparência na implementação das obras minou essa credibilidade inicial. Entre estes, a mais recente pandemia e, ainda em 2018, a prisão do prefeito Rodrigo Neves (PDT), autuado em um dos desdobramentos da operação Lava Jato por lavagem de dinheiro e a paralisação do TCE, que atrasou a liberação de licitações.

Para facilitar a compreensão do território, este foi segmentado pela SMARHS, pautado pelas Associações de Moradores ali presentes. Como demonstrado no mapa abaixo:

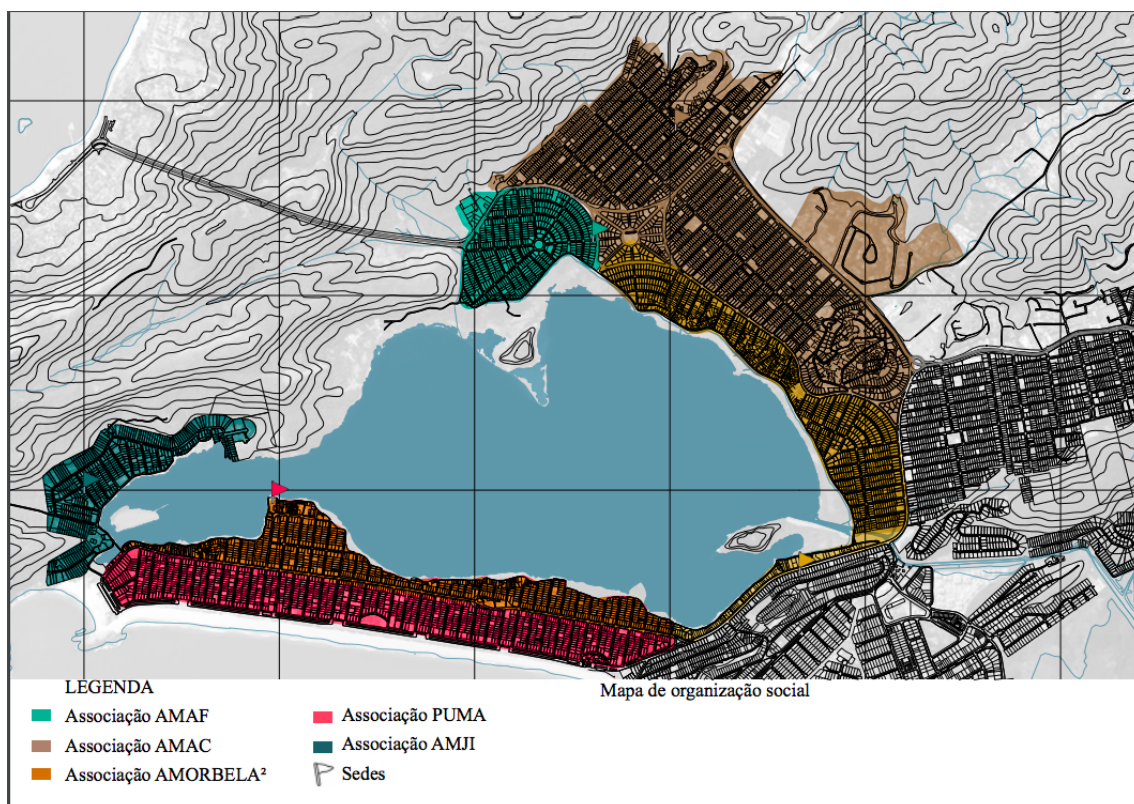


Imagem 3 - Mapa da organização social da Lagoa de Piratininga - Apresentação da oficina Parque Orla Piratininga (SMARHS)

Uma funcionária da Secretaria Executiva de Niterói, alocada no programa PRO-Sustentável (Entrevistada 2), deixou claro em sua entrevista que, para a realização da pesquisa sobre a complexidade do território, “a equipe da prefeitura em suas visitas ao local eram sempre acompanhadas por um líder da associação de moradores do trecho até a borda de seu território e substituído pelo líder comunitário da associação seguinte” – o que evidencia os conflitos de poder dentro do território. As entrevistas também apontaram que os conflitos de poder se davam igualmente dentro associações de moradores e por parte do poder público, que busca chamar atenção para seus interesses para o território. Como mencionado acima, o histórico conflituoso no território e a necessidade dos atores em estabelecer seu lugar de poder e influência.

Não foi possível identificar quem eram estes atores devido às medidas de proteção de dados da SMARHS, porém fica evidente a necessidade de um levantamento e mapeamento de quem são os principais atores da região e os atores interessados nela, identificando as forças que participam deste processo de elaboração de política pública e buscando dar voz a grupos não pertencentes a este segmento. O guia proposto ao final pontua os passos de uma sistematização das pessoas e instituições envolvidas em cada etapa do processo de cocriação.

Diante dos dados levantados e das conversas com a população durante esta fase de pesquisa de campo, realizada pela equipe da SMARHS, ainda em 2017, a equipe chegou à conclusão que a população local não tinha uma visão do entorno como um todo, uma vez que a região não conta com transporte público regular e as rixas locais impedem a passagem entre os diferentes trechos, pelo medo de possível violência. Já a própria equipe se julgava detentora de uma visão mais global, uma vez realizado o mapeamento do território e iniciado o esforço de mobilização social no engajamento da população na participação do desenho do projeto.

Neste momento, ainda em 2017, foi feita uma primeira reunião aberta para a população local com a presença de representantes da Prefeitura de Niterói e das Secretarias de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade e Executiva, com a presença de Axel Graef (vice-prefeito da cidade na época e atual prefeito) para apresentar o projeto e ouvir dos moradores suas expectativas, para tentar supri-las dentro do projeto. Também estavam presentes assessores de políticos da situação (PDT) e da oposição de diversos partidos, e os líderes das associações, que em momentos disputaram as falas.

Em entrevista com a pesquisadora, um representante da Secretarias de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade e Executiva (Entrevistada 1) enfatizou:

para se obter sucesso observamos que a gestão do território estava diretamente ligada à ambiência urbana e fragmentada, tinha um líder comunitário para cada território. Logo foi necessário muita dedicação e visão para entender quem eram esses líderes comunitários e como era feita a gestão do espaço da comunidade (Entrevistada 1)

Em entrevista a esta pesquisa, a Entrevistada 3 pontuou as diferenças presentes no entorno da Lagoa de Piratininga. Dentre elas destacou: a favela da Ciclovía e a área de atuação da AMORBELA, onde existem problemas e situações de conflitos resultantes do tráfico de drogas e violência na região com uma população de mais baixa renda e escolaridade. Já a região da Fazendinha tem a presença de uma classe média mais estruturada e conta com uma infraestrutura mais organizada. Estas e outras diferenças, no ponto de vista da equipe, tornava o território muito difícil de ser trabalhado como um único empreendimento. Assim, a lagoa foi dividida em nove trechos. Tendo como principal vetor o perfil socioeconômico de cada região. O mapa abaixo mostra como o entorno da Lagoa foi dividido:

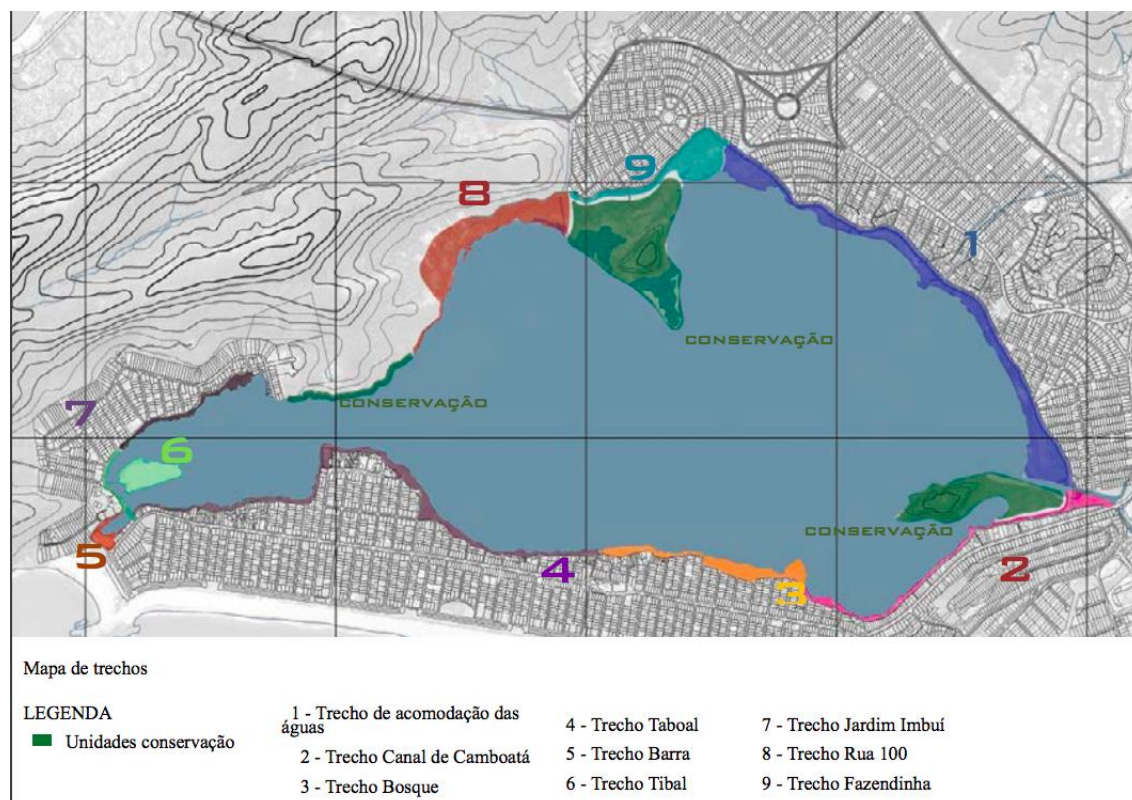


Imagem 4 - Mapa de trechos - Apresentação da oficina Parque Orla Piratininga (SMARHS)

No final de 2017, a Secretaria Executiva optou por licitar o projeto e ter as obras realizadas por uma empresa privada. Com o Projeto Conceitual próximo de ser entregue, foram realizados mais três encontros: uma oficina e duas rodas de conversas com grupos considerados mais vulneráveis pela equipe da SMARHS - moradores da favela da Ciclovía e com os pescadores - realizadas em 2018.

A realização de encontros extras com esses grupos se deu pelo entendimento da equipe da Secretaria que, quando as reuniões são abertas, os interesses políticos ficam mais acalorados e a participação de representantes de gabinetes da oposição e da situação é mais presente, assim como a fala de moradores de mais renda e educação formal, ocasionando um constrangimento a população de mais baixa renda, e que, devido a isso, poucos ousam pegar no microfone e expressar suas queixas. Estes encontros individualizados tiveram o propósito de dar voz a esses grupos para que pudessem expressar seus temores, assim como expor à equipe da SMARHS sua real necessidade no terreno.

Durante todo o processo de elaboração do projeto do Parque Orla, a equipe, segundo esses grupos, sempre esteve muito em contato com os moradores do entorno da Lagoa, porém sua participação oficial se deu na oficina de cocriação, em 2018 - realizada com vistas a entender a dinâmica organizacional e política do território e ter o espaço elaborado por quem o

conhece mais, os moradores. Estiveram presentes na oficina quinze moradores, segundo o Entrevistado 4 - um número baixo se comparado às outras reuniões comunitárias. Segundo o mesmo, isto se deu pelo fato de a atividade ter se realizado em horário comercial e no Colégio Itapuca, local distante para alguns moradores que teriam que se deslocar para o lado oposto da Lagoa de Piratininga.

Para facilitar a divisão dos presentes em menores grupos para a atividade, o entorno da Lagoa foi dividido em cinco mapas e os moradores de cada área podiam colar adesivos com figuras representando a atividade a ser realizada ali. Por exemplo, um parque para cachorros, crianças, área de idosos ou campo de futebol ou anfiteatros. Auxiliados por um facilitador, os moradores eram livres para ver os outros mapas e convidados a dar sua opinião ao que estava sendo proposto. Essa atividade deu aos presentes a oportunidade de ter a visão do parque como um todo, de maneira mais global. Todo esse material foi recolhido para ser compilado e detalhando no Projeto Conceitual a ser licitado. Abaixo seguem fotos da oficina realizada:



Sobre mapas do Parque Orla, lideranças comunitárias reúnem propostas, críticas e preocupações sobre o projeto.



Imagem 5 e 6 – Oficina de cocriação com lideranças comunitárias desenvolvida pela SMARHS – facilitadores e participantes montam o mapa de equipamentos urbanos no entorno da Lagoa de Piratininga – Blog do Axel 2017

As atividades elaboradas na oficina entraram no Projeto Conceitual, [volume 2](#), e estão descritas abaixo por trecho de forma resumida:

Trecho	Atividade
Trecho 1	Pista de pouso de parapente: bicicletário, estacionamento de veículos, rampa para esportes náuticos, píer e deck para pesca;
	Praça da Osíres Pitanga: rampa para esportes náuticos (stand up, caiaque), quadra de basquete, parquinho infantil, estruturas de piquenique (mesas e cadeiras), pista de skate;
	Rua Duque Dias Siqueira (ant. R. 34): espaço para churrasco, deck com mesas e cadeiras, píer para pesca;
	Entre a Rua Juvenal Laranja e a Rua Dr. Paulo Gouveia: horta;

	Rua Dr. Gérson Gonçalves (foz do Rio Jacaré - pontos de alagamento): estruturas de esporte e lazer (quadra de vôlei, campo de futebol, academia, parquinho de crianças, parquinho de cachorro, churrasqueira, mesas e cadeiras). Requalificação da Rua Gérson Gonçalves com implantação de sistema de infraestrutura verde de manejo de água pluvial;
	Rua José Ranzeiro: paraciclos e píer de pesca;
	Entre as ruas Dr. Kleber Feliciano Pinto e Dr. João Batista Serrão: paraciclos;
	Trecho anterior ao Canal de Camboatá: parque de cachorros e espaço para festas e comemorações.
Trecho 2	Trecho posterior ao Canal de Camboatá: quadra poliesportiva, parquinho para crianças, e equipamentos de academia;
	Restauração ecológica com o objetivo de fortalecer a vocação de refúgio de fauna silvestre (vide Plano de manejo do PARNIT);
	Trecho entre as ruas Vênus (ant. R. 107) e Lua (ant. R. 109): parquinho infantil, e logo depois da Rua Lua, paraciclos;
	Entre as ruas Juíza Patrícia Acioli e Valdemar Vanderlei a demanda é por deck com mesas e cadeiras, espaço de piquenique e horta.
Trecho 3	R. 116 e 117 (bosque): paraciclo, deck e mesas de piquenique;
	Rua Jornalista Umbelino Silva (ant. R.118): paraciclos;
	No trecho entre as ruas Pietro Farzout (ant. R. 120) e João Gomes da Silva (ant. R. 122): parquinho, campo de futebol e rampa para esportes náuticos;
	No trecho entre as ruas Vice-Almirante Zetho Cardoso Caldas (ant. R. 124) e Dr. Ernâni Luís da Cunha (ant. R. 129): Deck para pesca, parquinho infantil, quadra poliesportiva, equipamentos de academia e espaço para churrasco. Estruturas de esporte e lazer em geral.

Trecho 4	Trecho entre Rua Dr. Moacyr Gomes de Azevedo (ant. R. 139) e Rua Comendador Antônio Augusto da Paz (ant. R. 17 e 140): bosque com área de lazer e brinquedos, rampa para esportes náuticos e deck para contemplação;
	Rua Orestes Barbosa (ant. R.15): bosque com área de brinquedos, hortas comunitárias orgânicas e píer para pesca;
	Campo de Futebol na Rua João Pinto (ant. Rua 14);
	Iate Clube: Centro de visitantes, banheiros, museu natural, centro de estudos de áreas alagadas e oceanografia, equipamentos de academia, rampa de esportes náuticos e parquinho infantil.
Trecho 5	Não tem obras previstas
Trecho 6	Ilha do Tibau: parquinho infantil, área para esportes e estruturas de pesca. Prever o fechamento da circulação de veículos na via parque;
	Estudo de mobilidade;
	Previsão de estacionamento.
Trecho 7	Considerar possível servidão de acesso à trilha tupinambá.
Trecho 8	Final da Rua Estrela (ant. R. 100): deck para pesca;
	Passarela dentro do bosque;
	Rua Estrela (ant. R. 100) – próximo ao mirante: parque infantil, equipamentos de academia, parque para cachorros, rampa para esportes náuticos, horta comunitária, urbanização, calçada, ciclovia mão dupla.
Trecho 9	Fechamento de todas as ruas do trecho que terminam na ciclovia e dão acesso à lagoa com árvores e jardins;
	Criação de horta na área não edificante do Residencial Fazendinha

Tabela 2 – Obras por trecho (Projeto Conceitual – Volume II)

Um dos desdobramentos da oficina realizada foi o projeto de regularização fundiária. A população, com medo da expansão imobiliária na região devido aos melhoramentos, temia ser expulsa de suas casas e sofrer uma remoção forçada. No entanto, mesmo com este projeto, à medida que os projetos na Comunidade da Ciclovia se desenvolveram, ainda em 2020, ficou

evidente a necessidade de desapropriação de moradores. Onze famílias da comunidade próxima ao Cafubá, que moravam na margem do Rio Jacaré, foram removidas. De acordo com a Prefeitura, estas “poucas” remoções, do total de 1.277 imóveis instalados no entorno do Rio Jacaré, foram necessárias para a abertura de vias públicas e para a instalação de infraestrutura para o saneamento ambiental. Moradores ainda temem outras remoções em razão de indefinições acerca das obras. Por nota, a Prefeitura esclareceu que as famílias removidas seriam indenizadas.

Grande parte da articulação e da mobilização social feitas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS) se deu pelas Associações de Moradores presentes no entorno da Lagoa. Todos os entrevistados deixaram claro que a presença da equipe no território foi bastante significativa para o desenvolvimento do projeto, e que as conversas “informais”, como descrita pelos entrevistados, com moradores foram de grande contribuição.

Com os insumos das informações coletadas ‘informalmente’ com a população no território, com os mapas elaborados durante as oficinas e com as conversas com os moradores da fazendinha e pescadores, foi realizada pela equipe do projeto uma deliberação e definição dos equipamentos a serem instalados, sendo pontuado por um dos entrevistados que nem todos entraram na lista acima pois não seria possível sua instalação - não sendo aberto a quais itens não entraram no corte. Assim foram elaborados os volumes 1 e 2 do Projeto Conceitual e seu edital para licitação. O Projeto Conceitual foi descrito em entrevista. Segundo a coordenação do SMARSH, pelo número de exigência ser muito alto, não houve inscrições neste primeiro edital. Foi lançado um segundo edital, “menos rígido” de acordo com a coordenação do SMARSH, onde apenas um consórcio concorreu ao projeto, isto é, o Consórcio Ilhas Ecológicas De Piratininga, composto pelas empresas: Village Construções Ltda (empresa líder); EMBYÁ Paisagismo, Urbanismo e Arquitetura Ltda; Kaan Architecten – Serviços De Arquitetura Ltda e Gesto Arquitetura Ltda, formada para concorrer a esta licitação. Em entrevista um representante da empresa EMBYÁ descreveu que o consórcio se formou por empresas interessadas no projeto, mas que identificaram que não poderiam elaborá-lo sozinhas. Quem fez o contato entre estes atores foi a própria SMARSH - o representante da EMBYÁ foi orientador no projeto de mestrado de um dos membros da coordenação da Secretaria.

De acordo com o Entrevistado 4, junto com líderes comunitários, o consórcio realizou oitenta visitas ao entorno da Lagoa para o estudo do território. O mesmo conta que o processo se dava da seguinte forma: o consórcio entrava em contato com a Prefeitura de Niterói, que por

sua vez acionava o líder comunitário para que os recebesse no território. Foi apenas em 2019 que se realizou outro encontro com a comunidade local, desta vez organizada pela empresa licitante, numa reunião de explanação do projeto proposto e de verificação de expectativas. Esta teve um grande número de participantes, cem ao total, muito devido ao tempo dado entre as reuniões e a ansiedade da população de ver as obras iniciadas.

No mesmo ano a Secretaria Executiva de Niterói, hoje principal responsável pela implementação do Parque Orla Piratininga, realizou mais três reuniões comunitárias por grupos de trecho (trechos 1 e 2; trechos 3, 4, 5, 6 e 7 trechos 8 e 9), de maneira a facilitar o acesso dos moradores e com intuito de informar que obras e pontos de lazer seriam implantados ali. De acordo com a Secretaria Executiva de Niterói, ainda há o desejo de realização de oficinas de cocriação com enfoque na manutenção ecológica, por exemplo dos jardins filtrantes e píers que serão implementados, porém estas não foram agendadas pela equipe de implementação do projeto.

No momento, as intervenções na bacia dos rios estão ocorrendo no trecho 1, que abrange do fim da Avenida Francisco Gabriel de Souza Lôbo, próximo à área de pouso de parapente no Cafubá, até a ponte do Canal do Camboatá, perto da entrada de Camboinhas. As obras para a construção da ciclovia, áreas para lazer, ginástica e pesca, um mirante, quadra de esportes, pista de skate, brinquedos infantis e churrasqueira estavam previstas para março de 2021. No trecho 2, que vai do Canal do Camboatá até a Rua Doutor Valdemar Vanderlei e no trecho 3, que segue até a Rua Doutor Ernâni Luís da Cunha, além da ciclovia, também terão área de estar, churrasqueira, paraciclos, píer de contemplação, banheiros e quadra de esporte. O local ganhará ainda um grande parque e estacionamento. No trecho 4, que se estende entre a Rua Doutor Ernâni Luís da Cunha e a ponte de acesso ao bairro Jardim Imbuí, será construído um museu às margens da lagoa e será um espaço multiuso, de acordo com Leonardo Sobre para a matéria do O Globo em janeiro de 2021. As obras para o restante dos trechos ainda não tiveram um calendário divulgado. Outras obras previstas pelo projeto são a ligação da Lagoa de Piratininga com a Prainha, que faz parte do trecho 5 do projeto do parque. Já o trecho 6, que se estende da ponte de acesso ao Jardim Imbuí até a Rua Augusto Ruschi, incluindo também a Ilha do Tibau, terá um campo de futebol e uma quadra de esportes. O trecho 7 vai da Rua Augusto Ruschi até o fim do Jardim Imbuí, e o 8 compreende toda a área de abrangência da Rua Estrela, antiga Rua 100. O trecho 9 vai da Rua Estrela até a Avenida Francisco Gabriel de Souza Lôbo.

Durante as entrevistas com a coordenadora do projeto e com a administradora pública responsável (Entrevistadas 1 e 2 respectivamente), foi possível identificar a estruturação do

processo de cocriação do projeto. O processo inicial de levantamento de dados no território da Lagoa de Piratininga despertou interesse da população e possibilitou uma troca de ideias e opiniões entre os moradores da região e a equipe da Prefeitura.

Este processo, todavia, não pareceu ser planejado, e sim uma consequência do interesse popular sobre o projeto. Uma vez identificado tal interesse, a equipe da SMARHS intensificou o esforço de mobilização social, como podemos ver nas falas da Entrevistada 2 abaixo:

Esse foi um primeiro momento exploratório (...) a gente passou muito tempo fazendo primeiro uma exploração mesmo então, andando, conhecendo, conversando com as pessoas, entendendo os elementos que estavam ali envolvidos, onde que tinham áreas de especial interesse social, onde tinham comunidades, fazendo um diagnóstico mais profundo assim conversando com as pessoas a gente fez todo um lado de levantamento diagnóstico daquela região.

(...) inclusive com uma equipe mais dedicada a mobilização social e a gente começou a fazer um trabalho, realmente ia bater porta a porta, entregar flyer, andar toda a beira da Lagoa porta a porta, nas pessoas explicando o que estava acontecendo. (Entrevistada 2)

Alguns trechos nestas entrevistas evidenciam a complexidade do trabalho em um território heterogêneo em termos de poder aquisitivo e conflitos pré-existentes. A colocação da Entrevistada 1 mostrou como esse percurso foi realizado para um levantamento completo do território:

A gente começou a ver que a que a gestão do território também estava diretamente ligada à ambiência urbana, então a gente achou muito importante nessa hora entender quem eram esses líderes comunitários como era feita a gestão do espaço da comunidade e a gente quis se aproximar.

(...) um líder comunitário encontrava com a gente do ponto de domínio dele, aí ele a fazia o percurso com a gente, que a gente queria fazer um percurso no entorno da Lagoa toda, aí ele fazia o percurso acompanhando a gente e nos deixava na mão de outro líder comunitário, aí esse outro líder comunitário acompanha a gente até outro pedaço para poder fazer o levantamento das coisas. (Entrevistada 1)

O contato com as associações de moradores se mostrou necessário para a mobilização social pretendida pelo governo público, ao mesmo tempo que mostrou ser insuficiente para atingir os moradores do entorno.

Um dos trabalhos que eu fiz foi mapear todas as associações de moradores que atuavam lá em volta então peguei o contato de todas as associações, entendi quem elas eram, onde elas atuavam, quais eram as sobreposições que elas tinham, quais eram as relações que estavam estabelecidas, porque muitas vezes esses atores também não trabalham de forma harmônica, então também tem conflitos nessas relações, então a gente tentou entender onde que estão esses conflitos territoriais (...) (Entrevistada 2)

A Entrevistada 2 definiu como um “telefone sem fio” os conflitos internos do território, que levou à disseminação de informações falsas entre as comunidades do entorno. Afirma ainda que “a gente sempre quis envolver os moradores, mas à medida que a gente foi indo pra campo e foi conversando com essas associações a gente foi tendo muito ruído de comunicação”. Entende-se que estes ruídos se devem à falta de comunicação e talvez transparência da atuação da Prefeitura no local, gerando insegurança nos moradores, muitos destes ocupantes irregulares. Scherrer e Warren (2006) descreveram as diferentes formas de democracia, que se encontram hoje em dia sobrepostas devido à grande demanda por transparência e mobilização social. Já de acordo com Nancy Roberts (2004), a legitimidade da democracia está ancorada na reativação do princípio da soberania popular, confere responsabilidade política aos órgãos públicos, tal como outorga credibilidade popular aos seus processos. Quando ambos os conceitos estão presentes, temos reconhecimento de autoridade e responsabilização entre os representantes, caracterizando a cocriação.

Além disso, outras duas aprendizagens se deram neste momento de levantamento de campo por parte do poder público: “a gente percebeu que a gente já tem que trabalhar por trechos, naquele parque por causa das atuações das associações” e a percepção que “a diferença entre um projeto que faz sentido pela comunidade de um projeto que não faz sentido às vezes é muito sutil, e se a gente fosse colher individualmente esses *feedbacks* em 9 km de orla não ia dar certo.” (Entrevistada 2) e, portanto, a limitação do poder público para envolver a população, como a equipe do projeto afirma que foi sua intenção desde o início, seria necessário criar um espaço formal para comunicação com os moradores. Dessa maneira, foi idealizada a oficina de cocriação para o projeto do Parque Orla Piratininga.

De acordo com o Entrevistado 4, a percepção de aproximar os moradores do desenho do projeto foi importante para a população acreditar que ele seria cumprido.

Foi uma das coisas que eu batalhei muito com a prefeitura, eles falavam muito sobre o projeto, mas muito internamente. Eu que falei que eles tinham que colocar uma equipe na rua, porque a população precisa entender que vai acontecer algo, enquanto não existir uma movimentação para eles é balela. É politicagem e isso não vai funcionar. Então eles fizeram um mecanismo maneiro de colocar as pessoas lá identificadas no território... As pessoas locais acreditam mais quando vem essas equipes na rua. (Entrevistado 4)

A população precisava acreditar não apenas na ideia do projeto, mas na sua realização e, mais importante, na sua manutenção. No intuito de dar credibilidade não apenas ao projeto Parque Orla Piratininga, mas também ao governo, foi desenvolvido um projeto secundário de

regularização fundiária, como garantia da não remoção dos moradores atuais. Uma das perguntas colocadas pelo líder comunitário se refere justamente a esse ponto:

Ele (o projeto) quer transformar isso aqui. Só que aí vem a minha pergunta enquanto liderança: essa é pros moradores, essa obra é para prefeitura, essa obra é para valorização imobiliária, essa obra é pra quem?

Aí pra provar que é para comunidade essa obra eles estão dando o título de regularização fundiária. Uma garantia que a obra vai acontecer e que é pra gente. (Entrevistado 4)

A presença da equipe da Prefeitura se fez relevante inicialmente “garantiu” o interesse da população pelo que estava se propondo e em seguida a validação das oficinas, onde atuavam como provas que o projeto sairia do papel.

A definição da análise do projeto como um projeto de cocriação se dá pela participação da população do entorno na definição do local de inserção de equipamentos urbanos, como os píers e anfiteatros propostos. De acordo com a Entrevistada 3, esse processo de apoio na escolha dos locais dos equipamentos foi fundamental, pois só os moradores poderiam apontar se a instalação faria sentido.

porque nossa mentalidade era a gente entende quais são possíveis espaços de lazer, mas as vezes a gente não entende coisas muito sutis que são porque “se eu fizesse esse parquinho meio quilômetro para lá ao meio quilômetro para cá ele vai fazer toda a diferença na vida dessas pessoas” e a diferença entre um projeto que faz sentido pela comunidade, de um projeto que não faz sentido às vezes é muito sutil e se a gente fosse colher individualmente esse feedbacks em 9 km de orla não ia dar certo. (Entrevistada 2)

No entanto, houve uma lacuna nesse processo: de fato, iniciativas de cocriação se deram em momentos onde a população estava fisicamente presente e interessada no que estava vendo, e apenas após a oficina realizada, com as associações de moradores e representantes de lideranças comunitárias. É possível considerar que a equipe da SMARHS, em um dado momento, se viu sem respostas para algumas questões e sentiu que a opinião da população daria credibilidade às escolhas feitas. Houve um hiato na participação popular e um retorno destas já próximo ao momento da licitação,

Ninguém da equipe concordava com esse modelo (de audiências públicas), a gente não era a favor. A gente pensou em fazer uma oficina para ver essa questão do programa, porque realmente a gente ficava horas no escritório querendo fazer o programa e ninguém concordava com ninguém e a gente pensou em botar isso pra população definir. Porque eles melhor do que ninguém saberiam o que querem e seria

legal eles terem essa visão do território e eles têm que conseguir enxergar o território do vizinho porque o território do vizinho também é deles, né? (Entrevistada 1)

(...) todo esse insumo que a gente coletou serviu para guiar o projeto depois, então ele não só foi anexado no próprio edital de licitação, como ele foi depois apresentado e pactuado junto com a empresa que assumiu o projeto executivo. Esse movimento foi muito importante porque criou na comunidade, a garantia da continuidade e do aprofundamento desse trabalho de participação (Entrevistada 2)

De acordo com o Entrevistado 4, o projeto ainda que “maravilhoso e que propõe uma melhora da qualidade de vida de todos os moradores” é um “um processo (...) político e existe uma preocupação desse projeto não sair do papel e ser mais um projeto. Tem uma insegurança muito grande... Até hoje elas não acreditam 100%”, se referindo aos moradores.

Uma das indicações desta posição se dá devido ao hiato entre o levantamento realizado no território, que levou “cerca de dois meses”, segundo a Entrevistada 1, e a oficina realizada pelo SMARHS. Entre o levantamento e uma primeira reunião para explanação inicial do projeto em uma reunião aberta à população, realizados em 2017, passou-se quase um ano até a realização de um segundo encontro com um modelo mais dinâmico, a oficina.

Esse hiato se mostrou significativo quando, na oficina, houve poucos representantes dos moradores, que ao final contava apenas com quinze. Entre vários fatores para isso, o local definido e o horário dificultaram o acesso de mais pessoas à oficina, como explicou o líder comunitário.

De acordo com a Entrevistada 1, “é normal: a população quer e quer. Mas na hora que pede pra participar, acha um saco. Todo mundo quer participar, mas acha um saco, igual reunião de condomínio”.

Apesar da pouca assiduidade, a atividade foi considerada um sucesso tanto pelo governo - e oposição política presente - quanto pelas associações de moradores. Sucesso esse muito devido à iniciativa de envolvimento de populações historicamente desconsideradas pelo poder público na região, como os pescadores e os moradores da favela da Ciclovía, que puderam participar de oficinas individuais para este público. De acordo com a Entrevistada 3:

O que eu acho é que na medida do possível com a equipe que a gente tinha, que era pouca, e tempo que a gente tinha para o trabalho conseguimos priorizar bem quais eram os espaços a serem abertos de forma a focalizar eles em um público que historicamente tem menos participação e menos voz no espaço coletivos. (Entrevistada 3)

Entre as críticas dos entrevistados em relação ao processo de cocriação, podemos destacar duas falas dos Entrevistados 3 e 4, respectivamente:

As pessoas, e isso foi uma coisa muito engraçada na oficina, porque quando a gente fez a oficina, as pessoas sentem falta desses espaços, elas querem o momento do palco, da esfera política, da atuação de “eu vou subir aqui eu vou fazer o meu discurso” e colocar o meu discurso eles sentem falta desses espaço quando você só coloca mapa. Tipo “eu vim aqui, subir lá e fazer o meu discurso e me colocar nesse espaço público”. Então tinha muito disso: tinham vereadores que iam, em geral mais assessores ou chefes de gabinetes do que vereadores, mais a equipe do gabinete. E iam pra falar, filmar e colocar em redes sociais, iam para fazer também o papel deles de representação, de participação naquele espaço (Entrevistada 3)

Participei dessa oficina sim, mas como sempre a população ela não participa em massa. Então quem vai pra lá é quem tem seus interesses políticos. Então tinha um bocado de lideranças políticas lá, dando pitacos, mas na grande maioria eles não eram moradores não... só queriam fazer perguntas políticas e não de interesse de todos... (Entrevistado 4)

Ambas as falas se referem a dificuldade de criar espaços onde a questão política ou, mais especificamente, o papel do político como figura pública, escute a população que o elegeu, possibilitando uma troca entre estas partes. Porém, no espaço que não foi desenhado com este propósito, o lugar de fala deste ator parece descontextualizado. Isto leva ao entendimento de que mesmo o poder público, que buscou criar este ambiente, ainda não tem todas as ferramentas necessárias para abrir um espaço de troca democrática que permita um debate focado no projeto em questão, sem os conflitos levantados pelas questões políticas vigentes.

A não permanência desses atores durante toda a oficina traz a percepção do não cumprimento deste com o que foi acordado ali, o que possibilitaria uma desconfiguração da cocriação, idealizada pelo projeto. A cocriação entre figuras eleitas e seus constituintes é mais do que uma promessa de campanha, é um comprometimento maior, que cria relação entre as partes e uma responsabilização maior por parte do poder público. Como colocou a Entrevistada 1, “o governo tem muito medo da oficina né? É delicado falar isso, mas o governo tem medo da oficina. E foi (...) super bem recebido...” - ou seja, a iniciativa foi bem recebida. De acordo com a Entrevistada 3, “é um equilíbrio muito difícil de se encontrar entre em participação e implementação e execução.”

Podemos identificar que a exposição do projeto e a oficina que se seguiu foram desenhadas de forma muito abrangente e não específica para o público presente. Ambos Entrevistados 3 e 4 expuseram pontos similares, respectivamente:

A galera da comunidade tem uma cultura diferente da galera da classe média alta. É muito diferente, e as pessoas não sabem, às vezes, se comportar a altura das pessoas da comunidade. Que tem uma linguagem específica entre eles, que é uma tribo. Somos uma tribo, temos uma linguagem apropriada. Mas quando você entra ali no meio e

tem todas essas pessoas usando uma linguagem mais elaborada, a pessoa humilde não consegue captar aquilo (Entrevistada 3)

como você medeia e gere essas relações entre grupos que têm linguagens diferentes, poder aquisitivo diferentes, que percepções de direitos e deveres diferentes? ... É um espaço público que tem esse caráter é político que não é institucional, mas qualquer espaço público é político por natureza então tem uma disputa de imagem, de espaço, de fala, tem uma disputa e quanto mais a audiência for nesse modelo palco/ plateia, mas audiência vai ter caráter (Entrevistado 4)

Um dos pontos de consenso entre todos os presentes era a questão do meio ambiente, sobre qual todos concordavam em sua importância e na necessidade de agir sobre ele.

A gente colheu duas coisas principais que eram: saneamento, essa é uma área que tem muito problema com gestão de resíduos... gestão de resíduos saneamento então esgoto era um grande problema lá tanto na Lagoa como nas ruas em torno (...)

(...) ele (o projeto) precisava fazer sentido, ele precisava envolver as pessoas que moravam lá de alguma forma. Até por uma questão de sustentabilidade a permanência dessa obra depois, mas também por uma questão que essas pessoas que são afetadas mais diretamente por esse projeto. (Entrevistada 3)

Foi uma coisa tão incrível o fato de como meio ambiente, ele pode ser um grande elo entre as pessoas. Ele é o grande elo entre as pessoas, porque na verdade, cada um cuida do seu, tem as rixas políticas, as rixas territoriais, os problemas lá, mas todo mundo quer ver aquele corpo hídrico vivo. (Entrevistada 1)

Percebemos que a preservação do meio ambiente está intimamente ligado às questões de saneamento e à gestão de resíduos. No entanto, a equipe do SMARHS se distanciou destas por entender que o não seria papel do Parque agir sobre o saneamento básico da região, se restringindo a melhoramentos mais imediatos à Lagoa de Piratininga. De acordo com a Entrevistada 3, "...a gente integra esse parque na paisagem e no contexto em que ele está inserido, e não só em termos de integração com o meio ambiente, mas também do contexto social em que ele tá."

As promessas do Parque Orla Piratininga são muitas e ainda há muito a ser definido em termos de quando a obra vai começar e como "vai ser esse mecanismo de manutenção? Quem vai ser essa empresa, essa mão de obra?", questionou o Entrevistado 4.

A partir das entrevistas, o projeto, do ponto de vista do autor, pode ser parcialmente denominado de cocriação, pois teve sua parte conjunta com a população. Entretanto, devido à súbita licitação, não a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade julgou que não houve o tempo para se trabalhar com as diferentes associações de moradores por um período maior. Entre erros e acertos, a equipe desta chegou a conclusão que foi realizada uma ação de política de cocriação. No manual, que entrego como produto final

desta pesquisa, busco pontuar maneiras de diminuir esses entraves, possibilitando minimizar os erros percebidos durante a gestão desse projeto.

Para a elaboração do guia de melhores práticas proposto foram analisados, além do projeto Parque Orla de Piratininga, outros dois projetos entendidos como de cocriação pelo município de Niterói: o primeiro, o Projeto Urbanístico, Social e Ambiental do Canto de Itaipu; e o segundo, o projeto em parceria com o aplicativo Colab.re - uma plataforma que visa aproximar o cidadão à Prefeitura, facilitando o diálogo e permitindo a sua participação na atividade de fiscalização de serviços públicos a partir de solicitações para a resolução de problemas urbanos, de competência municipal. Isso possibilita ao cidadão atuar de maneira ativa na colaboração de melhores condições do ambiente ao seu redor, gerando maior qualidade de vida.

O Projeto Urbanístico, Social e Ambiental do Canto de Itaipu integra o Programa de Apoio à Atividade Pesqueira - elaborado originalmente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SEDRAP), em parceria com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) - buscou valorizar natureza e o patrimônio histórico e natural da área denominada Canto de Itaipu, que abrange a Praia de Itaipu, a Praça de Itaipu e o Recolhimento de Santa Teresa e a Duna Grande, podendo ser visualizado no mapa abaixo.



Imagem 7 - Mapa do projeto Urbanístico, Social e Ambiental para o Canto do Itaipu

O Projeto, que passou abreviado como Projeto do Canto de Itaipu, foi elaborado pela empresa Campo Arquitetura, Urbanismo e Design LTDA (AUD). A empresa, ao longo de doze meses, adotou uma metodologia de participação popular, incluindo entidades governamentais, institucionais e associações para a construção do mesmo. Por isso o Projeto é entendido pela pesquisadora como um processo de cocriação, ainda que não utilizasse esta nomenclatura, pensado nos termos de Remesar (2005) onde “a rua, as praças e os parques são o (...) local da expressão da cidadania mediante a sua ocupação e manifestação de inquietações”. O mesmo objetivou a definição da intervenção urbana, da adequação dos usos e das atividades a serem realizadas para a promoção do desenvolvimento das potencialidades locais, considerando seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais ainda segundo Remesar (2005).

Na fase inicial do Projeto foram realizados eventos com o intuito de divulgar, sensibilizar e envolver tanto a população como as entidades locais. Foram realizados os seguintes encontros: lançamento do Projeto; cerimônia de assinatura do contrato com a empresa vencedora da licitação na presença da comunidade local e autoridades; apresentação institucional da empresa; reunião com instituições governamentais atuantes no local; sensibilização ao Projeto: reunião aberta à participação, instituições públicas e a sociedade civil local para apresentação e discussão do Plano de Trabalho.

Ao final do processo de construção participativa do Projeto, um Termo de Validação do Projeto Urbanístico e Socioambiental Canto de Itaipu foi assinado pela comunidade de Itaipu, entidades estaduais, federais e municipais como garantia do acordo. Infelizmente este não foi encontrado para consulta.

O processo realizado identificou as demandas locais e apresentou propostas para questões da mobilidade e acessibilidade urbana, ordenamento do espaço público, usos e atividades compatíveis, preservação do sítio arqueológico da Duna Grande e demais bens do patrimônio cultural e ambiental, recuperação da vegetação de restinga e, principalmente, instalação de equipamentos de apoio às atividades pesqueiras. Entre as recomendações apontadas no estudo estão um novo desenho urbano, recuperação da vegetação nativa, adequações do sistema viário, mobiliário urbano, redes de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial; sistemas de iluminação pública e coleta de lixo; uma unidade operacional de apoio à limpeza urbana, posto guarda vidas, posto de informação, posto comunitário (com dupla atividade, servindo de apoio à vigilância e segurança), quiosques,

banheiros públicos e a instalação de ranchos de pesca; para limpeza e manipulação do pescado e uma oficina de manutenção de barcos, em atendimento às necessidades dos pescadores.

Os trabalhos de campo foram iniciados com a realização de um Cadastro Socioeconômico, feito por meio de questionários; um Cadastro Físico, com uma base georreferenciada; e com informações sobre os domicílios, infraestrutura e serviços. Na sequência foram realizadas as oficinas, que contaram com participantes indicados pelas instituições e entidades locais, demais moradores, os Grupos Focais de Pesca, com os grupos divididos em Pesca de Arrasto de Praia, Pesca de Mergulho e Pesca de Rede de Espera, objetivando caracterizar essa atividade e seus conflitos com outros grupos locais e sazonais.

Segue abaixo a descrição e o objetivo das três oficinas previstas no Projeto:

- Oficina nº 1: Leitura Comunitária - objetivou captar dados para elaboração de um diagnóstico inicial do entorno, onde foram recolhidos dados contemporâneos e históricos de trabalhos anteriores realizados.
- Oficina nº 2 – Plano de Intervenção - apresentação e discussão das primeiras propostas feitas a partir das informações colhidas na Oficina nº 1 e na análise do diagnóstico, onde foram geradas recomendações preliminares para os Grupos de Trabalho.
 - Os Grupos de Trabalho contaram com reuniões adicionais divididas por temas, com a participação das entidades relacionadas ao assunto, que tinham o objetivo de aprofundar as propostas debatidas. Os grupos foram divididos em: Atividade Pesqueira; Ordem Urbana; Atividade Comercial; Infraestrutura e Meio Ambiente; Mobilidade, Lazer e Patrimônio e Demandas Sociais.
 - Ainda foi solicitado pelos pescadores uma Reunião Extraordinária, com o objetivo de esclarecer melhor o Plano de Intervenção apresentado na Oficina nº2.
- Oficina nº 3: Validação do Projeto – Foi a reunião de conclusão da participação popular e apresentação do projeto finalizado, com esclarecimentos de dúvidas. Nessa oficina foi proposta a criação de uma Fábrica de Gelo, o projeto aprovado e validado.

Ao todo, foram realizadas 23 reuniões, onde as deficiências e sugestões para a melhoria do bairro foram debatidas em conjunto com instituições do Governo do Estado, Prefeitura de Niterói e Governo Federal. Estima-se que duas mil pessoas seriam beneficiadas pelas intervenções.

Como síntese das propostas, foi elaborado um Projeto que previa a organização das vias, incluindo: pavimentação; sinalização; nova iluminação, estacionamentos, ciclovias e bicicletários - além da demarcação de baias e novo acesso para os ônibus de turismo, sendo eliminado o ponto final dos ônibus urbanos. Foi proposta a criação de um parque interligando as áreas de interesse ambiental nas orlas da Praia, Lagoa de Itaipu e Duna Grande, utilizando-se passadiços (decks de madeira) e o cercamento das trilhas e elementos naturais, garantindo a acessibilidade e disciplinando a circulação de pessoas. Foram designadas áreas específicas para os quiosques e banheiros públicos, assim como o resgate da restinga original e a colocação de mesas e cadeiras. Foi previsto também a desocupação e liberação da Praça do Recolhimento e demarcadas áreas de ocupação e identificação de edificações a serem demolidas. Ficou previsto a implantação de uma rede de drenagem usada também como controle de expansão da Vila.

Inicialmente as obras estavam previstas para ter início no 2^a semestre de 2013. O projeto foi idealizado com um piloto de uma série destinada para demais comunidades pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro, tendo como objetivo o desenvolvimento econômico e social aliado à preservação do patrimônio cultural local - incluindo a pesca artesanal e os valores históricos, paisagísticos e ambiental. No intervalo de 2013 a 2019, não foram encontradas menções nas plataformas da Prefeitura de Niterói e tão pouco em jornais e mídias locais, não sendo possível verificar as repercussões deste atraso e os motivos que levaram a ele. Em 2019 foi publicada a licitação para execução de obras e serviços de requalificação urbana no Canto de Itaipu, na Região Oceânica no Município de Niterói. Ainda temos muitos poucos exemplos de projetos de cocriação nesses moldes no Brasil, por isso a dificuldade de dialogar com outros processos semelhantes no exterior, por uma questão cultural, impossibilitando a comparação com projetos em países com características sócio econômicas culturais diferenciadas.

Este Projeto de requalificação foi financiado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) no valor de R\$ 1,9 milhões e faz parte do Programa Região Oceânica Sustentável (PRO-Sustentável), o mesmo que do Projeto Parque Orla Piratininga.

O Projeto de requalificação do Canto de Itaipu passou a se basear em quatro eixos principais:

- O primeiro descreve a importância da infraestrutura de apoio à atividade pesqueira artesanal, definindo adequações logísticas e desenhando instalações, como cabines para o armazenamento de material de trabalho e uma área específica para a limpeza do pescado, que era realizada na areia.

- O segundo eixo, definido após uma avaliação dos assentamentos da comunidade de pescadores de Itaipu, avaliou a necessidade de remoções. Ao total, oito famílias que viviam em uma área de preservação ambiental seriam realocadas.
- O terceiro eixo versou sobre o uso sustentável do solo, na recomposição paisagística e ambiental. Para a área da chamada Grande Duna, principal sítio arqueológico da região, foi previsto cercamento e recuperação de sua vegetação. O acesso passaria a ser feito por decks suspensos. Na Praia de Itaipu seriam instalados cinco quiosques padronizados e integrados ao deck de 500 metros, margeando a orla. Também foram previstas instalações de chuveiros e banheiros em todos os quiosques, bem como uma mudança no acesso à praia, com a instalação de uma rampa para maior acessibilidade.

Foi encontrada na matéria do jornal O São Gonçalo uma fala de Renato Esteban, gerente de Projeto da empresa Hollus Serviços Técnicos Especializados, contratada para realizar a obra, na qual afirmou:

Todo diferencial desta obra parte do princípio de que os verdadeiros idealizadores são os beneficiários diretos, quem vive no local e frequentadores da praia de Itaipu, que foram moderados e tecnicamente intermediados pela equipe do programa, para melhor referenciar os resultados e abranger as melhores técnicas para a execução das obras (Jornal o São Gonçalo - 19/06/2020)

Apenas em junho de 2020 as obras de repaginação do Canto Sul da Praia de Itaipu foram concluídas. A área recebeu restauração paisagística, foram organizados os estacionamentos já existentes, com devida sinalização, foram construídos uma praça de eventos, rampa com acessibilidade a praia para as pessoas com dificuldades de locomoção, instalação de deck de madeira, e pequenas edificações de apoio para a atividade pesqueira. Foram estabelecidos também novos espaços com salas de reunião, de administração e depósito de pescado. Logo o Projeto da Orla da Lagoa de Piratininga foi valido e, à medida que novos projetos vão surgindo, tanto as Prefeituras quanto a população vão amadurecendo em seus entendimentos de direitos e deveres.

Infelizmente não foi possível realizar uma visita ao local devida à pandemia do Covid19 que vivemos desde 2020, o que impossibilitou a pesquisadora a entender o real significado e desdobramento destas oficinas ao longo prazo, a relação entre proposta *versus* execução, bem como a relação da população com o entorno revitalizado. Também não foi encontrada nenhuma

documentação que faça a comparação direta entre os projetos. No entanto, ficam nítidas suas semelhanças, baseado principalmente na fala Renato Esteban acima e as similaridade descritas em ambos os projetos, o Projeto Canto de Itaipu, de 2013, o Projeto de requalificação da área, nos levando a crer que ambos são o mesmo projeto.

Outro ponto relevante a ser considerado é a falta de informação disponível entre 2013 e 2016. Não foram encontradas menções nas plataformas da Prefeitura de Niterói e tampouco em jornais e mídias locais, não sendo possível verificar as repercussões deste atraso e os motivos que levaram a ele. Porém, o que ficou evidenciado foi a relevância do que foi construído com a população ainda em 2013, sendo utilizado de base para construção do projeto e para obras atuais ainda que não estão na sua integridade.

Já a parceria entre a Prefeitura de Niterói e o Colab.re inicialmente ofereceu à população da cidade de Niterói um canal de contato direto com a gestão pública. O Colab.re é uma plataforma digital que atua com o objetivo de aproximar cidadãos de seus governos através de uma ferramenta de tecnologia: website e aplicativo para smartphones. Por meio destes canais o cidadão pode participar de maneira mais fácil e lúdica da gestão de sua cidade. No aplicativo é possível publicar fotos de demandas urbanas, como a necessidade de um reparo em um equipamento urbano e a fiscalização da atuação do poder público na cidade - além de propor novas ideias de investimentos, receber informações importantes do poder público, possibilitando a este pautar decisões governamentais em consultas e planejamento participativos.

O objetivo desta interação e do acesso à informação facilitada é produzir maior engajamento da população local nas demandas da cidade. Ao mesmo tempo, a plataforma propicia uma ferramenta de gestão pública, pois concentra as demandas recebidas pela população, com informações que auxiliam no planejamento e na tomada de decisões. Além disto, o aplicativo fornece relatórios, mapeamento das postagens e especificação dos usuários, como sexo, gênero e faixa etária. Com esta base de dados é possível saber qual local concentra os maiores problemas e mobilizar as secretarias para as devidas providências, aumentando o nível de eficiência, eficácia e responsividade com as quais as decisões são tomadas.

A metodologia do Colab.re foi construída com mais de 2.500 servidores públicos ao longo dos últimos e hoje conta com mais de 250.000 cidadãos colaboradores no Brasil. O aplicativo funciona como uma rede social onde os usuários podem visualizar as postagens sobre sua cidade e comentarem aquelas que mais se identificam. Quando o usuário aponta um

problema, ele passa a receber notificações sobre o andamento da sua resolução. O Colab.re é subdividido em três categorias: fiscalizações, propostas e avaliações.

Niterói foi uma das primeiras cidades no Estado do Rio de Janeiro a estabelecer uma parceria com o Colab.re, em 2014. Hoje conta com mais de 32 mil usuários, quase 35 mil publicações e com taxa de resolução de 83%. Ao todo foram realizadas quase 70 consultas, mobilizando 11.843 pessoas, num contingente de 513.584 habitantes estimados, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2019 (IBGE). Algumas das demandas publicadas pelos moradores de Niterói são, por exemplo: a necessidade de fiscalização de estacionamento irregular de veículos no bairro de Icaraí, a proposta de padronização das barracas da feirinha do Campo de São Bento e a solicitação de um projeto de paisagismo e a construção de uma horta urbana no mesmo local.

Para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, a Prefeitura de Niterói decidiu elaborá-lo em colaboração com a população, utilizando o aplicativo como plataforma digital. O PPA é um instrumento que estabelece as diretrizes, objetivos e metas de um governo, sendo obrigatório para todos os entes federativos do Brasil, renovado a cada quatro anos, durante o primeiro ano de uma gestão. Para seu desenvolvimento, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SEDRAP) analisou as plataformas colaborativas desenvolvidas para outros municípios junto ao Colab.re, estabelecendo aquela que mais se alinhava às necessidades da Prefeitura de Niterói. A demanda da cidade de Niterói resultou na ampliação do módulo de Consultas e Planos Participativos do aplicativo, que incluía soluções que haviam sido desenhadas para atender às necessidades de outros municípios, como foi o caso do Orçamento Participativo de Santos e da criação do Plano de Metas da cidade de São Paulo.

Para o PPA foi estabelecido um grupo Intersecretarial, apoiado pelo Colab.re, para a criação de um questionário a fim verificar as prioridades da população de cada uma das cinco macrorregiões⁶ da cidade de Niterói e definir as estratégias de mobilização da sociedade. O questionário foi segmentado em áreas de concentração: saúde, educação, infraestrutura, mobilidade e trabalho. Um dos objetivos desta consulta era o engajamento de jovens (cidadãos entre 15 e 19 anos). Para tanto, a Coordenadoria da Juventude esteve presente para definir o modelo do planejamento participativo. Na elaboração do PPA estavam envolvidos, além do Colab.re, a consultoria Houer e a SEPLAG, que construíram uma estratégia de mobilização que incluiu um lançamento digital e presencial para a consulta, a realização de encontros presenciais

⁶ Niterói está dividida em cinco macrorregiões administrativas: Praias de Baía, Norte, Pendotiba, Oceânica e Leste.

no formato de plenárias e a articulação da base de usuários realizada via disparo de e-mail marketing e pushes pelo aplicativo. Foi realizado um lançamento da consulta com a presença do prefeito e dos principais veículos de imprensa de Niterói e região com o objetivo de disseminar as informações acerca do processo participativo digital e do calendário de plenárias que se realizaram durante o período de consulta pública. Essas plenárias foram realizadas em todas as macrorregiões da cidade e os cidadãos interessados puderam participar presencialmente e/ou acessando o Colab.re via tablet. Ao todo foram realizadas 5 plenárias presenciais, em cinco macrorregiões da cidade, entre os meses de junho e agosto de 2017. A consulta recolheu 1860 respostas, sendo 1377 enviadas via Colab.re e 483 colhidas durante as plenárias. Vinte e cinco propostas principais foram contempladas na formulação do Plano Plurianual e publicadas no Portal da Transparência do município de Niterói.

Hoje, mais do que uma escolha, devido à pandemia do Covid-Sar-19, a participação digital é imperativa para os governos em função das exigências legais relacionadas à transparência das contas públicas e do direito à informação. Todavia apenas oferecer uma ferramenta online não garante a participação e o engajamento dos cidadãos, nem a transparência prometida pelo governo. Ao visitar o site do Portal da Transparência de Niterói não foi possível localizar a metodologia de análise e tratamento das respostas coletadas pela consulta do PPA, por exemplo. O site não é muito fácil em termos de navegabilidade e disposição dos dados, ainda que cumpra os requisitos legais necessários.

O fortalecimento da participação política cidadã é uma tarefa complexa e requer a conjugação de diversos fatores, circunstâncias, agências e atores políticos. Podemos entender que o mecanismo oferecido pelo Colab.re se assemelha à natureza de uma ouvidoria ou um serviço de atendimento onde o cidadão tem um espaço destinado a cobranças e fiscalização dos serviços prestados a ele, passando a se entender como cliente-usuário deste espaço público chamado cidade.

Um ponto que chama a atenção é que o aplicativo possibilita a identificação do indivíduo que fez a postagem, o que pode ser visto como uma ameaça em termos de privacidade dos dados dos usuários. O governo local tem acesso não apenas aos dados sócio demográficos, mas dados pessoais sensíveis de cada um cidadão. Ainda que haja um compromisso ético do governo com o sigilo dessas informações, o município - bem como o próprio aplicativo - tem o desafio de criar formas de participação que permitam a contribuição anônima para garantia da segurança desses cidadãos. No entanto, mesmo levando em consideração esta divulgação de dados, ainda se percebe uma maior facilidade de relatar um problema pela plataforma do que por outros

canais disponibilizados pela Prefeitura, como a Ouvidoria, por exemplo. Apesar das dificuldades supracitadas, o uso do aplicativo oferece ao cidadão maior agência sobre as demandas que percebe, o que pode ser evidenciado pela alta taxa de engajamento. Nos últimos seis anos foram realizadas 70 consultas à população, mobilizando 11.843 pessoas, e mais de 50 mil solicitações de serviços registradas, com uma taxa de resolução de 83.89%

Podemos perceber como desafio, tanto para a aplicação do Colab.re quanto para a participação digital, além da necessidade de anonimatos dos cidadãos, a inclusão de grupos marginalizados e mais vulneráveis. De maneira geral, cerca de 70 a 80% dos usuários que participaram destes processos participativos em Niterói se concentram nas classes A e B, com alto grau de escolaridade. Como desafio estruturante persiste a inclusão de pessoas de baixa renda nos processos de participação digital ou presencial estruturados pelo poder público.

Outro aspecto determinante identificado nestes processos, para além dos resultados pontuais, é o respaldo e a credibilidade política ganha pela aplicação de metodologias participativas, parecendo ser o mais proeminente e reconhecido destas ações. Retomando o ponto de Lotta (2015), a reestruturação do desenho e a implementação de políticas nestes novos arranjos se dá em razão das múltiplas crises políticas diante da exposição de crimes de corrupção, falta de transparência e de responsabilidade dos governantes em suas ações e compromisso, onde se faz necessário retomar uma posição de credibilidade e confiança frente a seus eleitores. Ao mesmo tempo há uma demanda por mais transparência, participação e serviços de alta qualidade por parte da população de modo geral, que encontra no espaço digital onde compartilhar suas insatisfações e cobrar respostas mais diretas dos representantes.

Conclui-se que o entendimento da população e do interesse pelo poder público de suas demandas tem resultados mais profundos no imaginário popular do que possíveis ações estruturantes.

3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

O produto descrito abaixo foi elaborado no formato de um guia de melhores práticas, contendo informações consideradas relevantes para introduzir ao público o conceito de cocriação e como ele pode ser posto em prática.

A escolha deste formato se dá pela linguagem simples e eficaz, de forma concisa, que na visão da pesquisadora facilitaria seu uso futuro pelo público-alvo e agentes da organização pública de diferentes esferas - como secretarias e laboratórios, por exemplo, que buscam maior engajamento da participação cidadã em seus projetos, além de organizações da sociedade civil, fundações e institutos.

O guia está organizado em cinco sessões: 1) Apresentação - onde é descrito brevemente o conceito de cocriação e sua aplicabilidade na elaboração de políticas públicas; 2) Etapas da cocriação – em que são descritos os processos e suas etapas; 3) Pessoas e Lugares – quem é o público envolvido neste processo e como engajá-los; 4) A importância dos lugares/ambientes nesse desenvolvimento; 5) Recomendações de seu uso.

O instrumento foi elaborado a partir do trabalho descrito por Sobral, isto é, com o uso da metodologia aberta da empresa “Ecossistema Urbano” - uma empresa de design e consultoria que opera nos campos do urbanismo, arquitetura, engenharia e sociologia, e que desenvolveram instrumentos de cooperação para as cidades -, além de publicações e pesquisas da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) de Portugal, integrada na Área de Governo da Modernização do Estado e da Administração Pública e de projetos publicados do coletivo Masepê, que elabora atividades de engajamento e dinâmicas de grupo direcionadas a coletivos e organizações da sociedade civil local, que aborda seus objetivos específicos.

O propósito do instrumento descrito é orientar o público nele interessado a conduzir experiências e atividades dentro da metodologia de cocriação para elaboração de políticas públicas, contribuindo para uma maior interação entre os cidadãos e o poder público. O guia terá o formato de um livreto de tamanho A5 (14.8 X 21 cm), com de quinze (15) páginas e acabamento em capa mole ou brochados, com intuito deixá-lo leve e manuseável, favorecendo o manuseio para os interessados em iniciar um projeto de cocriação, para terem um roteiro a seguir.

4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Apresentação

O *Guia de melhores práticas de cocriação* retrata os principais passos e ações necessárias para a realização de atividades e projetos de cocriação, desenvolvido com intuito de facilitar a aprendizagem desta metodologia principal.

Tem como objetivo apresentar de claramente alternativas de engajamento e aproximação com os cidadãos pelo poder público, para que juntos cheguem a possíveis inovações para resoluções de problemas complexos: o combate às desigualdades, uso do espaço público, mudanças climáticas, etc. Isto é, soluções que sejam social e economicamente relevantes, que tragam impacto positivo na qualidade de vida dos cidadãos e na prosperidade da sociedade como um todo. O desenrolar desse processo permite a transição do setor de administração pública para uma maior transparência e *accountability*, possibilitando sistemas abertos e estabelecendo serviços públicos adequados às reais necessidades da população, sendo capaz de acompanhar a evolução das exigências da vida em sociedade.

Buscou-se apresentar uma estrutura inicial de engajamento, que pode ser desenvolvida de múltiplas maneiras, a depender do objetivo do projeto vislumbrado. O guia a seguir descreve as etapas na construção do processo de cocriação, que em sua fase de atividade inclui oficinas, plenárias e atividades mais lúdicas, como foi o caso do Parque Orla Piratininga na elaboração de mapas. Ele se estende também a técnicas conhecidas como a gameificação, onde dinâmicas e mecanismos de jogos são usados para promover o engajamento de pessoas para resolução de problemas, estimulando ações e comportamentos em ambientes fora do contexto de jogos - como gincanas e atividades de perguntas e respostas. Ademais, essas técnicas podem ser utilizadas como “quebra gelo”, promovendo um ambiente mais descontraído com intuito de deixar os participantes mais à vontade para expressar suas ideias e opiniões, como descrito por MESSIAS, P. A. (2018).

Serão descritas atividades prévias necessárias para a promoção do processo de participação, como a comunicação eficaz e transparente pelo poder público para que cidadãos de, idealmente, todas as camadas sociais possam participar e a organização e preparação de equipe para realização das atividades. Nestas atividades prévias são estabelecidos o propósito deste esforço, quem serão as pessoas envolvidas, como estas serão engajadas, que atividades melhor se relacionam com o que se busca descobrir, o desenho do processo e possíveis passos futuros.

Etapas da cocriação

Inicialmente é preciso criar uma cultura de cooperação e confiança - tanto por parte da administração pública como da população - em relação aos processos urbanos locais. Por exemplo, enquanto o Regulamento de Bolonha inaugura novas possibilidades de cooperação através de um quadro legal, o Decreto Público Social de Madrid complementa e organiza um ecossistema de cooperação na cidade, sua estratégia BIP/ZIP forma uma rede de projetos que melhoram a cidade em microescala, resultantes das mais diferentes abordagens de cooperação.

A cocriação pode ser realizada de infinitas maneiras, mas o planejamento de seu processo compõe etapas que buscam organizar sua construção e delimitar passos para obtenção do resultado esperado - ou seja, uma construção elaborada em conjunto para a solução de uma demanda. Oficinas ou sessões de cocriação são atividades, conduzidas por facilitadores, que utilizam a abordagem colaborativa no desenho de soluções que possam ser testadas. A metodologia do processo pode ser dividida em quatro etapas:

Drive inicial – Caracterização do Desafio – Dinâmicas de cocriação – Experimentação

Drive inicial

A primeira etapa de *drive* inicial estabelece as atividades de identificação e o objetivo da cocriação, buscando justificar como a ela pode alcançar um resultado mais efetivo e/ou eficiente para os desafios mapeados. A equipe envolvida no processo deve identificar, de forma coletiva, a(s) necessidade(s) a ser(em) endereçadas(s).

Os idealizadores da iniciativa devem identificar em sua equipe quais papéis serão necessários para seu desenvolvimento, quais as funções a serem exercidas, tais como facilitadores, mediadores e redatores da atividade, exemplificados na sessão Pessoas e Lugares. A escolha é feita de acordo com as capacidades necessárias de cada função e o perfil da equipe, buscando especialistas no tema definido. Posteriormente, se inicia uma pesquisa e discussão sobre qual melhor técnica de cocriação, definida caso a caso para engajamento do público envolvido, e o contexto do território estabelecido.

Na busca por uma solução a ser cocriada é necessário que, antes da atividade de cocriação propriamente dita, seja realizado um mapeamento do território em questão, para que seja entendido o contexto e seus principais atores. Propõe-se a realização de um diagnóstico

territorial, uma metodologia de levantamento de informações e dados na região abrangida. Busca-se entender seu padrão de ocupação por meio de seus usos e dinâmicas. Este levantamento pode ser feito tanto *in loco* quanto pelo uso de aplicativos como Google Maps, pelo qual é possível sintetizar e especializar informações do perímetro delimitado. Há ainda a necessidade de compreender as relações estabelecidas entre seus habitantes, verificada por meio do mapeamento das dinâmicas de apropriação do local e as demandas específicas daqueles que o utilizam. Recomenda-se identificar formas de expressão local, histórico e saberes estabelecidos, podendo ser feito por questionários ou rodas de conversa - o que melhor atender ao público local, como explicitado no produto.

Ao final deste processo é eleita a metodologia de cocriação adequada a ser utilizada com o público local.

Caracterização do Desafio

Tendo em mente o objetivo identificado na etapa anterior, passa-se à caracterização do desafio. Quem são os principais atores envolvidos, quais os resultados tangíveis e intangíveis que se espera, o que caracteriza o contexto organizacional e o território em que se insere e quanto tempo há disponível para sua aplicação.

Em posse das informações descritas na etapa acima levantadas, o passo seguinte é iniciar o processo de aproximação com os atores mapeados, a partir de ações de mobilização social. Esse levantamento, no caso do Projeto da Orla da Lagoa de Piratininga, foi realizado no corpo a corpo, onde a equipe do projeto foi ao lugar diversas vezes procurar interessados em participar. Com objetivo de engajamento nas atividades de cocriação, esta aproximação poderá ser realizada em ciclos, criando uma relação de confiança entre as partes e a construção de um diálogo e de trocas entre os atores envolvidos, buscando idealmente cidadãos de todas as camadas sociais. Este processo também presta apoio a um diagnóstico coletivo do local que poderá prover subsídios para intervenções futuras.

Propõe-se, no início, a realização de uma reunião aberta para apresentar a(s) ideia(s)/proposta(s) em seu estágio inicial, de maneira organizada e dinâmica, junto com as informações relativas ao local, levantadas a partir das demandas identificadas numa primeira pesquisa de reconhecimento. Neste primeiro encontro devem ser expostas qual(is) o(s) intuito(s) do esforço de cocriação a que se propõe, deve-se estabelecer acordos entre as partes,

assim como mapear expectativas e possivelmente criar de um “banco comum de conhecimentos”, listando habilidades que podem ser empregadas no processo.

A fase de Caracterização do Desafio busca aprofundar o entendimento da questão dentro do território e também busca por padrões para construir um mapa do conhecimento crítico sobre este. Além de definir para qual desafio se deve buscar uma solução, esta etapa promove a integração da comunidade em torno de um objetivo comum, definindo estratégias para a identificação de parceiros e uma lógica de responsabilidades compartilhadas. Mesmo o grupo atuando em conjunto, busca-se estabelecer autonomia e transparência no desenvolvimento das soluções necessárias, onde os participantes possam se sentir confortáveis para expressar suas opiniões, propor experimentações e também assumir riscos - com a possibilidade de cometer erros.

Independentemente da quantidade de encontros definidos com a população, recomenda-se sempre retomar as definições estabelecidas no encontro anterior, mantendo assim o fluxo de informação e o alinhamento dos participantes. É importante que as informações sejam compartilhadas com antecedência para a preparação de todos e para a garantia de um processo participativo transparente e claro. Todo o processo deve ser registrado e ter sua memória disponível para o público geral. Dependendo do objetivo de cada encontro, há metodologias participativas mais recomendadas, por exemplo: Espaço Aberto, Investigação Apreciativa, World café, debates em pequenos grupos e plenárias.

Outros passos deste ciclo englobam:

- Articulação local – definindo quem são os principais atores e líderes locais;
- Plano de ação – definição das atividades de engajamento com a população local;
- Diagnostico coletivo - validação do objetivo e desafios propostos pela equipe planejadora
- Cocriação – realização das atividades propostas
- Articulação – divulgação das soluções encontradas e validação dos demais stakeholders
- Construção – prototipagem da solução definida
- Análise e gestão – passo contínuo de monitoramento da solução aplicada

Dinâmicas de cocriação

Um dos principais desafios da cocriação é colocar em prática as inovações encontradas nas iniciativas dos cidadãos e estabelecer uma inteligência que possa ajudar a reavaliar e melhorar experiências de governança. Em linhas gerais, o processo busca demonstrar o cenário atual relacionado ao desafio, e a partir daí construir um cenário desejado. Para tal, é necessário realizar a identificação dos bloqueios/impedimentos que dificultam o alcance do cenário desejado. Por fim, com base nos dados levantados, os atores locais e os líderes representantes definem o compromisso para enfrentar o desafio priorizado. Ao final, os participantes estabeleceram a estratégia para execução da ação, fixando marcos, prazos e responsáveis. É importante mapear possíveis impactos negativos, como por exemplo a gentrificação, uma vez que a melhoria da qualidade de vida local precisar estar aliada às políticas sociais que permitam a permanência de moradores “originais” que se encontravam no local antes da implementação do projeto, e, portanto, medidas de mitigação para os impactos negativos deste.

Entre os princípios estabelecidos pela metodologia podemos listar:

- Desenvolver iniciativas baseadas em experiência – como experiências dos indivíduos presentes podem ser comparadas a solução que se busca. Experiências positivas podem ser incorporadas ou ajudar no desenvolvimento de uma nova solução.
- Estimular a inovação - encoraja que novas ideias sejam expostas. Ao abrir espaço para o debate, os indivíduos passam a fazer uma associação de ideias, no exercício de aglutinação de ideias busca se simplificar cada vez mais o proposto até chegar a uma solução inovadora.
- Buscar coerência e transparência – é realizado o registro de todos os passos do processo, os mapeamentos levantados e as contribuições nas atividades de cocriação;
- Valorizar resultados tangíveis e intangíveis – para além da busca por soluções tangíveis, ou seja, a solução que se almeja, busca-se também a interação entre os atores presentes, possibilitando novos encontros e potencializando o engajamento de todos.
- Maximizar a diversidade presente – ter durante o processo pessoas de diferentes perfis sociodemográficos;

- Buscar o engajamento de diferentes setores da sociedade – contar com a representação do setor privado, público e sociedade civis para a construção da solução proposta;
- Dar visibilidade e aplicabilidade à inteligência coletiva – disponibilizar conhecimentos gerados ao grande público.

Como supracitado, as fases das dinâmicas de cocriação obedecem, muitas vezes, à seguinte lógica: uma fase inicial, onde deverão ser expostos os objetivos e desafios mapeados; explicação da metodologia e seu funcionamento; e levantamento de questões, ideias e possibilidades, gerando alternativas e insights. Nessa fase são estimuladas discussões abertas entre todos, para reunião de diversos pontos de vista, e se estabelece uma ordem de discussão para os principais pontos levantados. Se inicia com conversas e atividades que criam uma “base” compartilhada do grupo, que evidencia uma “causa” em comum, definindo-a de forma mais profunda e concreta seu propósito coletivo. Ao final desta fase, o grupo estabelece um “produto tangível”, pautado nas premissas que orientarão o restante do trabalho.

Na segunda fase é aplicada a metodologia que melhor atende ao público presente e ao desafio mapeado, podendo ser realizadas dinâmicas como o [World Café](#), elaborada por Juanita Brown e David Isaacs, onde os participantes são divididos em diversas mesas e conversam em torno de uma pergunta central. O processo é organizado para que todos os participantes passem por todas as mesas, conectando, trocando e agregando ideias. Para decidir a ideia a ser levada a diante é realizado um debate até ser obtido um consenso. Ao final do processo é realizado um balanço das percepções e aprendizados coletivos. Atividades de elaboração de mapas, como no exemplo do Parque Orla Piratininga, no qual facilitadores e participantes localizaram um mapa representativo dos equipamentos urbanos no entorno da Lagoa de Piratininga, através de atividades de gamificação. Neste exemplo os participantes são estimulados a mimetizarem comportamentos de jogos, por exemplo, baseada na “Jornada do Herói”. Nessa metodologia, os participantes são convidados a criar uma história, para estimular sua criatividade, propiciando um ambiente de confiança onde os participantes se sentem confortáveis para expressar diferentes ideias.

Na terceira fase, após intenso processo criativo, dá-se início à avaliação das alternativas propostas e dos pontos-chaves. As ideias são segmentadas em macro categorias e agregadas por pontos em comum, objetivando gerar soluções e conclusões para tomada de decisão. As ideias são fomentadas a partir de debates em subgrupos e, na sequência, com todos os participantes

presentes. A partir das soluções colocadas, uma delas é selecionada para ser prototipada, idealmente de maneira simplificada, rápida e barata.

Além de planejar a condução de cada fase, é importante ter definido como estas serão registradas e disseminadas uma vez realizadas.

Abaixo um exemplo da dinâmica de cocriação:

- 1ª fase:
 - Chegada
 - Introdução
 - Mapeamento de expectativas
 - Atividade quebra-gelo
 - Definição de acordos
 - Motivação individual
- 2ª fase:
 - Construção do processo
 - Programação
 - Dúvidas
 - Atividades de exploração da inteligência coletiva
- 3ª fase:
 - Identificação das propostas de curto, médio e longo prazo
 - Fechamento
 - Percepções de todo o processo
 - Breves relatos de mudanças pessoais ocorridas durante a oficina

Experimentação

Após a dinâmica de cocriação, fica a cargo da equipe responsável organizar as ideias sugeridas em um documento a ser compartilhado com os atores envolvidos, e também uma proposta de projeto experimental/protótipo com a solução selecionada.

Este documento deverá ser apresentado a todos os participantes do processo para sua validação e definição de novos passos; igualmente para verificação das possibilidades de implementação e distribuição de tarefas, definindo o sistema de comunicação e para a definição da data do próximo encontro. Deverá ser definido, ainda durante as atividades, quais canais de comunicação são mais adequados para manter o público informado e engajado. Podem ser usados como exemplos: websites, páginas nas mídias sociais ou aplicativos de mensagens,

como o WhatsApp, para disseminação da evolução da aplicabilidade do protótipo, bem como seu monitoramento, avaliação e até mesmo a prestação de contas do projeto em questão.

Finalmente, atividades como estas permitem que gestores públicos incentivem inovações não apenas na gestão, mas na governança de suas secretarias. Com uma estratégia bem articulada, o setor público pode lançar mão da inteligência coletiva, via sociedade, para obter respostas rápidas e receber *inputs* que articulam os diferentes saberes do conhecimento. O engajamento por uso do mecanismo da cocriação potencializa a permanência e o uso consciente do equipamento urbano.

Pessoas e Lugares

Tanto a definição do território que receberá a intervenção quanto o local onde as atividades com a população serão realizadas devem levar em consideração o seguinte: o histórico do local e a relação afetiva que o público tem com o este, assim como quais consequências podem ser esperadas no curto, médio e longo prazo para seu uso, e como mudanças ali realizadas acarretam mudanças na vida da população. Para a realização dessas atividades, deve-se considerar:

- A acessibilidade do local;
- Necessidade de recursos materiais e tecnológicos de apoio;
- Espaço que garanta a saúde dos participantes, levando em consideração a necessidade de distanciamento social na atual pandemia do Covid-19.

Dentre o público envolvido no processo, estão todos aqueles que atuam na pré-produção: o grupo que estabelece o local e o público envolvido, e a equipe realizadora. Estes incluem:

- Um ou mais facilitadores: orientam a dinâmica para o objetivo delimitado, produzem questões que estimulam o debate;
- Um ou mais mediadores: apoiam o grupo no desenvolvimento da atividade;
- Um redator: produz um registro da atividade,
- Servidores que atuam nas áreas de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas;
- Atores sociais: os cidadãos, moradores das demais partes e interessados no entorno.

Abaixo estão listadas as responsabilidades da equipe realizadora do processo de cocriação:

- Apresentar o objetivo das Oficinas de Participação;

- Explicar a metodologia de trabalho;
- Conduzir e facilitar as oficinas;
- Controlar o tempo das atividades;
- Zelar para que todos os participantes tenham seu momento de fala;
- Registrar as ideias dos participantes;
- Elaborar uma apresentação compilada do debate e suas conclusões para compartilhamento, incluindo roteiro, documentos elaborados e material de suporte utilizado.

Devem ainda ser identificadas entre as pessoas no território: parceiros em potencial e liderança local para formar um núcleo responsável pelas ações de engajamento do restante da comunidade. Para a atividade, idealmente busca-se ter um grupo heterogêneo de participantes – de diferentes gêneros, idades, estilos de vida, classes sociais, etc. A aproximação com estes segue os passos descritos no item Caracterização do Desafio: ao mesmo tempo em que se identifica possíveis obstáculos históricos do local, se traça um diagnóstico sobre as desigualdades locais e resoluções junto à coletividade. Isso visa acessar um maior leque de representatividade local - no caso do Parque Orla Piratininga, em um primeiro momento, foi realizado por intermédio das diferentes associações de moradores no entorno e, num segundo momento, por representantes da Prefeitura de Niterói, num esforço de mobilização social no território.

Para o setor público, o desafio é ter agilidade para promover a criação dessas iniciativas ou para identificar e articular as que já existem. A consolidação de uma equipe técnica capacitada é um dos fatores que pode garantir uma mobilização social inclusiva para um processo participativo contínuo. As propostas lançam mão de práticas de governo digital, coordenação intergovernamental e comunicação transparente - iniciativas que buscam dar mais eficiência às equipes e aos projetos propostos.

O processo participativo não possui uma obrigação legal, no entanto resulta da convicção de que só o envolvimento dos atores relevantes garante um resultado de qualidade. Ao identificar todos os atores envolvidos e afetados, os participantes cujas necessidades, interesses e perspectivas devem ser levados em conta ao conceber o trabalho, e em os manter informados sobre o trabalho e seu progresso, é o que garante um resultado que incorpora o maior número de interesses. É importante reconhecer e construir redes que possam contribuir

para o fortalecimento da sociedade civil, e isto requer uma boa compreensão das necessidades dos diferentes consumidores, atuais e potenciais.

Espaços em toda a cidade que funcionam como incubadoras experimentais de propostas cooperativas, podem servir como locais para a promoção de novos projetos, coexistência, laboratórios cidadãos, prototipagem de soluções urbanas, abordagens participativas temáticas para diferentes perfis, reuniões de moradores, assembleias, apresentação de propostas, reuniões de conselho e votação. Podem também ser utilizados: instituições culturais ou mesmo espaços autogeridos, e podem contar com conselhos técnicos para orientar as pessoas que queiram fazer propostas ao município para as ajudar a colocar as suas ideias em formatos viáveis. Isto poderia ser feito, por exemplo, em cooperação com as universidades locais.

Outro desenvolvimento possível é a manifestação de agentes comunitários e estruturas móveis que permitem o diálogo e mecanismos de cooperação para chegar a pessoas e lugares mais distantes, permitindo ao mesmo tempo que o futuro dessas pessoas e lugares fossem discutidos *in loco*. Outros pontos importantes são:

- Ter um processo simples. A ferramenta tem de ser exequível e acessível. Quadros legais, por exemplo, apoiam as iniciativas dos cidadãos, simplificando a burocracia, estabelecendo parâmetros criados e normalizando as respostas e critérios através dos quais a cooperação entre os cidadãos e o município pode ser formalizada.
- Levar em consideração a cultura imaterial local como parte de uma visão abrangente dos processos de regeneração urbana.
- Considerar o maior número possível de formas de colaboração: contribuições financeiras, empréstimos materiais, cessões de espaço, parcerias técnicas, etc. Possibilitar a cooperação público-cívica através de condições de financiamento adequadas, com garantias, empréstimos favoráveis e regulamentos apropriados, cobrindo particularmente os custos de manutenção dos espaços cívicos através de vários potenciais fluxos de receitas. Uma ideia interessante pode ser a de igualar os fundos angariados através de campanhas de financiamento coletivos consideradas relevantes para a cidade.
- Permitir a participação de diferentes níveis de cidadania organizada: cidadãos ativos, grupos informais, pequenas e grandes associações, etc.
- Tornar claros os critérios de avaliação para a aprovação das propostas. Sinalizar as melhorias necessárias às propostas apresentadas e permitir que os cidadãos voltem a

apresentar com os devidos ajustes. Este passo pode oferecer um *feedback* valioso aos envolvidos e evitar que boas propostas sejam rejeitadas devido a pequenas inconsistências.

- Cooperar na implementação das propostas e no modelo de gestão compartilhada como um todo. Acompanhar de perto dos projetos implementados.
- Garantir um formato administrativo consistente para a ferramenta de cooperação, tornando-o resistente a ciclos políticos, mas também possível de ser atualizado periodicamente. Utilizar mecanismos de transparência e monitorização que reúnam todos os projetos de cooperação.
- Incluir um método para aprender com os projetos implementados, que melhore a própria ferramenta de cooperação e que permita a sua atualização regular, assegurando que a ferramenta está atingindo as necessidades reais e atuais dos cidadãos e da cidade.
- Desenvolver processos amplamente inclusivos de apresentação de propostas pelos cidadãos, tanto online como o off-line. O uso da internet potencializa as conexões e a disseminação de informação, o que por sua vez pode promover um engajamento maior da sociedade civil.
- Disponibilizar plataformas digitais de participação que sirvam como instrumento de transparência nas decisões do município. Além disso, a plataforma poderia agir como um repositório, contendo processos que permitem aos cidadãos serem colaboradores e cocriadores no processo legislativo - até a melhoria da qualidade dos resultados legislativos e da efetividade da governança, propondo legislação, elaborando projetos de lei, monitorizando a implementação e fornecendo dados.

Tendo em vista a atual situação global, onde fica inviável o encontro de um grande número de pessoas devido aos riscos à saúde associado à COVID-19, foram listadas abaixo algumas recomendações para realização da estruturação de atividade de cocriação remotas:

1. Criar uma plataforma colaborativa online na qual desafios são compartilhados e o público é convidado a submeter propostas de solução.
 - Participantes podem gerar ideias sobre um conjunto de desafios e agregar ideias para criação de soluções;
 - Espaço de fórum para trocar e discutir ideias com outros participantes;
 - A plataforma pode permitir o voto nas propostas com maior potencial e, desta forma, informar a tomada de decisão da equipe responsável pelo projeto;

2. Desenvolver uma sessão colaborativa remota.

- Preparar a plataforma colaborativa, compartilhando informações ou manuais de suporte, caso necessário;
- Descrever os objetivos para a sessão, os resultados esperados e a agenda de trabalhos;
- Definir os horários e a duração de execução da sessão colaborativa;
- Identificar o(s) facilitador(es) – e buscar o contato deles;
- Após a sessão, solicitar *feedback* dos participantes por meio do preenchimento de um questionário online;
- Compartilhar com os participantes o material e os documentos relativos à sessão, após sua conclusão;
- Manter o canal de comunicação aberto para atualizações e engajamento dos participantes.

5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

O guia descrito acima tem como público alvo principal agentes de diferentes níveis e esferas organização pública, como secretarias e laboratórios. Como público secundário tem organizações da sociedade civil que buscam propor soluções coletivas ao poder público. Ao buscar um intercâmbio horizontal de conhecimentos entre os setores públicos e sociedade civil, a metodologia cria diretrizes espaciais para o uso e implementação de projetos, podendo mudar a relação entre os atores envolvidos, criando mais confiança e transparência entre as partes.

Ao apresentar um roteiro prático de como acessar a inteligência coletiva da população através da cocriação, o guia tem como objetivo facilitar a aprendizagem e o uso desta metodologia. Apresentando, de forma clara, alternativas de engajamento e aproximação com os cidadãos, para que juntos cheguem a possíveis inovações para resoluções de problemas complexos, como o combate às desigualdades, uso do espaço público, mudanças climáticas, etc.

Ao final, a eficácia do produto poderá ser medida pela facilidade de entendimento e aplicabilidade de seu uso. Além disso, é esperada uma utilização intersetorial por instâncias administrativas e departamentos do município e do órgão público responsável.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública de cocriação pode ser vista como um *asset* para elaboração de políticas de governo - uma vez que promove a abertura de um canal de diálogo entre poder público, cidadãos e grupos ativos do território de interesse. Neste trabalho vemos como o projeto Parque Orla Piratininga teve, através da participação cidadã e de uma oficina de cocriação, o respaldo da população no entorno da Lagoa. Ademais, observou-se que os laços entre representantes destes moradores e o poder público se aprofundaram.

A prática desta metodologia em países como Alemanha e Itália se diferencia daquela vista no Brasil. Nestes países, a partir de uma demanda popular, o poder público elabora e implementa instrumentos que possibilitam a cocriação. No Brasil é comum vermos organizações da sociedade civil se movimentarem e criarem experiências de ocupação de espaços públicos que seguem os conceitos da cocriação; isto é, que incluem os moradores do entorno na elaboração dos espaços. Somente após estes dois grupos chegarem a um acordo, a solução final é entregue ao poder público, que aceita ou não a implementação de uma forma mais estruturante e durável.

A Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS) e a Secretaria Executiva da Prefeitura de Niterói, todavia, funcionaram como um laboratório de governo: a partir do momento em que a preocupação popular com projeto não pôde ser ignorada, a população passou a ser parte integrante da sua elaboração. É importante dizer que por “laboratório de governo” entende-se um espaço destinado à promoção de inovações dentro do funcionalismo público.

Este estudo mostrou que a abertura de espaços públicos para um diálogo horizontal enfrenta desafios de participação em si, ou seja, há poucas pessoas presentes. Este fato nos leva à pergunta: quem são essas pessoas presentes e qual sua posição no entorno que as leva a estar naquele local? No caso da oficina promovida, o espaço disponibilizado virou um “palanque”, que deixava claro os interesses políticos dos presentes. Ao mesmo tempo, porém, o espaço foi percebido como inibidor das falas das comunidades mais vulneráveis. A solução encontrada foi a realização de outras oficinas, somente direcionadas a estas comunidades onde seus moradores mostraram-se mais confortáveis para colocar suas opiniões e necessidades.

Inicialmente descrito como um processo de cocriação, o presente estudo de caso teve apenas uma parte incipiente de participação popular, além de um hiato entre as oficinas e a finalização do projeto para submissão ao processo licitatório de execução. Isto, porém, não o desqualifica, mas evidencia a importância de uma atuação pautada na integração da política de

cocriação. Como ficou claro nas entrevistas realizadas, a política pública desenvolvida levou a um melhor uso do serviço público aplicado.

A colocação de Voorberg (2015) chama ainda mais atenção em sua descrição desses esforços como um fim em si mesmo, pois, por mais que a população esteja envolvida em diferentes etapas de projetos, seu resultado final e aprovação ficam a cargo do poder público.

Nota-se que foi exatamente o que aconteceu no caso apresentado.

O uso incipiente da metodologia de cocriação motivou a elaboração do guia de melhores práticas apresentado, que descreve pontos-chave para a implementação desta política. O processo compõe quatro (04) eixos essenciais:

- (i) Investimentos em capacitações de equipe nas competências de elaboração e facilitação de processos participativos de maneira inclusiva e acessível;
- (ii) Integração entre diferentes secretarias, instituições públicas e organizações civis, garantido a comunicação e a multidisciplinaridade do processo, tanto da equipe técnica quanto dos demais atores envolvidos;
- (iii) Garantia de igualdade de condições na participação a fim de maximizar seu acesso, infraestrutura adequada e acessível, e mecanismos tecnológicos auxiliares;
- (iv) Desenvolvimento de uma gestão aberta/transparente que permita o monitoramento da solução a ser desenvolvida e que reforce a proximidade com a população.

7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

Oficina Parque Orla Piratininga. PRO Sustentável. Disponível em: < <http://www.prosustentavel.niteroi.rj.gov.br/pdf/OficinaParqueOrlaPiratininga-18-12-2017.pdf>> Acesso em: 20 de set. de 2019

POP – Reunião Comunitária – Trechos 01 e 02. PRO Sustentável. Disponível em: < <http://www.prosustentavel.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/POPReuniaoComunitaria-Trechos1e2.pdf>> Acesso em: 20 de set. de 2019

POP – Reunião Comunitária – Trechos 03 a 07. PRO Sustentável. Disponível em: < <http://www.prosustentavel.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/POPReuniaoComunitaria-Trechos3a7.pdf>> Acesso em: dez. de 2019

POP – Reunião Comunitária – Trechos 08 e 09. PRO Sustentável. Disponível em: < <http://www.prosustentavel.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/POPReuniaoComunitaria-Trechos8e9.pdf>> Acesso em: dez. de 2019

Apresentação do Projeto de Regularização Fundiária da Comunidade da Ciclovía. PRO Sustentável. Disponível em: < http://www.prosustentavel.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Apresentacao_GTA_Setorizacao.pdf> Acesso em: dez. de 2019

Projeto Conceitual Parque Orla Lagoa de Piratininga– Volume I. Prefeitura Niterói. Disponível em: < <http://www.niteroi.rj.gov.br/licitacao/sma/2018/cp-01-18-an1.pdf>> Acesso em: set de 2019

Projeto Conceitual Parque Orla Lagoa de Piratininga– Volume II. Prefeitura Niterói. Disponível em: < <http://www.niteroi.rj.gov.br/licitacao/sma/2018/cp-01-18-an2.pdf>> Acesso em: set de 2019

Prefeitura de Niterói assume gestão das lagoas de Piratininga e Itaipu. Cidade de Niteroi.com. Disponível em: < <http://cidadedeniteroi.com/2017/04/15/cidade-prefeitura-de-niteroi-assume-gestao-das-lagoas-de-piratininga-e-itaipu/>> Acesso em: set de 2019

CONCORRÊNCIA PARA PROJETO DO PARQUE ORLA DE PIRATININGA É ABERTA. Folhanit. Disponível em: < <https://www.folhanit.com.br/2018/04/20/concorrenca-para-projeto-do-parque-orka-de-piratininga-e-aberta/>> Acesso em: set de 2019

Projeto de recuperação das lagoas de Piratininga e Itaipu. INEA. Disponível: < http://www.inea.rj.gov.br/cs/idcplg?IdcService=SS_QD_GET_RENDITION&coreContentOnly=1&dDocName=INEA_015153&dID=>> Acesso em: set de 2019

Lagoa de Piratininga com os dias contados. Plantão Enfoco. Disponível em: < <https://plantaoenfoco.com.br/cidades/lagoa-de-piratininga-com-os-dias-contados/>> Acesso em: set de 2019

Mortandade de peixes e esgoto agravam a situação da Lagoa de Piratininga, em Niterói O Globo. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/mortandade-de-peixes-esgoto-agravam-situacao-da-lagoa-de-piratininga-em-niteroi-23773089>>

Obras de revitalização da Praça da Fazendinha, em Niterói, começam amanhã. JORNAL O São Gonçalo On-line. Disponível em: < <https://www.osaogoncalo.com.br/politica/62536/obras-de-revitalizacao-da-praca-da-fazendinha-em-niteroi-comecam-amanha>> Acesso em: set de 2019

Piratininga recebe praça revitalizada. Plantão Enfoco. Disponível em: < <https://plantaoenfoco.com.br/cidades/piratininga-recebe-praca-revitalizada/>> Acesso em: nov. de 2019

SEMINÁRIO QUE BUSCA IDENTIFICAR SOLUÇÕES PARA LAGOA DE PIRATININGA VAI REUNIR ESPECIALISTAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS. Folha de Niterói. Disponível em: < <https://www.folhanit.com.br/2019/07/29/seminario-que-busca-identificar-solucoes-para-lagoa-de-piratininga-vai-reunir-especialistas-nacionais-e-internacionais/>> Acesso em: nov. de 2019

Notícias históricas sobre a Lagoa de Piratininga. ACERVO O GLOBO. REUNIÃO PMN | UFF 01.08.2019 CCRON

CIDADE: Prefeitura de Niterói assume gestão das lagoas de Piratininga e Itaipu Força tarefa faz operação para prender Rodrigo Neve. G1. Disponível em:<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/10/forca-tarefa-no-rj-faz-operacao-para-prender-rodrigo-neves-por-desvio-de-dinheiro.ghtml>> Acesso em: mar de 2019

Quartiersmanagement Berlin. Disponível em: <quartiersmanagement-berlin.de> Acesso em: 20 de set. de 2019

PROGRAMA REGIÃO OCEÂNICA SUSTENTÁVEL. PRO-Sustentável. Disponível em: < <http://www.prosustentavel.niteroi.rj.gov.br/pdf/pro-sustentavel-maio2017.pdf>> Acesso em: set de 2019

PRO-SUSTENTÁVEL: CAF aprova R\$ 260 milhões para Niterói. Blog do Axel. Disponível em: < <http://axelgrael.blogspot.com/2014/12/pro-sustentavel-caf-aprova-r-260.html>> Acesso em: set de 2019

PARQUE ORLA DE PIRATININGA - PUBLICADO EDITAL PARA OBRAS. Blog do Axel. Disponível em: < <http://axelgrael.blogspot.com/2019/12/edital-para-as-obras-de-implantacao-do.html>> Acesso em: set de 2019

Moradores da Piratininga participam da elaboração do projeto do Parque Orla. Prefeitura de Niterói. Disponível em: < http://niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5090:2017-12-19-20-07-29> Acesso em: set de 2019

Ecosistema Urbano. Disponível em: < <https://ecosistemaurbano.com/about-us/>> Acesso em: mar de 2020

Laboratórios de Inovação em Governo pelo Mundo. iiGovSP. Disponível em: < <http://igovsp.net/sp/laboratorios-de-inovacao-em-governo-pelo-mundo/> >
G.Nova. Disponível em: < <http://gnova.enap.gov.br/pt/sobre/quem-somos> > Acesso em: mar de 2020

A Cidade precisa de você. Disponível em: < <https://www.acidadeprecisa.org/> > Acesso em: mar de 2020

Trans Lab. Disponível em: < <https://translaburb.cc/Metodologia> > Acesso em: mar de 2020

Coletivo Massapê. Disponível em: < https://www.coletivomassape.org/?fbclid=IwAR1a7JC5r8NtL6iKGd3QYXT7Kgc3Un-ZLrrbfR_to1qMOfmqsgvEedj1CHQ > Acesso em: mar de 2020

Campo de São Bento terá recadastramento de ambulantes e nova padronização das barracas. Prefeitura Niterói. Disponível em: < http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5945&Itemid=1 > Acesso em: dez de 2020

Colab.re: Prefeitura realiza operação de fiscalização de estacionamento irregular em locais indicados por usuários do aplicativo. Prefeitura Niterói. Disponível em: < http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2859&Itemid=1 > Acesso em: dez de 2020

2ª etapa da obra do Canto de Itaipu será entregue na quinta-feira. O São Gonçalo. Disponível em: < <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/83938/2-etapa-da-obra-do-canto-de-itaipu-sera-entregue-na-quinta-feira-25> > Acesso em: dez de 2020

Relatório Final 2013 da FIPERJ. Secretaria de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca. Disponível em: < http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj_imagens/arquivos/revistarelatorios2013.pdf > Acesso em: dez de 2020

Projeto Canto de Itaipu tem aprovação da comunidade. Ascom Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional. Disponível em: < <http://feliipeixoto.com.br/2013/04/03/projeto-canto-de-itaipu-tem-aprovacao-da-comunidade/> > Acesso em: dez de 2020

Colab.re. Disponível em: < <https://www.colab.re/conteudo/gestao-publica-do-amanha-o-triangulo-da-gestao-publica> > Acesso em: dez de 2020

Colab.re. Disponível em: < <https://www.colab.re/conteudo/como-incluir-a-populacao-da-sua-cidade-no-planejamento-municipal-de-longo-prazo-niteroi-te-ensina> > Acesso em: dez de 2020

Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) de Portugal. Disponível em: <https://www.ina.pt/> Acesso em: jan. de 2021

Parque Orla Piratininga terá sua primeira fase de obras concluída até marco. Plantão enfoco. Disponível em: < <https://plantaofoco.com.br/cidades/parque-orka-piratininga-tera-primeira-fase-de-obras-concluida-ate-marco/>> Acesso em: fev 2021

SOS Salvem a Lagoa de Piratininga Registros – Registros compartilhados na página do facebook mostram que as obras não foram interrompidas, Disponível em: <https://web.facebook.com/soslagoadepiratininga/?_rdc=1&_rdr> Acesso em: fev 2021

Por risco à fauna, Alerj quer embargo da obra do Parque Orla de Piratininga, em Niterói. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/por-risco-fauna-alerj-quer-embargo-da-obra-do-parque-orka-de-piratininga-em-niteroi-1-24793296>> Acesso em: fev 2021

Construção de parque na orla da Lagoa de Piratininga começa este mês. O Globo. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/construcao-de-parque-na-orka-da-lagoa-de-piratininga-comeca-este-mes-24901853>> Acesso em: mar 2021

Obra às margens da Lagoa de Piratininga, em Niterói, prevê remoção de moradores. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/obra-as-margens-da-lagoa-de-piratininga-em-niteroi-preve-remocao-de-moradores-2-24812617>> Acesso em: mar 2021

8. BIBLIOGRAFIA

ÁGUAS, Sofia. *Do design ao co-design: Uma oportunidade de design participativo na transformação do espaço público*. On the w@terfront [en línea], 2012., Núm. 22 , p. 57-70. <https://www.raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/252044> [Consulta: 14-11-19]

ALIGICA, Paul Dragos; TARKO, Vlad. *Co-Production, Polycentricity, and Value Heterogeneity: The Ostroms' Public Choice Institutionalism Revisited*. In: American Political Science Review, v. 107, n. 4, p. 726-741, nov. 2013.

AMARAL, Liana Ventura Coutinho; SZANIECKI, Barbara Peccei; TIBOLA, Talita. *ST 6 Co-design no Rio de Janeiro: experimentando o espaço público como espaço comum*. Anais ENANPUR, v. 17, n. 1, 2017.

ASSIS, Lilian; Gomes, Patricia Albuquerque; MARTINS, Mariana. *Coprodução do Bem Público: Um Estudo de Caso sobre Limites e Possibilidades da Conferência Nacional de Educação*. In: X Semana de Ciência & Tecnologia, 2014.

BIENENSTEIN, Regina et al. *Desafios da Participação e Controle Social na Gestão Urbana Contemporânea: O Caso de Niterói*. 2017.

BOAVENTURA, Santos. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BOLLIGER, Sérgio; DIAS, Isabel de Meiroz. *Participação colaborativa: o lugar do gestor público no processo de inovação aberta*. VII Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, mar. 2014.

BOVAIRD, Tony et al. *Activating collective co-production of public services: influencing citizens to participate in complex governance mechanisms in the UK*. In: International Review of Administrative Sciences, v. 82, n. 1, p. 47-68, 2016.

BOVAIRD, Tony; LOEFFLER, Elke. *From engagement to co-production: the contribution of users and communities to outcomes and public value*. In: VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, v. 23, n. 4, p. 1119-1138, 2012.

BRANDÃO, Marta. *O cidadão e as plataformas digitais: a modernização administrativa à luz do paradigma info-comunicacional*. In: Revista de Ciências e Tecnologia de Informação e Comunicação do CETEC.MEDIA (Prisma.com), n. 22, 2014.

BRANDÃO, P. *Ética e Profissões, no Design Urbano. Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade. Traços da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*. Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor no Doutorado em Espaço Público y Regeneración Urbana: Arte y Sociedad. Departamento de Escultura. Universidade de Barcelona, 2005.

BRANDSEN, Taco; PESTOFF, Victor; VERSCHUERE, Bram. *Co-production as a maturing concept. In: New public governance, the third sector, and co-production*. Routledge, 2013. p. 19-28

CAMINHA, Julia Vilela. *O comum como ação coletiva no espaço e cotidiano. História, Natureza e Espaço-Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF*, v. 7, n. 1, 2018.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. *O Estatuto da Cidade: comentado. The City Statute of Brazil: a commentary*. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

CAVALCANTE, Pedro. *Inovação e políticas públicas: superando o mito da ideia* 2019.

CEPIKU, Denita; GIORDANO, Filippo. *Co-Production in Developing Countries: Insights from the community health workers experience*. In: *Public Management Review*, v. 16, n. 3, p. 317-340, 2014.

CAFRUNE, Marcelo Eibs. *O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos*. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 4, n. 1, p. 185-206, 2016.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DA COSTA, Maria Helena Braga Vaz. *Espaço, Identidade e Memória: O Lugar Em Era Uma Vez Eu, Verônica*. *Espaço e Cultura*, n. 39, p. 103-116, 2016.

DOS SANTOS, Cilícia Dias. *A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira*. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 5, n. 1, 2009.

DUROSE, Catherine et al. *Transforming local public services through coproduction*. University of Birmingham, 2013.

FARIAS, Diogo Fonseca de. *Laboratório de Areia: análise de uma experiência de co-design e prototipagem de mobiliário urbano*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

FEDOZZI, Luciano Joel; MARTINS, André Luis Borges. *Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política*. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 95, p. 181-224, 2015.

FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; TETE, Marcelo Ferreira; SILVA FILHO, Antônio Isidro da; SOUSA, Marcos de Moraes. *Inovação no Setor Público Federal no Brasil na perspectiva da inovação em serviços*. In: *Revista de Administração e Inovação*, v. 12, n. 4, 2015.

FONTENELLE, T.H; CORREÂ, W.B. 2014. Impactos da Urbanização no Espelho D'água dos Sistemas Lagunares de Itaipu e de Piratininga, Niterói (RJ), Entre 1976 e 2011. Boletim de Geografia, v. 32, n.2, p. 150-157

FRIENDLY, Abigail. *The contradictions of participatory planning: Reflections on the role of politics in urban development in Niterói, Brazil*. Journal of Urban Affairs, v. 41, n. 7, p. 910-929, 2019.

FLEDDERUS, Joost. *Building trust through public service co-production*. In: International Journal of Public Sector Management. v. 28, n. 7, 2015.

GEHL, Jan. *Cities for People*. Washington: Island Press, 2010.

GILLINSON et al., em *Radical Efficiency: Different, better, lower cost public services*, Disponível em: <www.networkforeurope.eu> Acesso em: 20 de dez. de 2019

GOHN, Maria da Glória. *Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina*. Caderno CRH, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008.

GONÇALVES, Jorge Manuel. *A Nova Cidade e os Inevitáveis Novos Espaços Públicos*. Boletim Lisboa Urbanismo. Ano 2000. Boletim nº 10.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. 2014.
LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. Estudos avançados, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300009&lng=en&nrm=isso. Acesso em 04 de maio de 2021.

JESUS, Ligia Pinheiro de. *Projeto de intervenção urbana como articulador de políticas públicas*. 2016.

JOHN, Naiana Maura; DA LUZ REIS, Antonio Tarcísio. *Percepção, estética e uso do mobiliário urbano*. Gestão & Tecnologia de Projetos, v. 5, n. 2, p. 180-206, 2010.

Kraus, Lalita. *Ação Social Imanente: A Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Administração Pública e Gestão Social*. 2020

LOTTA, Gabriela Spanghero. *Redes e Parcerias em Políticas Sociais: novos arranjos institucionais de coprodução de serviços nos municípios brasileiros* Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2017.

JÉGOU, François; MANZINI, Ezio. Collaborative services. *Social innovation and design for sustainability*. Polidesign, 2008.

MARINHEIRO, José Emanuel Medeiros; CORDEIRO NETO, José Raimundo. *Desafios à coprodução e à sinergia Estado-Sociedade na gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise de experiências em curso no Semiárido brasileiro*. In: Cadernos Gestão Social, v. 5, n. 1, p. 115-129, 2014.

- MELLO, João Baptista Ferreira de. *Descortinando e (re) pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan*. Matrizes da geografia cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 87-101, 2001.
- MENESES, Pedro Miguel Heitor de Matos et al. *Design urbano e co-design: oficina participativa no Bairro do Amador*. Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2014
- MESSIAS, Patrícia Aguiar. *Políticas Públicas Para Lazer E A Importância Do Mobiliário Urbano Nas Praças Do Bairro Brasil No Município De Vitória Da Conquista-Ba*. Revista GEDECON-Gestão e Desenvolvimento em Contexto, v. 5, n. 2, p. 74-95, 2018.
- MODESTO, Paulo. *Participação popular na administração pública: mecanismos de operacionalização*. Jus Navigandi, Teresina, ano, v. 6, 1999
- Negri, Antonio. *Fabrique de porcelaine. Pour une nouvelle grammaire du politique*. Paris: Stock. 2006
- Neighbourhood Management in Berlin Information on the programme Socially Integrative City Senate Department for Urban Development Communication - Berlin Oktober 2010
- NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. *Lugar como a representação da existência*. Maneiras de ler: geografia e cultura. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, p. 83-89, 2013.
- OLIVEIRA, Rosane Cristina; LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro. *Plano Diretor Municipal e a questão da participação popular na construção do projeto de remodelação urbana na Baixada Fluminense*. Revista Espaço Acadêmico, v. 15, n. 176, p. 15-26, 2016
- OSBORNE, Stephen P.; STROKOSCH, Kirsty. *It takes Two to Tango? Understanding the Co-production of Public Services by Integrating the Services Management and Public Administration Perspectives*. British Journal of Management, v. 24, p. S31-S47, 2013.
- ORTIZ, Marília Sorrini Peres; MOÇA, Fabrício Fernandes. *Fatores e Condições da Transparência Pública em contexto local: o caso do Projeto Niterói Transparente*. In: IX Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília. 2016.
- OSTROM, Elinor. *Crossing the great divide: coproduction, synergy, and development*. World development, v. 24, n. 6, p. 1073-1087, 1996.
- PASTOR, Márcia; MARINO, Peterson Alexandrino. *Avanços e desafios após a implantação do sistema municipal de monitoramento e avaliação na gestão da política de assistência social em Londrina*. In: Sociedade em Debate, v. 16, nº. 2, p. 43-61, 2012.
- PEREIRA, Antonio Kevan Brandão. *Democratizar a democracia: Boaventura de Sousa Santos e a ampliação da participação política*. 2012.

- PEREIRA, Clevisson J.; FERNANDES, Dalvani. *Cultura e dimensões do viver em Yi-fu Tuan: algumas aproximações geográficas*. Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 22, 2011.
- PESTOFF, Victor. *Citizens and co-production of welfare services*. In: Public Management Review, v. 8, n. 4, 2006.
- PIRES, Roberto Organizador et al. *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. 2018.
- PRAHALAD, Coimbatore Krishna; RAMASWAMY, Venkat. *The future of competition: Co-creating unique value with customers*. Harvard Business Press, 2004.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Outros territórios, outros mapas*. Osal, v. 6, n. 16, p. 263-272, 2005.
- REIS, Mauro Célio Araújo dos. *Co-produção e inovação no setor público: análise de experiências inovadoras de gestão na Administração Pública Federal*. 2015. 71 f., il. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Administração, Brasília, 2015.
- REMESAR, Antoni. *Dois apontamentos sobre o espaço público*. Diario La Nueva Provincia: Ingeniería & Arquitectura, 2005.
- REYS, Pedro Da Silva; AUDI, Patrícia Souto. *Acultura De Planejamento Em Niterói Como Premissa Estratégica De Governo*. In: Congresso Consad de Gestão Pública, VIII. 2015.
- RIGOLON, Alessandro; NÉMETH, Jeremy. *Toward a socioecological model of gentrification: How people, place, and policy shape neighborhood change*. Journal of Urban Affairs, v. 41, n. 7, p. 887-909, 2019.
- ROBERTS, Nancy. *Public deliberation in an age of direct citizen participation*. The American review of public administration, v. 34, n. 4, p. 315-353, 2004.
- SALM, José F.; MENEGASSO, Maria E. *Proposta de modelos para a co-produção do bem público a partir das tipologias de participação*. Encontro Científico de Administração da Associação Nacional de Pós-Graduação de Pesquisa em Administração - ENANPAD, v. 24, 2010.
- SANTINHA, Gonçalo; MARQUES, Sara. *Repensando o fenômeno do envelhecimento na agenda política das cidades: a importância da promoção da mobilidade de pedestres*. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 16, n. 2, p. 393-400, 2013.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade e estado, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.
- SCHOMMER, Paula Chies; ROCHA, Arlindo Carvalho; SPANIOL, Enio Luiz; SOUSA, Alessandra Debone de; DAHMER, Jeferson. *A coprodução do controle como bem público essencial à accountability*. In: Revista de Administração Pública, v. 49, n. 66, 2015.

SEMUR (Secretaria Municipal de Urbanismo e Controle Urbano). 2018. A História da Cidade de Niterói. Disponível em: <<http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br>>.

SICILIA, Maria Francesca et. al. *Public services management and co-production in multi-level governance settings*. In: International Review of Administrative Sciences, v. 82, n. 1, pp. 8-27, mar, 2016.

SOARES, Carlos Hilton Albuquerque et al. *A Participação Social Em Sobral-Ce: Experiências Que Versam Sobre A Gestão Compartilhada*. SANARE-Revista de Políticas Públicas, v. 8, n. 1, 2009.

SOBRAL RODRIGUES, Laura. *Doing It Together - cooperation tools for the city co-governance 2018*

_____. *Isso não é um evento uma análise sobre a dinâmica de uso dos espaços públicos contemporâneos: estudo de caso-o Largo da Batata* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo) 2018.

SOUZA, Victor Burigo; NETO, Luis Moretto; SALM, Vanessa Marie. *A Co-produção dos Serviços Públicos: modelos e modos de gestão*. In: Revista de Ciências da Administração. v.16, n.39, p. 164-178, ago, 2014.

SOUZA, Victor Burigo. *A coprodução do bem público aplicada aos projetos de administração pública premiados pelas nações unidas*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2015.

SPEER, Johana. *Participatory Governance Reform: A Good Strategy for Increasing Government Responsiveness and Improving Public Services?* In: World Development, v. 40, n. 12, p. 2379-2398, dez, 2012.

SUNDERMANN, Jorge et al. *Democracia deliberativa: uma análise do decreto nº 8.243*. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 21, n. 68, 2016.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *As dimensões da participação cidadã*. Caderno CRH, v. 10, n. 26, 1997.

TRESSERRAS PICAS, Josep. *Mobiliario urbano: Innovación y diseño (Procesos de desarrollo de producto)*. 2011. Tese de Doutorado. Universitat de Barcelona.

TRUPPEL, Maristela Aparecida Da Silva; KARKOTLI, Gilson. *Gestão Pública e a Coprodução de Bens e Serviços*. In: Revista de Administração do USJ - ciências, sociedade e organização [RAUSJ], v. 1, n. 01, p. 155-162, 2013.

TUAN, Yi-Fu. *Human Goodness*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2008

VASQUEZ, L.E.D. 2007. O RECRUDESCENTE PROBLEMA DA REGIÃO OCEÂNICA DE NITERÓI. Monografia - Pós-Graduação “Lato Sensu” no curso de Finanças e Gestão Corporativa. Universidade Cândido Mendes. Niterói. 56p

VERSCHUERE, Bram; BRANDSEN, Taco; PESTOFF, Victor. *Co-production: the state of the art in research and the future agenda*. In: VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations. v. 23, n. 4, p. 1083-1101, 2012.

VOORBERG, William H.; BEKKERS, Viktor JJM; TUMMERS, Lars G. *A systematic review of co-creation and co-production: Embarking on the social innovation journey*. Public Management Review, v. 17, n. 9, p. 1333-1357, 2015.

9. ANEXOS

SUMÁRIO EXECUTIVO

Guia de melhores práticas de cocriação

O guia de melhores práticas de cocriação retrata os principais passos e ações necessárias para a realização de atividades e projetos de cocriação, desenvolvido com intuito de facilitar a aprendizagem desta metodologia principal.

Sumário executivo

Introdução: Etapas da cocriação

O presente trabalho faz uma descrição do conceito de cocriação e sua utilização, bem como a necessidade das atividades prévias necessárias para a promoção do processo de participação. Descreve que tanto a estrutura inicial de engajamento quanto o processo de cocriação podem ser desenvolvidos de múltiplas maneiras a depender do objetivo do projeto vislumbrado. No entanto, o planejamento deste compõe etapas que buscam organizar sua construção e delimitar passos para obtenção do resultado esperado, ou seja, uma construção elaborada em conjunto para a solução de uma demanda. O Guia apresenta esta metodologia que pode ser dividida em quatro etapas:

Drive inicial – Caracterização do Desafio – Dinâmicas de cocriação – Experimentação

Drive inicial:

Esta etapa estabelece atividades de identificação e objetivo da cocriação, buscando justificar como a mesma pode alcançar um resultado mais efetivo e/ou eficiente. Para tal são definidos os papéis necessários, a equipe que vai realizar o processo de cocriação e se inicia uma pesquisa e discussão sobre qual melhor técnica de cocriação para engajamento do público envolvido e o contexto do território estabelecido. A pesquisa pode ser composta de um diagnóstico territorial e um mapeamento das dinâmicas de apropriação do local e as demandas específicas daqueles que o utilizam. Ao final a equipe identifica que metodologia de cocriação atende as necessidades a serem endereçadas.

Caracterização do Desafio:

Tendo em mente o objetivo identificado na etapa anterior, passa-se a caracterização do desafio definido de forma coletiva. Nesta etapa é promovida a integração da comunidade em torno de um objetivo comum, definindo estratégias para a identificação de parceiros e uma lógica de responsabilidades compartilhadas. Descreve o processo de aproximação com os atores mapeados, a partir de ações de mobilização sociais com objetivo de engajamento nas atividades de cocriação. Este processo também presta apoio a um diagnóstico coletivo do local que poderá prover subsídios para intervenções futuras.

Dinâmicas de cocriação:

As fases das dinâmicas de cocriação obedecem, muitas vezes, a seguinte lógica: uma fase inicial onde são expostos os objetivos e desafios mapeados, há uma explicação da metodologia e seu funcionamento e são levantadas questões, ideias e possibilidades, gerando alternativas e insights. A segunda fase é quando se aplica a metodologia de cocriação em si. Na terceira fase após um intenso processo criativo, dá início a avaliação das alternativas propostas e dos pontos-chave. As ideias são segmentadas em macro-categorias e agregadas, por pontos em comum, objetivando gerar soluções e conclusões para tomada de decisão. Ao final é realizado um fechamento que busca coletar as percepções do grupo sobre o processo realizado.

Experimentação:

A partir das soluções colocadas, durante a dinâmica, uma delas é selecionada para ser prototipada, idealmente de maneira simplificada, rápida e barata. Fica a cargo da equipe organizar as ideias sugeridas em um documento a ser compartilhado com os atores envolvidos, e uma proposta de projeto experimental/protótipo com a solução escolhida. Este documento deverá ser apresentado a todos os participantes do processo para sua validação e definição de novos passos; verificação das possibilidades de implementação e distribuição de tarefas, definindo o sistema de comunicação e a data do próximo encontro. Deverá ser definido ainda durante as atividades que canais de comunicação são mais adequados para manter o público informado e engajado.

No Processo de Experimentação a de se considerar ainda pessoas e lugares

O Guia descreve ainda a importância no trato do território e das pessoas presentes para o processo de cocriação. Descrevendo quem são estes atores envolvidos no processo de elaboração, suas principais funções e atores-chaves no território.

ENTREVISTAS

Funcionária da SMARHS de Niterói - 16/12/2019

No início da entrevista foi indicado do que se tratava a pesquisa, quem havia feito a indicação e providenciado seu contato. Lhe foi perguntado também se a conversa poderia ser gravada e usada para elaboração do produto do Mestrado Profissional do CPDOC, com seu ok a entrevista se deu da seguinte maneira:

Bianca (B) - Eu que você falasse como que surgiu o projeto da orla de Piratininga, da onde veio esse start e como foi construída a relação com os moradores e depois disso a gente vai conversando mais um pouco e ver aonde a gente vai parar

R – Tudo começou com a Dione, que é a coordenadora geral de projetos da CAF, ela me procurou e eu estava trabalhando nessa altura na Secretaria de Meio Ambiente, eu estava focada, tinha sido contratada como diretora lá para poder cuidar da parte da questão climática do município. A gente estava entregando o primeiro inventário de gases de efeito estufa, estava numa outra história e a Dione me procurou falando que ela tinha ficado sabendo que eu tinha uma especialização em paisagens e queria que eu desse uma olhada num projeto que o INEA tinha feito pra entorno da Lagoa de Piratininga. Para que eu pudesse dizer a ela o que já era executivo, o que que não era, o que poderia ser feito com aquele um monte de projeto que se tinha e me entregou lá um material enorme, que eu analisei e ele tinha uma cara assim meio Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro, um projeto de paisagem bom, mas um projeto bastante mono funcional com bastante pavimentação, aquela coisa bem tradicional, muita grama e tal. E não tinha uma linguagem de recuperação de ecossistemas, não tinha um viés tão ecológico. Eu comentei isso com ela que, enfim mostrei uns exemplos no mundo de alguns parques que tinham esse viés ecológico e aí então ela pediu para que eu apresentasse esses projetos ao Axel (Grael), que naquela altura era vice-prefeito. Eu apresentei os projetos de referência naquela altura e o Alex falou assim “Ah beleza então quanto tempo você me entrega um projeto assim?” e na época eu não tinha equipe, era eu sozinha, na verdade tinha até uma estagiária de recursos hídricos, mas que estava focada no clima. A gente já tinha feito um monte de treinamento, eu já vinha fazendo um treinamento há mais de 1 ano e ela já começava a entrar nesse treinamento. Eu falei “olha não tem jeito a gente não tem equipe e tal...” e aí então ele propôs de... aí o Axel tinha pedido pra gente fazer um projeto novo e falou assim “eu te forneço então um engenheiro e a gente vê que vai acontecer”.

Nessa altura eu voltei com o trabalho para Cecília e pro Pierre que eram, eu estava finalizando a minha pós-graduação nessa altura estava fazendo com o tema voltado para a bacia do Rio

Jacaré, que é a bacia principal bacia contribuinte da lagoa de Piratininga. Ai então eu voltei com esse pra academia falei assim “Cecília, Pierre aconteceu essa encomenda, será que a gente tem como botar isso pra ser a minha monografia” ai eles “claro” aí mudamos tudo assim faltava 2 meses para entregar monografia e enfim ia ter que ter uma equipe para me ajudar a fazer alguns levantamentos, eu abri vaga para voluntário arquiteto, chegou uma arquiteta de Curitiba para trabalhar com a gente, a Letícia Veloso.

A gente começou a fazer então levantamento porque tinha muita coisa que não tinha diagnóstico. Com isso acontecendo, no meio do caminho, bate um dia uma pessoa lá na Secretaria que é A que era uma funcionária da EMUSA, bate lá falando assim “R, a gente está fazendo... (eles fizeram a transoceânica né).

A Emusa é a empresa de obras do município e eles tinham no contrato uma parte ecológica e social do entorno das obras que ficaram afetadas por transtornos de trânsito, sujeira, ruído e aí eles têm essa obrigação de cuidar de forma social e do ecológico do entorno. Nessa hora chegou um dos moradores lá, o A, que é um líder comunitário. O A chegou lá e falou que queria fazer uma ação junto com o pessoal do Emusa numa favela, que é a favela da Ciclovía, que é um dos principais dos pontos, um dos mais problemáticos assim do entorno da lagoa de Piratininga. Com isso tudo acontecendo a Angélica falou com a Dionê e ela disse que eu estava estudando o lugar e qualquer ação era pra me procurar. Eles queriam fazer um plantio de mangue na frente da Lagoa, só que o ecossistema original da Lagoa era brejo, eles bateram no mangue outras ações antrópicas salinizaram a Laguna - era uma coisa delicada que o projeto ia tratar e que eu ainda não tinha as informações suficientes para saber se podia ter um plantio de mangue ali ou não ou se a gente ia suprimir o mangue que já existia. A gente não sabia ainda o que ia acontecer com essa Lagoa entendeu? eEu falei “não pode plantar mangue de jeito nenhum. Vamos fazer outra coisa.” Eu propus a gente fazer uma horta, ele lhe ofereceu um terreno lá e a gente faria uma horta porque a horta era uma coisa que o pessoal, se fosse passar depois a obra do parque por cima, colhe a horta come já acabou a horta, beleza.

B - Seria uma coisa mais fácil de se fazer, mais pontual

R - Exatamente, e de certa forma também mais educativa porque as pessoas também podem ver que elas podem produzir alimento, que a intenção dele era uma de educação ambiental no fundo. Se a pessoa vai lá planta uma árvore de mangue não entende quais são os valores da ecossistêmicos daquela história entendeu, ia ter que ser um pouco mais profunda de explicar o que era então a horta era mais fácil.

E aí a gente se juntou com a EMUSA, foi uma parceria da Secretaria de Meio Ambiente com a EMUSA e fizemos aquela ação que você viu as fotos né da horta, da história dos pneus e aí foi muito legal porque teve uma facilitadora, teve uma oficina de ensinar a fazer o transplante das mudas, ensinar a plantar sementinha para crescer, a fazer os vasinhos com o resto de pote de iogurte, com o resto de garrafa pet. Existiu essa oficina, essa capacitação, onde os moradores levaram as mudas para casa. A intenção era fazer uma série de 4 oficinas para poder plantar horta toda. Foi uma parceria da EMUSA, Secretaria de Meio Ambiente e da Região Administrativa da Região Oceânica. No meio do caminho começou uma questão que foi levantada pela prefeitura de quem era o dono daquele terreno, ninguém sabia quem era o dono e a gente tinha que ter uma autorização para fazer qualquer ação naquele terreno. Tinha uma intenção de mandar grafitar o muro e a gente já tinha feito um projeto e era um ponto de tráfico de drogas ali e os moradores começaram a questionar um pouco porque fazer essa ação ali se era uma boca de fumo. A gente não sabia de nada disso, a gente foi guiado por um líder local, a gente confiou nele e foi né. A pessoa da Emusa, que era quem entraria com dinheiro, começou a questionar essas coisas todas, com a razão, e parece que teve uma outra parceria de alguma coisa com A que não deu certo e que começou a desconfiar inclusive da boa-fé desse líder local. O Emusa retirou todo o investimento financeiro dessa história, e aí nessa altura a equipe do Parque Orla já estava consolidada e a equipe toda foi nesta ação a onde a gente pode conversar muito com os moradores, onde a gente ficou conhecido pelos moradores. Inclusive os meninos do tráfico de drogas estavam agradecidos, no dia que a gente estava lá fazendo a essa ação. Só que aí teve essa retirada do aporte financeiro e nós, como Secretaria de Meio Ambiente, não tem recurso próprio para intervir. Fora isso a gente legalmente a gente não poderia intervir naquele terreno sem uma autorização do proprietário e a gente nem sabia quem era o proprietário, ninguém conseguiu achar que o proprietário.

Quando o parque começou a tomar corpo, aquela coisa assim porque aquela ação por não ter tido continuidade alguns moradores começaram a se apropriar daquele espaço começaram a plantar algumas coisas e aí alguma coisa funcionou durante um período e aí a gente teve uma abertura para chegar na comunidade. A horta foi um fracasso, mas foi um sucesso pro parque porque a gente conseguiu ter acesso à comunidade e foi delicado porque eu tive conflitos com esse líder local, que chegou a postar no Facebook falando que eu era mentirosa, porque eu falei que ia fazer a horta e não fiz, enfim existiu toda uma questão política que eu não tive nada a ver com isso, que fez com que a outra pessoa que entraria com a verba a retirasse.

Mas a parte legal foi que a gente pode inclusive conhecer alguns outros líderes locais, o “Rato”, que é de uma outra comunidade também uma favela tem lá entre outros. No edital do Parque Orla a gente fez um item sobre a participação popular, então o que que a gente notou, nesse aproximar com a comunidade pela favela da Ciclovía, a gente notou que era muito segmentado, o território era extremamente dividido, né então a gente tinha em torno de uma Lagoa que era uma coisa homogênea, no entanto ele era dividido, agora eu tenho que pegar o mapa para ver, mas sei lá em 7 ou 11 partes, não me lembro muito bem. Tem um mapa com essa delimitação do território.

Esse território ele era assim, ele tinha uma cara dependendo de cada líder comunitário e aí são diversas associações de moradores também então ela é dividida, fatiada e você tem associação de moradores da Fazendinha, esse entorno, essa cidade em volta ela tem uma cara, ela tem uma ambiência muito típica, então às vezes assim a comunicação visual, as placas tem uma cara, uma identidade visual, às vezes as lixeiras tem uma identidade visual. É muito interessante. Você olha mais um pouquinho as casas, as divisões, o loteamento né porque as vezes você tem uma área muito formal, boas casas de alto padrão, aí daqui você anda um pouco, começa a diminuir... e aí você tem uma área de aglomerado supernormal, de favela. Você vai andando de novo já começam a aumentar a qualidade das casas.

Então, a gente começou a ver que a que a gestão do território também estava diretamente ligada à ambiência urbana, então a gente achou muito importante nessa hora entender quem eram esses líderes comunitários como era feita a gestão do espaço da comunidade e a gente quis se aproximar. Então entrou também na equipe, nessa altura, a Vitória, que é uma pessoa muito legal de você conversar, ela tem uma formação em políticas de administração públicas e ela tem uma visão muito interessante, que o foco dela é exatamente na participação popular e aí ela começou a ligar, ela ficou muito focada nessa história e ela começou a ligar para a casa da associação de moradores, fez um levantamento gigante de todas elas conversou com todos eles e assim amarrou a história toda muito direitinho. Quando a gente foi fazer as visitas, a partir daí quando a gente começou a fazer os levantamentos, medir a largura da via, onde que ficava o poste... quando a gente começou a fazer esse levantamento, a gente tinha que ligar para todos os líderes comunitários marcar hora, então o que acontecia: um líder comunitário encontrava com a gente do ponto de domínio dele, aí ele a fazia o percurso com a gente, que a gente queria fazer um percurso no entorno da Lagoa toda, aí ele fazia o percurso com a gente acompanhando a gente e nos deixava na mão de outro líder comunitário, aí esse outro líder comunitário acompanha a gente até outro pedaço para poder fazer o levantamento das coisas. Até a

população começar a saber o que estava acontecendo, todo mundo já recebia a gente com outros olhos, a gente conseguiu com o carro da prefeitura fazer isso e tal.

B - Em quanto tempo mais ou menos?

R - Em dois meses estava pronto. A gente pegou firme no levantamento, no diagnóstico e nas visitas. A gente fazia isso durante o dia, à noite eu ia para casa e já encaminhava tudo. De acordo como o trabalho ia andando eu ia vendo onde tinha que investigar mais coisa. Para elaborar os mapas a Leticia deu aula para as meninas no escritório. Todo mundo botou a mão na massa para fazer mapa, até a menina de administração pública fez mapa, a engenheira também que nunca tinha visto o mapa. Elas não sabiam o que era ecossistema naquela altura. Rolou uma pequena capacitação para todo mundo poder trabalhar num projeto de ecologia e era a equipe que a gente tinha, era todo mundo muito disposto, pessoas inteligentíssimas, que correram atrás, leram, foram pesquisar por fora e prestaram suas contribuições. Quando foi pro final, que a gente já estava assim com o desenho de ecologia mais desenhado, diagnóstico pronto. Assim, algumas coisas não tinham muito o que conversar com a população porque na questão ecológica quem manda é o ecossistema.

B - R, até esse momento o projeto estava sendo feito sem financiamento?

R - Não, esse recurso já existia, claro que eles tiveram que fazer um aporte financeiro muito maior. Existia um financiamento pré-existente que era o financiamento da CAF, quando o Rodrigo (Neves) ganhou a eleição, eles trazem junto o financiamento enorme é a da agência de fomento da CAF e aí eles trazem esse financiamento para recuperação da bacia do Rio Jacaré, da lagoa de Piratininga, de toda essa região oceânica. Já existia um desejo do Axel (Grael), de toda equipe do Axel de revitalizar aquela Lagoa. Porque a lagoa de Piratininga está assim à beira da morte realmente. Mas, o que ninguém imaginava, na verdade todo mundo imaginava que fazendo o saneamento, resolvendo isso e isso a lagoa vai viver, mas era muito mais complicado do que isso. Porque a Lagoa para viver plenamente, como ela sempre viveu a gente teria que voltar e inundar uma grande parte da área da cidade que já foi construída tá completamente consolidada. Porque a Lagoa ela ia quase até onde hoje à transoceânica, então pegaria aqueles bairros todos, afetando milhares de pessoas. Era impossível fazer ela ser o que ela era antes. Então o estudo era um pouco mais complexo, e aí existia esse dinheiro já para fazer a lagoa, o Jacaré com o dinheiro pré-definido com uma visão de que era só que tratar o saneamento, botar a ciclovia no entorno, umas 3 ou 4 praças e re-naturalização do Rio Jacaré e a contrapartida desse investimento que a CAF estava dando a fundo pedido era a transoceânica. Aí o governo pensa na transoceânica em contrapartida recebeu esse financiamento da CAF. O

dinheiro da EMUSA era outra coisa. A ela fez a obra da transoceânica, existe uma lei no governo, que eu não sei te dizer o número agora mas, se você estiver interessado eu posso pesquisar aqui para falar depois, porque toda obra pública dentro do município de Niterói tem que ser feita pela empresa de obras do município, pela EMUSA, não necessariamente executado, mas ela é que tem que licitar, tem que passar por ela, ela que faz a gestão das obras no município. Emusa, é a ela tem um trabalho técnico social que é uma obrigatoriedade do governo nacional que toda obra de grande porte como a transoceânica, o município é obrigado a dar suporte social e ecológico para o entorno. Então meio que esse dinheiro é diferente. A Angélica ela é psicóloga ela trabalha nessa parte de reestruturação da comunidade, vendo o que foi impactado da obra, se teve algum problema né, porque houve algumas remoções de pessoas e tal. Então ela vem trabalhando nesse sentido assim de reintegrar a sociedade com aquele novo tecido urbano que foi construindo, até mesmo de apropriação daquele território. Então esse dinheiro da Angélica, era outra coisa totalmente diferente e era um dinheiro pequenininho, era um dinheiro pouco que a gente ia conseguir fazer um grafite no muro, fazer uma horta no pneu, entendeu, construir um... se conseguisse construir um barraquinho assim para guardar um material, entendeu. Era aquilo, era uma horta pequena, num terreno pequeno, uma bobeira assim que a gente vai fazer um mutirão com a comunidade, aí ser uma outra história que a gente estava desenhando que a gente também nem estava deslumbrando, nessa altura o parque orla, entendeu. Porque foi antes, assim foi no começo do parque orla, eu não tinha nem recebido a equipe toda, foi no meio da história da horta que a equipe chegou.

B - No meio da horta surgiu é esse novo projeto de fazer uma coisa muito maior na ali na região? com esse aporte já teria da CAF?

R - É, já existia esse projeto. Só que ainda era um projeto assim engatinhando, que ninguém sabia o que que ia ser, que tinha que fazer uma reurbanização no entorno da Lagoa. Tinha o dinheiro para fazer uma reurbanização no entorno da Lagoa. Eu tinha acabado de receber essa missão de eu olhar, eu acho que eu estava nessa altura da ordem acho que eu estava analisando a documentação ainda, que a Dione tinha me dado. A Dione mandou qualquer coisa que acontece no município do entorno me procurar porque o negócio estava na minha mão. Eu falei para tudo, vamos fazer a horta, porque eu tinha que fazer alguma coisa, entendeu. Tipo assim não tinha opção “ah não vamos fazer aqui vamos fazer lá” não, tinha que fazer alguma coisa. Eu falei então vamos fazer a horta e aí nessa história só todo mundo se empolgou, só que aí o parque começou a tomar corpo, nessa altura já tinha apresentado pro Axel, ele já tinha me dado a encomenda, a gente já tinha começado aí no lugar, quando fez a atividade da horta, antes da

atividade a gente limpou o terreno, entrou com máquina, eu tinha ido na comunidade algumas vezes, eu comecei a ver a realidade da comunidade. Lá tem um problema sério de saneamento básico e tal. Então todo mundo, o próprio município começou a tomar conhecimento na realidade daquela localidade. Porque assim, às vezes dentro de uma gestão municipal, a cidade é enorme, o município não entra lá porque o tráfico de drogas é desesperador. Quem entra são os lixeiros, ele vai lá coleta o lixo, ele nem olha pro lado entendeu e nem tem como ele reportará o cara do saneamento que tem um problema de saneamento. A gente sabe que existe, mas assim é muito diferente saber que existe e você ir lá no lugar e ver a realidade. E ter a oportunidade, já dinheiro, entendeu para ver que assim olha essa horta que beleza, é uma ação assim de dia de meio ambiente, sabe aquelas coisas pontuais e você começar a olhar aquilo e falar assim cara isso aqui merece um cuidado muito maior, que de repente a mesma pessoa que estava fazendo a horta era a mesma pessoa que estava olhando para o território inteiro, a mesma equipe e aí a gente fala “putz o problema aqui é muito maior que isso né” e aí a gente começa então a fazer um estudo profundo. E acabou que o A foi um super parceiro da prefeitura apesar dos pesares pra construir toda essa ligação com a população, porque ele é um cara bem visto na região, ele tem um trabalho social interessante com as meninas modelos tal e da até para conversar com ele é acessível. Posso te passar o contato dele, ele é o cara que abre portas. Apesar de ter ficado chateada com ele bastante, ele é gente boa. Passou essa história toda e a gente começou a olhar para o território e a gente sentia uma necessidade de fazer com que essas pessoas se encontrassem, para que elas pudessem olhar para o território do entorno da Lagoa com unidade, delas verem que não é cada um cuida do seu pedaço e sim entorno da Lagoa ele ia se tornar uma área pública. Porque hoje a população de Niterói não frequenta o entorno da lagoa de Piratininga inteira, ela frequenta num pedaço que no Tibau, porque tem uns restaurantes ali e só. Ninguém anda com um carro ali torno da Lagoa porque é perigoso, porque é uma rua de terra, porque enfim, é uma via local. E mostrar para aquela população que para além deles como população vivia ali também uma série de animais, porque por exemplo tem um monte de pássaros lindos que ficam ali tem o colhereiro rosa tem, o colhereiro azul, são pássaros assim é paradisíaco sabe. A equipe as vezes me agarravam um pouco porque elas não acreditavam não concordavam com o projeto de alguma maneira porque não era a visão tradicional. A Júlia foi muito importante porque ela chegou com um novo fôlego e com conhecimento de causa né. Indo lá que a gente pensou em trazer de atividades para dentro dessa água, da lagoa aí a gente ia conversando com os pescadores também. Os pescadores são pessoas fundamentais nesta região, porque os pescadores eles, existe uma comunidade fortíssima de pescadores no entorno

e eles usam uma Lagoa para pescar. Então tem vários, tenho mapa também que eu posso te passar, esses mapas têm, são vários pontos de pesca gente mapeou todos os pontos de pesca no entorno da Lagoa. Para que esses pontos, alguns deles a gente pudesse otimizar, que acontece as pessoas constroem coisas na beira da Lagoa que são esses pontos de pescas, esses piers dos pescadores, que eles fazem na frente da casa dele. Só que pra gente fazer uma reforma no entorno não dá pra ficar aquele monte, cada ponte de um jeito, um negócio assim caindo aos pedaços, não tinha condição. A gente fez esse levantamento para poder otimizar e monta sabendo quantos barcos que tinha que caber ali. e aí é essa conversa com moradores.

B - Quando você falou da remoção era disso que fez referência?

R - Residências na linha da transoceânica lá em cima, não na lagoa. Você pode fazer quase tudo menos tirar a casa, não posso fazer remoção. Então o projeto teve que ser pensado sem remoções, apesar de eu achar e indicar que alguns lugares teriam que ter remoção sim, porque as pessoas moram em cima dos rios em alguns lugares. Por fim eles começaram a detalhar um pouco mais que essas casas que talvez tenham que removidas dá pra você tirar assim só um pedaço da garagem da casa do cara, acho que não vai precisar tirar ninguém de morar lá, mas as construtoras que estão em cima do Rio não pode né. Já não podia na faixa marginal de proteção, mas em cima do rio é demais. É um risco pra pessoa, mas eu não sei como é que ficou isso, porque isso realmente ficou agora para equipe que pegou a licitação.

O nosso objetivo era fazer um projeto básico para licitar. Não era um objetivo claro desde o início não, era mais assim “vê o que você consegue fazer até a hora que bater o sino” e a gente não sabia que hora seria essa. A gente não tinha data, um deadline. Tinha a data da minha pós, não tinha um da prefeitura e aí uma hora bateu o sino foi assim “o que vocês têm na mão?” aí foi quando eu entreguei a pós. Eu falei olha a gente tem que um projeto básico aí falaram então vamos embrulhar e mandar licitar. Ai a gente correu para formatar isso uma cara de projeto, a gente fez um anexo, um termo de referência que quem ganhasse essa licitação teria que seguir essas diretrizes de paisagismo ecológico, mas aí antes de bater o sino, quando começou a querer bater o sino que a gente começou a ver que o prefeito começou a cobrar e tal a gente falou assim: beleza falta ainda fechar o programa do parque e o programa do parque era uma coisa difícil de fechar porque a gente já tinha feito todo diagnóstico ambiental, a gente já tinha conversado com toda a população e o sonho coletivo da população, toda não ne, mas assim a gente tinha conversado com muita gente e o sonho de todos era que, assim era foi assim unânime, todo mundo falava que o sonho era ver aquela Lagoa com vida, era unânime. Quando eu fui fazer a apresentação do que a gente já tinha elaborado para a população, que a gente tinha

que ver também qual seria a aceitação da população. A gente fez uma primeira apresentação do trabalho no ponto que estava pro comitê de bacia hidrográfica, que é o “CLIP”, foi uma aceitação geral, eles são técnicos, biólogos, geógrafos, arquitetos geralmente uma galera aposentada, ex professores da UFF e que são enfim cidadãos superativos em Niterói. Eles trabalham de forma voluntária nesse comitê gestor das bacias. A aceitação foi unânime aí maravilha. Então agora vamos partir para a população de novo o foco era o meio ambiente, a intenção sempre foi fazer uma revitalização e aí quando a gente jogava ele levava para a população essa retaliação a necessidade de revitalizar os ecossistemas associados da Lagoa para que ela pudesse voltar a ter vida, para que a gente pudesse ter berçário na Lagoa isso fez com que a população também aceitasse e os diferentes, os diferentes poderes locais né aceitaram isso. E isso foi muito legal, porque todo mundo saiu feliz, a oposição do governo estava assistindo porque o 2º lugar na última eleição é um morador do entorno da lagoa de Piratininga e ele estava nas reuniões. Tem foto dele com a gente, ele saiu da oficina me dando beijo. Falando muito obrigada, assim o cara apoia publicamente uma ação do governo que é oposição ao dele. Foi uma coisa tão incrível o fato de como meio ambiente, ele pode ser um grande elo entre as pessoas. Ele é o grande elo entre as pessoas, porque na verdade, cada um cuida do seu, tem as rixas políticas, as rixas territoriais, os problemas lá, mas todo mundo quer ver aquele corpo hídrico vivo. Nessa hora todo mundo ficou feliz e aí a gente falou então falta fechar o programa porque um quer um campo de futebol aqui, começa essa questão da territorialidade, “eu quero um campo de futebol, eu quero um negócio aqui, eu quero uma pracinha ali”. Aí a gente falou “Bora fazer uma oficina então e botar eles no mapa para eles se enxergarem no mapa” porque às vezes eles tem dificuldades de se achar no mapa e isso faz com que a pessoa possa ter uma visão mais integral do território, ela poder se ver de cima, isso é um exercício bom.

A gente dividiu essa lagoa em trechos, que todo o projeto é feito em trechos entendendo que cada área precisa de um tratamento diferenciado, porque elas são diferentes. A gente apresentou de novo o trabalho um pouco mais evoluído já com as considerações da primeira reunião e fez uma oficina, fizemos uma série de adesivos já com o pré-programa do parque de acordo com o que cada um ia pedindo. Como a gente não sabia muito bem como é que isso iria ficar no território, porque se a gente fosse atender todo mundo, não ia ter espaço para os nichos ecológicos. Então a gente chama eles pra uma oficina no final, divide a sala em mapas, as mesas em mapas por trecho e deu os adesivos com alguns facilitadores, que a equipe, essa foi uma ideia da Letícia, que é essa arquiteta de Curitiba que já tinha participado de uma atividade assim algum momento da vida. Os adesivos foram entregues na mão deles e eles colavam, tipo “eu

quero um parquinho aqui, eu quero um ponto de ônibus ali, eu quero uma quadra aqui” e aí eles iam debatendo entre eles mesmos e soltando os adesivos e mudando eles de lugar. Essa construção das atividades que iam acontecer, das atividades sócio culturais digamos assim né, das instalações das infraestruturas culturais sócio culturais foi feita junto com os moradores. A gente já tinha apresentado uma opção e aí eles voltam para a mesa questionando inclusive aquilo que a gente já tinha apresentado. Por exemplo gente tinha proposto um anfiteatro pequenininho acústico na ilha do sinal a população tirou aquilo. Eles foram montando esse mosaico no território. tinha alguns adesivos com alto-falantes onde a pessoa podia escrever quando não tivesse aquela atividade de pré-definidos. E assim foi feita a oficina na verdade.

B - Como foi a idealização da oficina? Como que ela foi pensada? Como foi o processo de juntar essas pessoas, a divulgação? Como que foi um dia? Se teve algum tipo de atrito entre os diferentes territórios?

R - Bom, a intenção, lá na época da horta, era a gente botar, uma das atividades era botar as crianças para desenhar o que elas o que elas queriam, como ela imaginariam aquela horta, como elas imaginariam a lagoa. Então essa era uma intenção. Aí como a horta não aconteceu sempre ficou aquela vontade de fazer, de querer imaginar, porque a gente tinha um papo assim né dentro da nossa equipe que era um papo assim de como será que é o inconsciente coletivo dessa comunidade? Como será que eles imaginam esse lugar? Nas entrevistas no lugar assim quando a gente ia, a gente sempre perguntava: como você imagina esse lugar? Cada um falava uma coisa diferente, mas isso foi muito importante para a gente construir o desenho da história. Quando o sino estava prestes a bater a gente falou poxa a gente vai apresentar essa parada, mas vai ficar de novo uma coisa assim meio audiência pública, que a gente apresenta a população aprova, da sugestão, a gente muda no escritório e vai, não é legal. Ninguém da equipe concordava com esse modelo, a gente não era a favor. A gente pesou em fazer uma oficina para ver essa questão do programa, porque realmente a gente ficava horas no escritório querendo fazer o programa e ninguém concordava com ninguém e a gente pensou em botar isso pra população definir. Porque eles melhor do que ninguém sabe o que eles querem e tal e seria legal eles terem essa visão do território e eles têm que conseguir enxergar o território do vizinho porque o território do vizinho também deles né. Então é a gente começou a questionar isso. Por exemplo os principais acessos ao parque isso não foi definido com a população, isso foi posto por uma questão óbvia de pontos de ônibus da transoceânica, uma coisa pré-pronta. Houve uma discussão da questão das ciclovias e aí o pessoal da “Niterói de bicicletas” também entrou e era uma questão óbvia de viabilidade né, enfim. Mas a questão do programa não era óbvia.

Num 1º momento a gente pensou em fazer um mapão e a gente bota eles para desenhar. Ai achamos que não ai dar certo porque a galera não sabe se enxergar no mapa e tal. A gente já sabia que existia essas dificuldades e que às vezes a pessoa nunca olhou para o mapa do lugar onde ela mora né. Hoje com essa coisa de GPS todo olha mais para mapa, mas antigamente ninguém olhava pra mapa né. Foi ai que a Letícia comentou que uma vez participou de uma atividade que tinha uns adesivos e a pessoa colocava o adesivo, era uma coisa assim que você consegue dá um pouco mais de ordenamento para a atividade, aí a gente achou muito legal a questão do adesivo, aí bora fazer. A gente tinha ganhado uma impressora na Secretaria incrível, de resto a gente que comprou o papel adesivo, imprimiu, cortou... A Letícia preparou os adesivos junto com as meninas, aí a gente foi separou /fragmentou os mapas. A gente se deu conta que um mapa numa escala boa, estudando a escala do mapa quando imprimia e não ficava bom, decidimos fazer por vários trechos então. Ai a gente viu que a escala boa era a do trecho. Nessa altura a Dione, tinha hora que era a favor, tinha hora que não. Na hora que começou a oficina a Axel meteu o pé, a Dione ainda ficou com a gente até o fim da oficina.

O governo tem muito medo da oficina né? É delicado falar isso, mas o governo tem medo da oficina. E foi uma coisa que a gente meteu o pé na porta e fez, uma coisa que a gente fez e deu certo, foi super bem recebido, e a população foi... na verdade foi a última vez que eu tive mais contato né, porque depois de feito tudo isso a gente incluiu isso no caderno do memorial. Calma deixa eu voltar na oficina.

B – Que a divulgação você tinha mencionado que tinha colocado posters nas associações.

R – Foi isso, ligou para as associações, a prefeitura fez uma arte e divulgou, porque no fundo a oficina, ela aconteceu depois de uma apresentação do projeto, apresentou mais um conceito a questão da mobilidade, a questão ecológica, as necessidades ecológicas vital e algumas das questões sócio culturais e aí tinham sugestões e ai a gente falou “agora as sugestões elas vão pro mapa” ao invés de ficar cada um falando em cima do outro. Tiveram perguntas, o Axel respondeu as perguntas e ai fomos para a oficina. Aí materializou aquelas contribuições.

B - Eu adoraria ver uma ata dessa oficina se você puder

R - Eu não acho que tem não, posso ate ver, mas acho que não. Eu não fiz, não sei se a Vitória, que era essa pessoa de administração pública e era quem era responsável pela participação popular. Posso perguntar a Vitória se ela fez.

B - Quantas pessoas moram no entorno ali diretamente na área a afetada pelo parque?

R - Não temos esses dados. Posso perguntar se existe esse dado, mas a gente chegou a contar número de casa, vou ver se acho alguma coisa para você.

B - Tá legal e você falou que foram umas 60 pessoas na oficina, uma coisa assim

R - Na reunião como um todo, para oficina não ficou esse tanto de gente não. Pra oficina esvaziou bastante, acho que deve ter ficado umas 30 pessoas, se fiou isso tudo 20/30 pessoas. Eu acho que a galera foi ouviu a apresentação e pra oficina ficou menos gente. É normal, a população quer e quer, mas na hora que pede pra participar acha um saco. Todo mundo quer participar, mas acha um saco, igual reunião de condomínio.

Beleza foi feito oficina, finalizaram o projeto conceitual, o edital para licitação e aí eu vi que alguém ganhou a licitação, mas esse projeto executivo ainda não está disponível.

Aí o quem pegou esse trabalho para fazer, quem ganhou a licitação foi um consórcio. Tem um outro dado instantâneo: Niterói sediou a frente nacional de prefeitos do ano passado e esse projeto já estava meio em andamento, só que existia uma certa dúvida com relação a eficiência dessas soluções baseadas na natureza. Por que os engenheiros da EMUSA, a galera começou a me questionar porque eu comecei a botar um negócio de infraestrutura verde nas vias, eu queria que a própria drenagem das áreas onde não tinham recebido drenagem tradicional fossem feitas seguindo essa lógica ecológica né e aí minha na minha especialização eu boto essa diretriz. No projeto licitado isso foi tirado. Eu com o Eurico presidente estadual na associação nacional de órgãos ambientais, onde estava como secretaria municipal, chamamos uma galera para falar das suas soluções mais as naturezas por esse órgão ANAMA e para divulgar esse edital. Chamamos as principais empresas que trabalham com isso no Brasil, inclusive pra galera tomar conhecimento dessa licitação, porque uma empresa de arquitetura tradicional não teria condição de ganhar essa. Até teria condição de ganhar essa licitação, mas não teria condição técnica de elaborar esse projeto e essa era minha maior preocupação, porque se isso caísse na mão de uma empresa de arquitetura tradicional ia fazer uma lagoa Rodrigo de Freitas, não entender bulhufas do que estava escrito ali. Por isso que tão específica em cada estudo de diagnóstico, em cada coisa que foi pedida naquele edital porque o maior medo de todos era, sei lá, ter alguma combinação de alguma empresa ganhar. Esse tipo de coisa que a gente sabe que acontece. Então eu chamei essas empresas pra falar, convidei o Axel e a Dione pro evento e também os secretários de meio ambiente das capitais, que estavam no encontro de prefeitos. Fizemos um workshop, veio a Cecilia Erzog pra falar, ela é uma das pessoas que está trabalhando no Ministério de ciência e tecnologia junto com a união europeia. Chamei o Pierre Martins, que era foi meu orientador na pós, junto com a Cecilia pela PUC. Hoje ele é um dos sócios fundadores da ENVIAR, um dos escritórios do Rio de Janeiro que mais teria condição de fazer esse tipo de projeto, mais técnico, ele é um paisagista francês. Tem também, uma empresa

francesa que trabalha há muito tempo com isso, no mundo inteiro eles têm vários trabalhos na França, eles têm uma parte de tratamento do Rio Sena bastante interessante. Chamei também André Isaito, que tem um escritório em São Paulo e eles estão cuidando lá no negócio de Mariana, eles pelo Ministério público eles também têm uma série de projetos super inovadores. e aí assim não tinha muito mais gente que isso entendeu.

Falaram para um grupo de 10, 12 secretários de meio ambiente no Brasil e ao mesmo tempo tomaram conhecimento de que estava acontecendo no governo é de Niterói. Ficaram ligados em antenados obviamente para essa história da licitação. A primeira chamada pública foi vazia, ninguém entrou, nem eles. Porque a gente pediu tanto pré-requisito que ninguém tinha esse tanto de pré-requisito, então nenhuma das empresas pode entrar. Então a gente teve que voltar, nosso medo era tão grande de quem ganhar fazer besteira que acho que restringimos demais. A gente teve que voltar e diminuir um pouco a exigência e lançou uma segunda, um segundo edital. A gente diminuiu um pouco, mas ainda se manteve muito rígido e hoje eu vejo que foi um erro a gente se manter tão rígido assim. Que eles foram obrigados a fazer um consórcio, então eles se juntaram todos esses, quase todos eles se juntaram, e se juntaram com outras pessoas também e entraram com um consorcio, uma empresa de consórcio. A partir desse momento eu saí da história, porque aí eu já estava grávida e aí eu tirei férias e logo depois e não acompanhei muito bem. Eu sei que o Renato, que é uma das pessoas da empresa que ganhou, ele foi a pessoa que ganhou a licitação como arquiteto para fazer a gestão desses projetos da CAF. Há pouco ele me procurou e falou “R, a aceitação da questão ambiental é unânime até hoje em todas as apresentações, as pessoas questionam mil coisas, mas a questão das infraestruturas verdes, da metodologia da recuperação ecológica ambiental isso é unânime, tanto do corpo técnico quanto da população, sociedade civil. então a gente sabe que a gente acertou nisso. No entanto, a gente teve um problema com essas empresas, porque são 5 empresas, a gente não conhece todas elas, mas algumas saíram fora e por fim apenas duas que seguraram o rojão do projeto e graças a eles o projeto conseguiu sair do papel, porque eles podiam também desistir.

B - Ao invés das 5 iniciais do consorcio agora são duas empresas que estão tocando o projeto?

R - Eu acho que o consorcio se mantém, mas essas empresas tomaram a frete. Dá também para passar o contato para eles para você, porque o Pierre também é super acessível, ele acompanhou o processo todo como meu orientador na pós-graduação e depois como executor desse projeto executivo e é até esquisito isso, mas juro que não teve nenhuma tramoia, que realmente que a

empresa dele tem a capacidade técnica, foi técnica e preço a licitação. Fora que não entraram concorrentes.

B - Você se arrependeu por você acha que seria mais benéfico se não fosse um consórcio?

R - É, em muitos casos a gente pediu muita documentação, isso fez com que... porque aí por exemplo: foram 5 empresas, como você tem um dinheiro dividido por 5, fica pouco dinheiro para cada um entender. Acaba que ganha nada, sabe aquela coisa e tal. Se não fosse o Pierre, a verdade é essa, dele ter uma relação com o projeto e ele querer ver funcionar, é bom pra empresa dele também é verdade, iam abandonar o trabalho, botar aditivo em cima de aditivo, ia ser aquela maluquice, sabe como é obra pública né. Se bobiar teria que fazer uma outra concorrência. O Pierre estão a fim de ver isso acontecer no Brasil porque vai ser o primeiro parque público nessa escala utilizando soluções baseadas na natureza brasileiro né. por isso que foi parar nesse prêmio da união europeia. As Soluções baseadas na natureza é o que tem hoje de adaptação à mudança do clima, na tentativa de tentar recuperar as funções ecossistêmicas originais, parecer idiota falar isso “fizemos tudo isso para chegar a conclusão que tínhamos que ser como era antes” não é. É como o que éramos antes sem tirar todo mundo da onde mora, esse é o grande desafio.

B - E também engajar essa população toda. Teve mais algum contato com a população depois dessa oficina ou da prefeitura ou do consórcio? Como que tá essa relação com a população local?

R – Então, não está mais com a Secretaria de Meio Ambiente, o projeto foi parar na UGP que é escritório de gestão dos projetos da CAF, desse financiamento, existe no escritório de gestão, onde a Dione é a grande coordenadora da história toda. A gente colocou no termo de referência que era obrigado do programa foi fechado junto à população, a gente botou essa oficina como primeira etapa de propostas do programa pela população. A gente anexou os mapas e falou que aquilo tinha que ser respeitado e que não fosse ser respeitado teria que ser discutido com a população diretamente. Deu o mapa, deu o telefone das associações e falou quem ganhar isso se vira. “Tá aqui o telefone de todo mundo, uma primeira conversa porque o sino bateu e a gente teve que entregar o trabalho, mas vocês continuam por favor” e parece que foi feito isso. Então no projeto, muita coisa mudou realmente desse programa, eu acho que vale uma conversa com o Pierre, conhecendo o trabalho da ENVIAR eles tem uma preocupação muito forte com a questão social, então eu imagino que tenha sido feito um trabalho interessante dentro do que é possível do governo, porque uma coisa sou eu do governo meter o pé na porta e falar que vou fazer uma oficina, outra coisa é uma empresa contratada do governo não pode fazer isso. Então

eu acho, não acredito que tenha sido outra oficina, mas eu acho que pode ter tido mais audiências, mais conversas, bate-papos enfim, acho que vale a pena procurar o Pierre.

B – Como os moradores estão lidando com a obra atrasada? A licitação abriu mês passado então isso só vai começar a acontecer no meio do ano que vem. Por enquanto ainda está suspenso.

R - É, que é um problema né, a intensão é começar, eu acho que o prefeito vai fazer isso girar um pouco antes. logo para o início fevereiro /março, porque está nas prioridades do governo porque ele vai querer entregar pelo –1 trecho

B - Também a gestão dele tá terminando agora.

R - Exatamente, acredito que isso um seja um grande aporte para alguém vir como candidato, como novo prefeito. Que alguém do governo vai se levantar e eu estou achando, tenho certeza, o Axel já esta fazendo todo um trabalho. Muito certamente ele vem (Axel Grael) agora pode existir alguma alteração do governo do prefeito não apoiar o Axel e apoiar outra pessoa norte foi ao ar apoiar outra pessoa né.

B - Você tinha mencionado uma Valéria, quem assegurou financiamento da CAF, não foi?

R - Não, foi a Dionê. É que esse governo tem alguns projetos de participação, porque esse nosso talvez seja a ponta do iceberg. A Valéria coordena um outro projeto, muito interessante, que se chama Enseada Limpa, que tem uma participação popular ainda muito mais intensa. E a Dionê tem um programa, da intenção geral da Dionísia, ela é geógrafa, e a intenção geral da Dionê é fazer com que depois desses projetos todos entregues do Parque Orla, do Rio Jacaré e tal tudo isso pronto a intenção dela entregar para a comunidade gestão das Lagoas num comitê participativo da comunidade. Então, é assim existe isso, que eu acho que esse formato de oficina e tal é uma bobeira, não é não. É igual estudante de arquitetura não quer matar, quer preservar e vai e canaliza o rio, o governo faz umas coisas assim. Ah eu quero fazer ser participativo e tal, mas não abre pro formato oficina porque dá muito trabalho. Mas eu acho que vale a pena você conversar com essas pessoas porque esse projeto é só a ponta do iceberg.

Agradecimento...

Administrador Público, da Secretaria Executiva de Niteroi - 04/03/2020

No início da entrevista foi indicado do que se tratava a pesquisa, quem havia feito a indicação e providenciado seu contato. Lhe foi perguntado também se a conversa poderia ser gravada e usada para elaboração do produto do Mestrado Profissional do CPDOC, com seu ok a entrevista se deu da seguinte maneira:

Bianca (B) - O que eu queria ouvir de você é como foi essa chegada da Prefeitura a Piratininga e como foi o desdobramento até a oficina e depois dela?

V – Bom, eu cheguei na prefeitura e esse foi o primeiro projeto com o qual eu trabalhei, eu cheguei através de um programa de trainee de gestão pública que a prefeitura de Niterói lançou em 2017 então vieram 10 trainees e 2 ficaram no Pro-Sustentável, dentro do qual o Parque Orla esta inserido, o Pro-Sustentável, financiado pela CAF, é antiga corporação Andina de fomento agora eles se denominam um Banco de Desenvolvimento da América Latina. A gente chegou num momento que estava muito incipiente todo esse projeto. Sempre que se concede um financiamento internacional em geral uma das cláusulas desse contrato é de apoio ao gerenciamento, então uma parte desse recurso ele é previsto para a contratação de uma equipe para ajudar a gerir os projetos, isso é para que o governo não tenha que deslocar todo mundo para o projeto que vai ter começo, meio e fim. E quando acabar o financiamento vai ter que realocar todo mundo de novo. Só que essa equipe ainda não tinha chegado, então a gente precisava começar a fazer esses projetos porque eles tinham um prazo de 4 anos para serem feitos. foi nesse contexto que eu cheguei lá.

O TCE tinha parado a licitação, enfim, foi na época que deu tudo aquele problema político com o TCE, então eles ficaram segurando muito tempo a nossa licitação de gerenciadora e aí a gente fez esse convênio

B – O TCE segurou a licitação da prefeitura como implementadora do projeto?

V – É, porque o que acontece é a gente a partir de uma certa quantia de contratos, todas as licitações horas passam pela análise do TCE, mas foi na época que todo mundo do TCE foi preso então não tinha braço para fazer análise dos contratos que estava lá e ficou segundo, foi todo esse imbróglia político. Ele ficou segurando e os processos ficaram mais lentos no TCE aí a gente não conseguia rodar a licitação para contratar equipe para esse projeto. Então a gente envolveu o meio ambiente, a R já estava envolvida nesse projeto porque ela trabalha com um todo esse lado de sustentabilidade. Ela foi a primeira pessoa com quem eu tive uma reunião, depois de ser apresentada à minha equipe, primeira pessoa com quem eu conversei foi a R, para a gente fazer, pensar no conceito deste projeto. A gente partiu de um projeto que já tinha já tinha sido feito há um tempo atrás em parceria com o INEA, já tinha sido feito um projeto de parque que princípio a gente considerava utilizar. Só que ele era um projeto totalmente de invasivo para paisagem local.

B - Esse projeto foi ganhou o financiamento da CAF?

V - Não, o financiamento da CAF veio para fazer o Parque Orla Piratininga, mas não está definido ainda como seria esse Parque Orla Piratininga. O Parque Orla era um dos projetos dentro do orçamento.

B – O financiamento veio antes de estar definido como seria o projeto implementado?

V - Eu não eu não acompanhei esta parte, eu acho que seria legal você falar com a Dionê porque ela foi uma das pessoas que concebeu o Pro-Sustentável, mas eu não acompanhei exatamente esse processo. Quando eu cheguei um financiamento já estava com concedido a prefeitura, mas o que eu sei é o detalhamento - o que a gente tinha com a CAF: a gente tinha um contrato e um acordo em que a ideia dos projetos estava delineada. Esse acordo feito a partir de cada um dos projetos, o Pro-Sustentável é um programa guarda-chuva, certo, que dentro deles em vários projetos e ele vem em uma contrapartida a transoceânica, que é um investimento da prefeitura, que é o corredor de mobilidade. Essa é a contrapartida da prefeitura e para requalificar a região oceânica como um todo por causa também desse crescimento que a gente já estava prevendo que a região ia ter, se pensou no Pro-Sustentável. A partir daí foi feita uma série de diagnósticos com os dados que tinham disponíveis na época, que eu cheguei a ver, que é o que chamam de carta consulta, que é o que se submete pra a CAF para análise deles. Lá estão delineados todos os projetos, quais são os projetos que a gente quer fazer, porque a gente quer fazer eles, A justificativa por trás daquilo e um diagnóstico da região, quais são os dados que embasam é essa justificativa de por exemplo incluir um parque nesse projeto.

B – Nessa carta era onde estava indicado esse projeto que foi considerado invasivo.

V - É isso. Há um tempo atrás tinha sido feito em parceria com o INEA, a R tem até acesso a esse projeto se você quiser depois para conversar com ela pode explicar um pouquinho melhor. Tinha sido feito um primeiro o projeto conceitual de parque orla para Piratininga, só que era um projeto que o deslocava muita gente, ele queria recuperar totalmente é a faixa original do parque, queria remanejar toda a gente que estava no entorno. Ele era um projeto que era invasivo para passagem no local também num certo sentido. Ele tinha um outro conceito era muito mais parecido por exemplo com uma Lagoa Rodrigo de Freitas digamos assim. Tinha muito mais concreto, era menos integrado ao ambiente, podemos dizer assim. Ele partia de um outro conceito mais urbanismo assim vamos refazer esse local. Conversando com a R, ela já estava fazendo uma pós em paisagismo ecológico e a gente queria muito levar esse projeto do POP para um outro lado, era como a gente integra esse parque na paisagem e no contexto em que ele está inserido e não só em termo de integração com o meio ambiente, mas também do contexto social em que ele está. Foi a ideia inicial que a gente teve de não vamos mais usar esse

projeto que já estava praticamente pronto e vamos fazer tudo do zero, pensar do zero qual que é o conceito desse parque e depois de contratar o projeto executivo dele. Como tudo no setor publico a gente não tinha muitas mãos para fazer isso então nosso primeiro movimento foi ir a campo. Esse foi um primeiro momento exploratório que eu, A e R, que na época era a equipe que estava envolvida nisso depois outras pessoas foram se integrando, a gente ia à campo conhecer a área, aí a gente passou muito tempo fazendo primeiro uma exploração mesmo então, andando, conhecendo, conversando com as pessoas, entendendo os elementos que estava ali envolvidos, onde que tinham áreas de especial interesse social, onde tinham comunidades, fazendo um diagnóstico mais profundo assim conversando com as pessoas a gente fez todo um lado de levantamento diagnostico daquela região. uma parte disso era no computador, fazendo mapas entendendo como isso se conectava com outros sistemas ecológicos, entendendo qual era a formação geológica da região, entendendo quais eram as bacias hidrográficas que estavam envolvidas. A gente foi fazendo vários mapas, de camadas diferentes de elementos que estavam naquele local que a gente precisava integrar no projeto. E aí a gente começou a entrar no lado mais social. Então, primeiro a gente foi entendendo quais eram as manifestações físicas sociais que estavam ali, então como as pessoas se apropriavam daquele espaço, uma das coisas que a gente fez foi percorrer a orla inteira mapeando todas as estruturas que tinham na beira da Lagoa: todos os píers que a gente encontrava a gente ia com GPS, onde tinha galinheiro, onde tinha uma mesinha que alguém fazia, onde tinha um Jardim que alguém tinha plantado, uma hortinha comunitária. A gente foi mapeando todas as intervenções que tinham no entorno da Lagoa. Foi um trabalho muito mais de levantamento mesmo nesse primeiro momento e reconhecimento da área e entender quais eram os atores envolvidos. Um dos trabalhos que eu fiz foi mapear todas as associações de moradores que atuavam lá em volta então peguei o contato de todas as associações, entendi quem elas eram, onde elas atuavam, qual eram as sobreposição que elas tinham, quais eram as relações que estavam estabelecidas, porque muitas vezes esses atores também não trabalham de forma harmônica, então também tem conflitos nessas relações, então a gente tentou entender onde que estão esses conflitos territoriais, e muitas vezes a gente ficou no meio disso porque a gente queria fazer um processo muito inclusivo, a gente achava que as associações eram um bom caminho para a gente fazer isso, mas a gente acabou ficando também às vezes no meio de brigas. Então falava com uma associação porque a gente achava que essa teria uma boa capilaridade né essas associações, mas não só a gente percebeu, isso eu acho uma coisa que a gente pode explorar num outro momento, mas não só a gente percebeu que isso era difícil porque às vezes quando a gente

falava com uma associação a outra associação não queria participar do processo porque a primeira estava envolvida. Como algumas dessas associações também estão envolvidas com política institucional né. a gente também tem uma questão assim não captura são da pauta, e de como você garante que você vai envolver esses atores?

A gente começou muito pelas associações formais e aí a gente entrou com todas. Não tem muito mais do que 6 associações de moradores formais nessa área do entorno mais imediato a Lagoa. Essas eram as associações que estavam lá atuantes no fim a gente conseguiu envolver todas em algum nível. Algumas se envolveram mais, outros se envolveram menos, mas a gente teve muitas questões com conflitos. A gente percebeu, que a gente já tem que trabalhar por trechos, naquele parque.

B - Por causa das atuações das associações?

V - Sim. Obvio que a gente teve momentos em que todos estavam juntos, mas a gente também teve questões de “ah, você não vai mais entrar aqui por que você falou com fulano de tal...” a gente teve muito problema com pessoas espalhando informações erradas, “eles querem tirar você daqui”, “a prefeitura não está querendo te ajudar” a gente teve problema com esse telefone sem fio, que é uma questão das relações que já estão dadas lá e que já permeiam. Foi também quando a gente percebeu o que a gente eventualmente vai ter que descer mais um nível e falar diretamente com as pessoas e não só com as associações. Nesse meio tempo a gente teve também a contratação da equipe então a gente ganhou um pouco de fôlego e um pouco mais braço, inclusive com uma equipe mais dedicada a mobilização social e a gente começou a fazer um trabalho, mas aí já licitado o projeto do parque, que a gente precisa fazer um trabalho a gente realmente ia bater porta a porta, entregar flyer, andar toda a beira da Lagoa porta a porta, nas pessoas explicando o que estava acontecendo.

B - Como foi a decisão de fazer a oficina? Como os moradores responderam?

V - É engraçado porque eu já trabalhei muito com mobilização social em contextos diferentes, mas essa era a primeira vez que eu trabalhava com mobilização social como a camiseta governo, como funcionária da prefeitura e é muito difícil. É diferente, as relações são diferentes. A gente sempre quis incluir as pessoas nesse processo então isso era uma premissa de que esse parque ele precisava estar integrado, ele precisava fazer sentido, ele precisava envolver as pessoas que moravam lá de alguma forma. Até por uma questão de sustentabilidade a permanência dessa obra depois, mas também por uma questão que essas pessoas que são afetadas mais diretamente por esse projeto. Então a gente sempre quis envolver eles, mas à medida que a gente foi indo pra campo e foi conversando com essas associações a gente foi tendo muito ruído de

comunicação. A gente era muito abordado na rua, as informações elas não chegavam do jeito que a gente queria nas pessoas através das associações, então a gente já tinha essa ideia de vamos juntar todo mundo, vamos convocar todo mundo. Como tinha muito ruído então se quisesse envolver a gente precisava abrir um espaço formal, que a gente falava muito com as pessoas “a gente quer ouvir você, o que você acha...” a gente teve muitas conversas informais também nessas visitas de campo a gente passou muito tempo em campo nesse projeto então a gente ficava na beira da lagoa.

O primeiro levantamento foi o projeto conceitual, porque a base estava desatualizada da largura dessa rua, a gente mediu na mão a trena. A gente ia pra campo, para pegar a trena, ficar mentindo. e as pessoas paravam a gente, conversavam com a gente, a gente teve muitas conversas informais, mas a gente sempre soube que a gente precisava comunicar de um jeito mais robusto que a gente estava fazendo ali. Até porque gerava estranhamento né “que essas pessoas tão vindo aqui ficando medindo a rua na frente da minha casa?”. Então a gente pensou em montar essa oficina. A gente pensou em montar uma audiência pública, mas a gente via muito problema com o formato. A gente montou uma primeira audiência, só que a equipe percebia um problema muito grande com o formato da audiência pública do jeito que ela é hoje; em que se faz uma lista, tem ordem de fala, a gente vai lá apresenta o projeto no final acaba sendo muito rígido.

Então a gente fez uma para apresentar o parque só que também tem uma questão que existe uma demanda represada de participação. As pessoas, elas querem muito ser ouvidas. Primeiro: existe uma desconfiança com o poder público, essa foi a primeira coisa que eu percebi. Então as pessoas elas já vão com um pé atrás para os espaços de participação, por uma questão histórica mesmo, às vezes uma negligência histórica então existe uma desconfiança de “não sei o que você está fazendo aqui” isso torna a interação é a participação muito mais difícil porque você tem uma barreira inicial para transpor. Segundo: existe uma demanda represada de espaços de participação e em que essas pessoas se sintam escutadas. Quando você abre um espaço se você não pensa muito bem no desenho que ele vai ter aquilo vai virar um muro das lamentações, então vai virar um lugar em que as pessoas vão lá pra falar tudo o que elas têm de problemas, de reclamação, de coisas que elas querem atenção do poder público que é muito válido e é muito legítimo da parte da população, mas é muito pouco construtivo quando você está trabalhando em torno de um projeto específico porque desvia as atenções, você acaba falando sobre muitas coisas diferentes. Então você abre para falar do Parque Orla Piratininga, mas aí a pessoa fala, “mas porque faltou água semana passada, mas só que eu tenho buraco na rua, mas porque não

cortam a árvore, mas porque trânsito...” enfim. É muito difícil você conseguir é direcionar essa energia para coletar uma coisa mais construtiva. A gente queria realmente que essas pessoas participassem, que elas pudessem ter uma chance de falar pra gente que elas pensavam, dar opinião e entender e participar de um jeito mais colaborativo. Então a gente teve essa ideia de fazer uma oficina que era um mapa. Então gente dividiu o perímetro da orla do parque em trechos, a gente também achou que ia ser melhor para a pessoa contribuir para lugar que ela morava, mas também se ela quisesse ela poderia contribuir para outros trechos. Então a gente explicou onde era cada trecho e as pessoas poderiam circular livremente onde elas queriam. Então na frente, por exemplo, era 9 trechos, se não me engano, é a gente acabou fazendo 2 trechos colados os que eram consecutivos assim por uma questão logística, de não ter 9 grupos e sim 5 que foi o que a gente achou que ia fazer mais sentido. Era um mapa grande onde as pessoas, a gente queria que as pessoas pudessem se ver naquilo, então entender “a esse lugar fica na frente da minha casa estou reconhecendo” e aí a gente deu é tanto canetas para que eles pudessem desenhar no mapa coisas, enfim, escrever problemas como a gente deu também símbolos de o que você quer como demanda, né então fica símbolozinho que era um parque, um parquinho infantil, aí tinha outro símbolo que era um cachorrinho, para parque de cachorro. Aí eram adesivos então as pessoas poderiam... porque nossa mentalidade era a gente entende quais são possíveis espaços de lazer, mas as vezes a gente não entende coisas muito sutis que são porque “se eu fizesse esse parquinho meio quilômetro para lá ao meio quilômetro para cá ele vai fazer toda a diferença na vida dessas pessoas” e a diferença entre um projeto que faz sentido pela comunidade, de um projeto que não faz sentido às vezes é muito sutil e se a gente fosse colher individualmente esse feedbacks em 9 km de orla não ia dar certo.

Então a ideia era: montar um espaço onde as pessoas pudessem trazer essas demandas e elas alocarem onde elas achavam que fazia mais sentido aqueles equipamentos. Para a gente poder identificar dores também, poxa aqui tem muita criança e eles não têm um lugar de lazer ou aqui tem muitos pescadores e a estrutura é precária eles chegarem na Lagoa. Esse era o nosso principal é objetivo. Além disso, a gente tinha mais fichas em que as pessoas podiam escrever feedback e contribuições do que elas achavam que era legal, escrever o trecho, escrever qual era a demanda delas o que elas mais queriam no parque. Esse foi o assunto o desenho macro desse espaço: pra gente fazer uma apresentação do que a gente tinha imaginado como conceito. Então nesse ponto a gente já estava muito comprometida, pelas nossas conversas e pela por aquela primeira audiência, que eu falei que a gente fez que foi a mais aberta em que a gente apresentou em abriu para escutar o que as pessoas disseram. A gente colheu duas coisas

principais que eram: saneamento, essa é uma área que tem muito problema com gestão de resíduos... gestão de resíduos saneamento então esgoto era um grande problema lá tanto na Lagoa como nas ruas em torno. E uma segunda questão que era a regularização fundiária principalmente da comunidade da “Ciclovía”, que é a maior comunidade que tem lá. Tem outras áreas de especial interesse social, mas essa é a maior. Então essas eram duas coisas que a gente já tinha em mente desse primeiro espaço aberto, que a gente tinha feito antes da oficina.

Quando a gente chegou, já chegou com esse conceito de paisagismo ecológico, de a gente quer preservar a cultura e a gente quer preservar os laços e a gente quer também fazer uma coisa mais integrada com o meio ambiente, a gente já estava com a ideia de fazer jardins filtrantes para tratar o esgoto que desce das bacias. A gente só não tinha ainda conseguido endereçar o problema da regularização fundiária.

B - A partir da oficina o que mudou no projeto. Qual foi o impacto dela?

V - Tá, todo esse insumo que a gente coletou ele serviu para guiar o projeto depois, então ele não só foi anexado no próprio edital de licitação, como ele foi depois apresentado e pactuado junto com a empresa que assumiu o projeto executivo desse espaço. E mais eu acho que ele também deu o tom para o resto do trabalho do parque orla então para além de daquele insumo que foi coletado naquele momento do desenho dos parques que saiu eu acho que abertura que ele criou na comunidade foi muito importante, e a garantia da continuidade e do aprofundamento desse trabalho de participação. então isso era uma coisa que estava... que configurou nosso edital de licitação que teriam que haver espaços de participação em que teria de haver espaços de validação daquele projeto com a comunidade, que foram feitos realmente depois. O quanto a gente percebeu que a gente precisava aprofundar um trabalho mais de base mesmo daquela mobilização que eu falei porta a porta.

Uma questão de envolvimento, eu diria que esse espaço foi mais importante, assim sem querer também diminuir as contribuições que se teve pro projeto do parque orla em si porque eu acho que foram muito grandes, gente envolveu as pessoas, a gente fez uma oficina só com pescadores depois para definir a localização dos pires. Então a gente foi entendendo quais eram os grupos que estavam envolvidos né. Então a gente percebeu os pescadores chegavam lá nas audiências, só que as pessoas que eram mais acostumadas com esses lugares de esfera pública, digamos assim, cooptavam muito esses espaços, pegavam o microfone falavam e a gente via as pessoas, que os pescadores por exemplo ficavam muito inibidos, eles não falavam tanto, eles nunca pegava o microfone. A gente foi identificando pequenos grupos que a gente vai ter que trabalhar individualmente.

Então, por exemplo, quando estava fazendo o projeto executivo uma das coisas que a gente fez com a empresa que estava responsável pelo projeto dos píers foi fazer mais 2 oficinas com os pescadores para eles validarem e entenderem poxa isso aqui vai ser coletivo vamos chegar em um consenso da localização desses píers então até a localização dos píers foram validadas com a comunidade pescadora local

B - Legal, então fizeram mais duas oficinas com o grupo de pescadores e que outros grupos vocês fizeram essas oficinas mais individualizadas? Que grupo são esses?

V - Então e aí teve esse desdobramento que foi a gente percebeu também que a gente já precisar de um espaço específico para tratar das comunidades, então uma das coisas foi o próprio Axel foi para a comunidade da Ciclovía, a gente teve também uma reunião que foi na comunidade da Ciclovía e quem foi apresentar o projeto o Axel que foi só para moradores. Eu acompanhei ele nessa outra reunião que a gente teve só com a favela da Ciclovía para ouvir deles, primeiro: pra falar para eles que a gente não ia desapropriar porque de novo como eu falei estava tendo todo aquele telefone sem fio de informações de pessoas dizendo que iam tirar a casa deles, independente do quanto a gente falasse que não, tem uma desconfiança histórica aí também né, e muito justa de estarem em uma situação de insegurança fundiária e insegurança jurídica então eles precisavam também de um contato mais próximo de uma reafirmação de “não estamos aqui pra tirar vocês” porque eles o que eles dizem muito para gente “poxa vocês vão fazer esse parque lindo na nossa casa e vocês acham que eles vão deixar a gente aqui? não vão querer uma favela, vão querer tirar a favela”. e a gente demorou muito para também conseguir explicar que o parque também era para eles.

O outro foi o grupo de trabalho que a gente identificou que teria que ser tratado individualmente e além disso que ele ia ter que ser tratado com mais atenção e com outros projetos. Então um projeto que nasceu de todo esse processo de participação foi a regularização fundiária da favela da Ciclovía, que está acontecendo agora, que já foi contratada o projeto da regularização, já foi licitado e se eu não me engano já está em andamento.

Esse foi um projeto que a gente lutou muito dentro do Pro-Sustentável, esse projeto não estava previsto, foi um projeto que a gente foi realocando recursos de outros projetos outros, foi redefinindo o escopo de outros projetos para fazer caber lá dentro, por entender que era uma demanda que deve ser muito urgente daquela comunidade. E que foi um entendimento que veio através desse processo de contato e participação com a comunidade local.

B - Bem legal e com os pescadores foi mais ou menos a mesma coisa? De entender aonde seriam os píers e teve uma conversa só com eles

V – O contato dos pescadores a gente conseguiu de duas formas. Aqui também tem mais um conflito que é: lá tem a associação mesmo dos pescadores, “Colônia” se chama, colônia dos pescadores lá é a Z& se eu não me engano, que é uma estrutura oficial que é ligada à RESEX, que a reserva marinha também, é a estrutura oficial, o órgão oficial que é como se fosse um conselho de classe assim deles também, que eles se registram eles têm a carteirinha é um tipo de associação mais formal, mas também tem uma outra parte dos pescadores que formaram uma outra associação, porque eles não...houve um conflito com a Colônia. Tinha esses 2 grupos. Então por um lado a gente ia pelo órgão formal. Foi uma mobilização mais simples porque todos estavam registrados então a gente ligou pra Colônia e pegou o telefone de todo mundo e ligou individualmente. Eu também fiz esse trabalho e o outro foi a gente andando na beira da Lagoa ia pegando o telefone dos pescadores e esses pescadores davam o telefone de outros pescadores. E sempre que tinha uma audiência a gente ligava esse é um grupo que a gente percebia que tinha uma participação menor então sempre que tinha uma audiência eu ligava individualmente para cada um dos pescadores para explicar, convidar e participar e até para definir o local quando eram essas reuniões específicas.

B - Tem algum outro grupo que foi tratado mais individualmente?

V - Nessa etapa acho. foi isso foram os espaços grandes, tinham as associações que a gente tinha o contato também, mas a gente não tinha... eu não sei se depois foram feitas reuniões por trecho depois que eu saí do projeto. Eu saí do projeto em junho do ano passado eu não sei se depois foram feitas reuniões por trecho. Eu sei que a gente trabalhou individualmente com algumas associações também que pediram para agente ir lá apresentar, mas em termos de grupos de interesses específicos não.

B - E no dia da oficina tinham quantas pessoas estavam presentes mais ou menos? Todas as associações estavam lá, tinham pelo menos um representante?

V - De todas as associações? Eu diria que sim. Todas associações sim, tinha da Fazendinha, tinha do Jardim Imbui, tinha o seu Francis, tinha o A, sim.

B – Como era o clima no dia? Quem mais estava presente?

V – Tinham algumas pessoas politizadas no evento, o que que a gente percebia era que, por um lado, aquilo que eu te falei que alguns desses grupos são ligados a política institucional então mesmo, A, por exemplo, que tem um lado de atuação legítima porém política, de caráter político, partidário mesmo, institucional. O que que a gente percebia que tinham muitos interesses de grupos sendo defendidos e foi por isso que a gente começou a trabalhar por

exemplo a comunidade da Ciclovía em separado porque... por exemplo a Fazendinha que é o trecho do parque que fica junto ao lado da comunidade da Ciclovía e eles têm relações conflituosas as vezes. E a Fazendinha interesses de, como eu posso dizer, de isolar o bairro. Eles têm interesse de não permitir tanto a circulação lá dentro.

B- Ou seja, o parque também sofreria com isso onde as pessoas não podem entrar dentro daquela região

V - Exatamente. Foram dos grupos que foram mais resistentes ao parque.

B - O da Fazendinha?

V - Isso. Muito porque segundo eles, eles sofrem muito com assalto e ficaram com medo de aumentar muito a circulação. Eles eram um bairro muito isolado mesmo, assim mais tranquilo antes de abrir o corredor da transoceânica. Eles ficaram bem na entrada do corredor da transoceânica. Isso se transformou um pouco de receio também, assim de muitas mudanças ao mesmo tempo, é um pessoal com poder aquisitivo maior, então é um pessoal que chega lá e fala diferente e vai pegar o microfone e vai garantir que eles vão ter um lugar de fala deles e o espaço de fala deles. Então tem um pouco sobre como você média e gere essas relações entre grupos que têm linguagens diferentes, poder aquisitivo diferentes, que percepções de direitos e deveres diferentes? Porque às vezes tem grupo que acha que tem muito mais, assim... muito mais percepção dos direitos que eles têm, do que outros. Ou direitos que nem tem mas gostaria de ter. Isso era muito complicado. Tinham muitos que sempre vinham nesses espaços que a gente abria também, pessoas que eram vereadores ou pessoas que eram ou da base ou da oposição ou os dois. Isso era uma coisa que assim invariavelmente tinha alguém presente. Só para ter um lugar de fala, para se posicionar.

Então, faz parte, é uma esfera pública um espaço que você está abrindo. É um espaço público que tem esse caráter é político que não é institucional, mas qualquer espaço público é político por natureza então tem uma disputa de imagem, de espaço, de fala, tem uma disputa e quanto mais a audiência for nesse modelo palco/ plateia, mas audiência vai ter caráter. As pessoas, e isso foi uma coisa muito engraçada na oficina, porque quando a gente fez a oficina, as pessoas sentem falta desses espaço, elas querem o momento do palco, da esfera política, da atuação de “eu vou subir aqui eu vou fazer o meu discurso” e colocar o meu discurso eles sentem falta desses espaço quando você só coloca mapa. Tipo “eu não quero vim aqui grudar e dizer onde eu quero, eu quero subir lá e fazer o meu discurso e me colocar nesse espaço público”. Então tinha muito disso: tinham vereadores que iam, em geral mais assessores ou chefes de gabinetes do que vereadores, mais a equipe do gabinete. E iam pra falar, filmar e colocar em redes sociais,

iam para fazer também o papel deles de representação, de participação naquele espaço. Para as pessoas que estavam representando visem que eles também estavam ocupando, o que faz parte do jogo político.

B - É essa movimentação acrescentou, afetou a participação de quem normalmente não tem esse lugar, dos moradores mesmo?

V - Então eu sinto que... isso é uma opinião totalmente pessoal minha, porque eu acho que... eu não acho que tira desde que você crie outros espaços para ouvir os públicos que vão ficar menos representados. Porque eu também acho que é importante colocar esses grupos diferentes em contato e trazer pessoas, que em geral, não ocuparia um espaço para ter um contato melhor com o que é a política institucional. porque ela tem muito poder hoje e ela é uma linguagem de negociação né. então eu acho muito legal também você trazer um pescador para esse espaço por exemplo que não iria necessariamente se colocar.

B - Você estava falando da importância de ter um lugar secundário, para ouvir essas pessoas que não ocupam o lugar de fala tão facilmente

V - Então, eu acho que foi, eu acho que sempre, eu acho que tem também aqui é uma questão que tem um equilíbrio entre... que é um equilíbrio muito difícil de se encontrar entre em participação e implementação execução. Porque é um processo que é demorado, é um processo que é caro, caro no sentido de que você tem que dedicar equipe, pegar espaço, muito tempo preparando, muito tempo mobilizando. É um espaço importante, mas eu acho que também tem um lugar de quais são as definições que faz sentido envolver em participação e quais são definições que são técnicas? Porque se a gente fica buscando também um consenso a gente também entra num lugar em que nada nunca é feito. Então acho que tem um equilíbrio aqui que é importante entre participação, mas também resolução de problemas e tocar projeto. Eu acho que sempre poderia ser mais assim eu acho que poderiam ter tido mais espaços, por exemplo mais... eu não sei o que foi feito depois, mas a ideia era que tivessem a reunião de por trecho, por associação, eu não sei se isso chegou a ser feito depois que eu saí. O que eu acho é que na medida do possível com a equipe que a gente tinha, que era pouca, e tempo que a gente tinha para o trabalho a gente conseguiu priorizar bem quais eram os espaços a serem abertos de forma a focalizar eles em um público que teria já menos, que historicamente tem menos participação e também tem menos voz no espaço coletivos. A gente soube identificar bem quais eram os públicos críticos, do tipo se “eu não falar com essa pessoa ela não vai se colocar no grupo”.

B - A comunidade e os pescadores. Um de hiper fragilidade fundiária sócio econômica e o outro também de dependência socioeconômica do ambiente lagunar. Esses seriam os grupos críticos?

e eles estavam presentes na oficina e tiveram o seu momento de participação?

V - Sim, sim, a Ciclovía muito mais porque o A acabava tomando essa frente então né ele sempre se colocavam mais, os pescadores muito menos, mas pela falta de uma liderança mais forte que também tivesse contato com esse ambiente mais político de participação, então eles em geral iam pouco nos grupões e quando iam ficavam mais no fundo assim não falando muito.

B - Foi apontado ou decidido uma liderança por trecho. A prefeitura ou uma equipe fez algo esforço para isso ou ficou a cargo das associações os outros próprios moradores?

V - O que a gente tem são essas associações assim, no geral isso foi um processo bem também orgânico de pessoas que tomavam a frente desses trechos, que se envolviam mais no projeto mas é isso, eu também não sei se depois houve uma definição formal de quem eram essas lideranças, mas a gente acabou tendo muita articulação mesmo com os líderes de associação, que conversavam com as pessoas e conversavam com a gente e faziam esse meio de campo.

B - Vitória, muito obrigada pela nossa conversa. Ela foi muito rica, agradeço pelo o seu tempo, mas eu tenho que desligar pois preciso voltar ao trabalho. Nos podemos voltar a nos falar?

V - Claro. Foi um prazer, e se tiver mais dúvida me manda uma mensagem que a gente vai conversando.

B - Beleza. Se você quiser eu posso ao final da pesquisa compartilhar com você o que eu achei.

V - Claro, seria ótimo, vou querer sim

B - Beleza, a gente vai se falando. Mais uma vez super obrigada, Tchau Tchau

V - Tchau

Líder Comunitário - 17/02/2020

Bianca (B) - Bom dia, A. Muito obrigada por concordar em conversar comigo

A - Eu estou fazendo o mestrado da FGV e minha pesquisa vai focar no Parque Orla Piratininga como estudo de caso.

A - Legal, mas eu estou indo para um aniversário a qualquer momento vou precisar sair, mas por enquanto eu posso estar falando não teria problema nenhum.

B - Está bem, legal. deixa eu te falar um pouquinho da minha pesquisa e aí você depois te responde algumas perguntas sobre o Parque, pode ser?

A - Sim, sim

B - Então, a minha pesquisa está muito em volta da ação da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Niterói e como ela interagiu com a comunidade ali no entorno da orla de

Piratininga e como que eles fizeram uma oficina em que eles pediram a participação de algumas associações para ajudar a criar o projeto e aí eu queria saber como é que foi esse processo na visão né dos moradores e como que...

A – Eu não entendi essa parte da oficina, eles montaram uma oficina?

B - A atividade com alguma com algumas pessoas, moradores representantes da região para ajudar a desenhar o projeto

A - Ah sim entendi, entendi

B - E aí eu queria conversar para saber como que foi esse processo, e como é que foi a chegada deles, como é que foi essa relação com os moradores? Como você é um dos líderes representantes da região queria saber de você e da visão e das associações de como foi isso tudo.

A – Olha, até então tá todo mundo muito feliz. O projeto, ele é um projeto muito interessante, é um projeto para mudar a qualidade de vida de todos os moradores do entorno da Lagoa no geral não só pra quem mora aqui, mas pros vizinhos também, para toda a região. Só que, é aquilo existe um processo no meio que se chama política e existe uma preocupação e esse projeto não sair do papel e ser mais um projeto. Entendeu?

B – Sim, é

A – Tem uma insegurança muito grande.

B – Entendo. Eu queria saber mais de você como foi a chegada da secretaria na região. Como eles conseguiram esse primeiro contato? Como é que foi lá?

A – Aqui nesse trecho, que é o trecho 1,2,3,4 e 5, que eu represento, quem fez a recepção fui eu e sempre muito tranquilos. Eles muito educados, muito na deles, fizeram. Trabalho deles de boa. Não houve nenhum tipo de resistência. O único problema que teve foi que criou uma expectativa na comunidade. Que teria uma horta comunitária, e essa horta comunitária não saiu, e causou desconforto. Então existiu um pouco de resistência no de ter prometido a horta comunitária e de não a ter concretizado.

B – Eu fiquei sabendo desse projeto da horta que foi bloqueado por alguma questão política também.

A – Exato

B – E como foi para fazer a oficina depois desse desentendimento? Você participou dela não foi?

A – Participei dessa oficina sim, mas como sempre ne a população ela não participa em massa. Então quem vai pra lá é quem tem seus interesses políticos. Então tinha um bucado de lideranças políticas lá, dando pitacos, mas na grande maioria eles não eram moradores não.

B – Eles não eram moradores?

A – Não, eram pessoas de fora que participaram. Foi uma oficina aberta à região.

B – Entendi, então foram outras pessoas que não eram moradores dali.

A – Exatamente.

B - E como é que foi lá no dia?

A – Foi legal, teve lá uma apresentação, uma explanação do projeto em si. E cada morador ficou ali na sua região, eles montaram, eles tinham um mapa pelo trecho, trecho 1, 2, 3, 4, 5...e cada morador daquela área se enquadrando para poder desenvolver a dinâmica. Do parque, se era interessante botar um parque, se era interessante botar um bicicletário, essas questões, entendeu?

B – Entendi. O que você está me dizendo é que nenhum morador participou só você?

A – Não, eu digo do trecho. Tinham outros moradores, mas moradores que tinham interesse políticos. Lideranças políticas, dentro da região. Da minha região também. O que eu estou dizendo é que os moradores eles não participaram em massa. Muito pelo horário, que era muito desproporcional, o local que foi difícil o acesso.

B – Entendi. O horário também não foi bom para todo mundo chegar?

A – É, não foi.

B - Mas você ficou feliz com o resultado da oficina? Você achou que foi o que ficou legal?

A – Super! Um projeto superpositivo, como eu falei vai mudar a autoestima dos moradores. E inclusive da gente que vive e mora aqui, então hoje me dia é tudo muito degradado, muito feio só perde para um lixão de São Gonçalo, entendeu? Então o ambiente aqui é muito pesado, pela questão do lixo. A questão do lixo e a é questão da agressividade policial também. O poder publico aqui, eles são muito arrogantes com a população, eles entram muito pesado, sabe? Então os moradores hoje não têm o hábito de ficar nas ruas, de ficarem nos bares, sabe? De ficar à vontade, de andar, dar uma pedalada, uma caminhada, existe uma insegurança por conta da polícia do estado do rio de janeiro.

B – Sim, imagino. Como que foi a chegada do pessoal da prefeitura aí? o poder público nesse caso foi até a população para pedir para construir junto né, pra ir pra pensar junto, pra elaborar uma coisa junto.

A – É, na verdade a prefeitura chegou impondo um projeto. Impondo né apresentando vai ser isso e acabou. Eu, A que reivindiquei junto à população, sem a prefeitura, algumas assembleias, inclusive trouxe o Axel Grael até aqui, o secretario Conde... outros secretario para poder fazer uma explanação geral do projeto, não foi algo feito numa democracia comum não, teve uma resistência. Tanto é que eles não reconheciam a comunidade, não queria reconhecer uma comunidade que chama Barreira. Eles queriam acabar com a Barreira e colocar apenas Lagoa de Piratininga. E eu consegui mais uma vez, junto com a população, vencer esse paradigma da exclusão e conseguimos a inclusão, junto com o Axel Grael e a equipe dele.

B – Que legal! Me conta mais como foi isso com o Axel.

A – Foi sensacional, porque o Axel é um cara muito bom, muito leve, é um cara que eu me identifico muito com a pessoa dele, com a forma com que ele trabalha. Então, foi muito legal, foi muito agradável porque é uma maneira muito leve, uma maneira muito tranquila. Entendeu?

A chegada e a explanação do projeto pela leveza dele.

B – Entendi, aí então ele levou, que fez essa explicação toda no dia? Foi isso?

A – Exatamente.

B – Legal, ele fala bem?

A – Sim, ele fala bem, ele é muito calmo, sereno. Ele acaba com qualquer incêndio.

B – Das pessoas que estavam lá no dia, quem eram as que pareciam mais interessadas, engajadas? Você falou que tem muito interesse político envolvido, né, mas quem foram as outras figuras assim que você diria que foram mais importantes nesse dia da oficina?

A – No dia da oficina é isso é muito complicado, não tem, não existe. Porque virou uma coisa muito política, entendeu? Por exemplo, teve Felipe Peixoto que mora na rua 100, dentro da Fazendinha, mas Felipe Peixoto é ex secretario de saúde, ex vereador, ex deputado e ex candidato a prefeito. Entende? Então as coisas são todas assim e aí fica difícil.

B – E todos participaram da mesma oficina?

A – Dá mesma oficina. Vou precisar desligar

B – Ok depois nos falamos, obrigada A.

Entrevista 2 - Líder Comunitário - 29/02/2020

B – Oi, A. Tudo bom? Que bom que a gente está conseguindo falar de novo. Depois da nossa conversa, que a gente falou rapidinho há umas 2 semanas, eu fiquei com mais dúvidas, e eu queria saber se você pode me ajudar:

A – Posso sim

B - Você falou que teve uma experiência com uma horta ai Piratininga que não foi boa. Por que ela não foi boa? O que aconteceu?

A – Porque foi uma proposta, numa área não edificante, e ai a proprietária disponibilizou esse terreno pra que a gente pudesse realizar esta horta porque era um local muito degradado, muito feio, tinha um lixão na frente, queríamos pegar um local da comunidade para fazer uma transformação. Até que uma funcionária olhou e comprou a ideia. Na verdade, deu a sugestão, dai um havia falado o desejo da comunidade e criou aquele sentimento. Colocamos carro na rua, panfletos, falamos das oficinas, que teriam algumas oficinas. Fizemos todo um trabalho em conjunto. Sendo que pra comunidade é algo novo, não é algo que eles já estão acostumados e tudo mais e não teve uma resistência no volume, no fluxo de pessoas. E ainda assim dialogamos com as Secretarias responsável, inclusive a do meio ambiente, aonde o prefeito comprou a ideia e pediu pra que a CLIN pudesse estar nos ajudando, uma vez que a CLIN já tem esse trabalho de horta, eles elaboram hortas em algumas comunidades, pudesse estar nos ajudando aqui na beira da lagoa. Ai pegamos um caminhão, enchemos o caminhão com mais de 500 pneus, porque seria uma horta suspensa, usaríamos pneus, mudas e caixotes, dai não deu em nada, tive problemas sérios com os vizinhos porque essa horta não saiu do papel, ne devido lá a galera do meio ambiente da prefeitura de Niterói.

B- Entendi. Quando você fala CLIN o que está se referindo?

A – CLIN é um órgão responsável pela limpeza da cidade.

B – Obrigada. Ai a galera da secretaria do Meio Ambiente não fez a horta sair do papel?

A - Isso, aí causou uma instabilidade né...

B – Como passou disso pra aquela oficina que aconteceu mesmo?

A – Então, a oficina foi ótima, mas teve uma resistência. Até hoje elas não acreditam 100%

B – Mesmo com o Axel lá? Como foi para trazer ele?

A – Eu trouxe o Axel para a comunidade para ele poder fazer a apresentação do projeto original. Teve um pouco de dificuldade na dinâmica porque parte da população é um pouco politizada, viram representando o candidato X da oposição, então ele teve uma resistência, só queriam fazer perguntas políticas e não de interesse de todos e só isso.

B – Como foi para trazer ele?

A - Eu faço parte do Centro de Pro-melhoramento, que tem a mesma função de uma associação de moradores. Além disso eu faço parte da EMUSA e sou lotado no gabinete do prefeito. Eu fiz articulação com o Axel, através do Rodrigo Neves, com quem eu sempre trabalhei.

B – Nossa que legal, porque essas articulações são bem complexas, não é nada fácil

A – Não, não é. Eu comecei como liderança comunitária, fui vice-presidente de uma associação que é a do CAFUBA, tem todo um histórico né, assim eu conheço o Rodrigo desde que ele era vereador, e daí hoje prefeito.

Eu vim pra Lagoa para desenvolver projetos sociais. Ai esses projetos não têm vínculo político, não faço política com esses projetos, ele sobrevive com ajuda de amigos e colaboradores. É uma corrente de amigos solidários, a gente não mistura política nesses projetos. Eu tenho um galpão, que chama espaço cultural 29, onde tem aula de muay thai, caratê, ballet e judô tudo isso 0800 para comunidade.

B – Nossa muito legal mesmo. Voltando pra oficina eu queria como saber como foi no dia, como foi a fala do Axel, como vocês se dividiram, como foi o debate

A – Ah você não está falando da oficina que aconteceu no espaço cultural da comunidade. Você está falando da oficina que foi no colégio de Itapuca que foi para todos os moradores da região oceânica para falar sobre o Parque Orla e a malha cicloviária.

B – Isso, exatamente. Teve uma para a comunidade interna e uma aberta para todos os moradores

A – A 1ª foi no espaço cultural 29 para falar, a explanação do projeto Parque Orla, deixando claro que não teria desapropriação, a questão da regularização fundiária. Uma proposta que eu levei aos moradores. Eles compraram a ideia e a gente conseguiu vencer essa barreira. Estamos passando por esse processo agora. Falamos sobre a parte de saneamento, a questão do esgoto e do lixo.

B – Foi uma coisa mais explicativa, como vai ser, o que ia fazer lá e o que os moradores queriam...

A – Mais explicativa, exatamente

B – E a outra oficina que foi no colégio...

A – Foi para execução do projeto

B – Essa de execução como foi?

A – Foi o que eu falei, ela foi bem legal, mas tinham muitas pessoas com interesses políticos e não com interesses dos moradores

B – Quando você fala desses interesses políticos, elas deixavam isso bem claro. Assim, “eu sou dessa partidos...”

A – Isso aí, tinha a equipe do Felipe Peixoto, que é da oposição do governo, equipe do Bruno Lessa, do PSOL ai vai e mistura tudo

B – Você lembra quantas pessoas estavam lá mais ou menos?

A – Olha eu acredito que tinha umas 52 ou 53 pessoas.

B - E quantas você acha que estavam lá como moradores?

A – Representando a comunidade, você pode colocar aí 12 pessoas.

B – Você conhece todos eles? Chegaram a conversar depois sobre como foi esse dia?

A – A conversa era como ninguém falava coisa com coisa (risos). Porque a galera da comunidade tem uma cultura diferente da galera da classe média alta. É muito diferente, e as pessoas não sabem, às vezes, se comportar a altura das pessoas da comunidade. Que tem uma linguagem específica entre eles, que é uma tribo. Somos uma tribo, temos uma linguagem apropriada. Mas quando você entra ali no meio e tem todas essas pessoas usando uma linguagem mais elaborada, a pessoa humilde não consegue captar aquilo.

B – Você acha que a linguagem usada não

A – De jeito nenhum! Não foi para a população. Trouxeram alguém de fora que ninguém entendia o sotaque dele, o que ele estava falando, um argentino, sei lá. Vocês têm que parar com isso de achar que conhece todas as comunidades. Não conhece.

B – Ficou o sentimento que foi só político mesmo?

A – Isso, o início. Até que depois eles entenderam com muita dificuldade a mensagem que eu queria passar, como liderança, defendendo parte da população aqui. Que eu falava muito sobre dividir os territórios em 3 ou 4 e daí colocar lideranças, que sejam moradores ou não, pastores, para ser porta voz junto a prefeitura, junto a equipe técnica. E essa equipe técnica não entendia muito de comunidade. Eles fizeram uma resistência, mas depois montaram esse bloco e deu super certo. Até hoje todo mundo consegue se falar.

....

A – O projeto está começando. Começa a ter obra em Abril.

...

B – Essa liderança faz a ponte entre os moradores e a prefeitura, é isso?

A – Isso, mas veja bem, as lideranças que eu estou falando são as lideranças oficiais, das associações....

B – E essa oficina que foi lá em 2018/2019. De lá até aqui o que aconteceu?

A – Não aconteceu nada porque, a diferença é aquilo: é o comprometimento que eu tenho junto a comunidade. Então por exemplo eu tenho uma relação muito boa com os donos da empresa

B – Que empresa?

A – A empresa que ganhou a licitação que vão executar o projeto Parque Orla. Então toda vez que eles vêm da França, toda vez que uma equipe de fora vem eles me ligam, falam com alguém da prefeitura e essa pessoa fala comigo e eu recebo essa equipe aqui. De topografia, a galera do drone, pode ser engenheiro, arquiteto. Então eu tenho contato muito dinâmico e direto com as equipes e com a população.

B – Então tem gente indo aí?

A – Eles estão vindo e eu estou sempre na ativa com esse grupo. É diferente dessas outras lideranças entendeu?

B – Quantas vezes eles foram aí?

A – Mais de 80. É muita visita. É porque a obra já vai começar então está todo mundo muito feliz.

B – Não tem obra, mas as coisas estão se movimentando pra acontecer?

A – É, foi uma das coisas que eu batalhei muito com a prefeitura, eles falavam muito sobre o projeto, mas muito internamente. Eu que falei que eles tinham que colocar uma equipe na rua, porque a população precisa entender que vai acontecer algo, enquanto não existir uma movimentação para eles é balela. É politicagem e isso não vai funcionar. Então eles fizeram um mecanismo maneiro de colocar as pessoas lá identificadas no território.

B – Como é esse mecanismo?

A – Eles pegam as equipes, por exemplo topografia, ou a GTA, que é uma empresa que está fazendo a regularização fundiária... As pessoas acreditam mais quando vem essas equipes na rua.

Aqui tem um contraste muito grande, de um lado a lagoa poluída, do outro um asfalto, do outro uma classe média muito ignorante, que quando faz uma obra joga todo o entulho na orla da Lagoa. Ai de repente tem um lixão, só que tem vários. Aqui quanto falta luz, falta luz 3 dias.

B – São vários problemas né, não é uma coisa só

A – É muita coisa

B – O que eu entendi desse projeto é que ele tenta atingir vários desses problemas

A – Ele quer transformar isso aqui. Só que aí vem a minha pergunta enquanto liderança: essa é pros moradores, essa obra é para prefeitura, essa obra é para valorização imobiliária, essa obra é pra quem?

Foi a pergunta eu fiz lá pros prefeitos, pros secretários. A gente precisava de um entendimento. Ai pra provar que é para comunidade essa obra eles estão dando o título de regularização fundiária. Uma garantia que a obra vai acontecer e que é pra gente.

B - Como você acha que os moradores estão se sentindo com isso tudo, com essas visitas todas? Ainda tem gente que acha que é balela?

A – Um pouquinho só pela oposição política. Eles tentam na verdade criminalizar todos os moradores porque aqui é uma área muito deflagrada, é muito desproporcional. Visualmente falando. Você se depara com uma lagoa poluída, mas tem vários pássaros, ainda tem peixe, os pescadores sobrevivem daquilo ali. Você olha para um lado e vê uma ilha e pro outro você tem becos e vielas e do outro os doutores, um outro público. Muito diferente. Até o lance do lixo como eu havia falado as caçambas de entulho viram caçambas de lixo... e o caminhão de lixo não passa ali

B - Fora a situação do lixo como está a comunidade hoje?

A - A comunidade não é violenta tá, quem traz a violência é sempre o poder público... as pessoas não ficam na rua, mas não é por conta do sistema, esse acontece em todos os lugares, ele só acontece porque tem quem consuma...

B – Você acha que com esse projeto do parque isso possa ser alguma coisa que mude? A – Uma mudança superpositiva, assim para entenderem que precisamos ter dignidade, as pessoas que acordam as 3 horas da manhã precisam ter dignidade e respeito sim, sem ser marginalizadas.

B – Deixa eu te fazer uma última pergunta. Você vê algum ponto negativo desse projeto?

A – Não vejo, se tiver manutenção. Olha o que me assusta dentro do projeto do Parque é a manutenção dele. É um projeto magnífico, mas qual vai ser esse mecanismo de manutenção? Quem vai ser essa empresa, essa mão de obra?

B – Sim, muito importante o seu ponto. A, eu vou deixar você ir, muito obrigada por essa conversa ela foi incrível. Eu quero muito ir aí pra gente se conhecer e poder participar de um desses seminários que você falou.

A – Vem sim a comunidade está de portas abertas. Vai ser muito legal, você vai gostar.

B – Me avisa quanto tiver que eu vou! Muito obrigada! Tchau Tchau

A – Tchau.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o(a) Prof(a) Dr(a) **TAMARA TANIA COHEN EGLER**, compôs a comissão avaliadora do(a) Dissertação **“O PROCESSO DE COCRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO DO PARQUE ORLA PIRATININGA”**, do(a) aluno(a) **Bianca Harari**, do curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, em 14/05/21.

Orientador:

Sílvia Monnerat Barbosa

Membros da Comissão Avaliadora:

Profª Sílvia Monnerat Barbosa

Profº Jimmy Medeiros

Profª Tamara Tania Cohen Egler

Profº João Marcelo Ehlert Maia

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2021.

Elzinara Conceição de Almeida
Secretaria de Registros Acadêmicos

DECL.BANCA.Tamara Tania Cohen Egler (DECL.BANCA.Tamara Tania Cohen Egler.pdf)

Código do documento 0d5b3d9a-abde-4be1-86cf-08d8f8f993f0

**Assinaturas**

Elzinara Conceição de Almeida
elzinara.almeida@fgv.br
Assinou

**Eventos do documento****07/05/2021, 19:56:20**AUREA FONSECA - E-mail: aurea.fonseca@fgv.br **solicitou assinaturas.****10/05/2021, 09:41:41**ELZINARA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA **assinou** (Autenticidade cf2e51edd97249a5b750ce5054e3aa11) - E-mail: elzinara.almeida@fgv.br - CPF: 000.764.777-89 - IP: 10.20.12.46 - **Geolocalização: -22.9327172, -43.18439259999995****Hash do documento original**

[SHA256]: e1f79dab00f63a34ef75cc3055457b824d74b5540e00f2940c05d11ce4853192

[SHA512]: f8b1d72deb43941770af65fd05bc0b626d98fb20c5c8cedcaf4b8deeda61c6792b35bb3ba50692f751eae4986104475352c22d396d99a0b53263dd1b86a63423

Esse log pertence **única e exclusivamente** ao documento do HASH acima**A Fundação Getúlio Vargas através do seu certificado digital, valida e certifica que as assinaturas foram executadas de acordo com os dados acima declarados.**

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o(a) Prof(a) Dr(a) **SÍLVIA MONNERAT BARBOSA**, compôs a comissão avaliadora do(a) Dissertação “**O PROCESSO DE COCRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO DO PARQUE ORLA PIRATININGA**”, do(a) aluno(a) **Bianca Harari**, do curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, em 14/05/21.

Orientador:

Sílvia Monnerat Barbosa

Membros da Comissão Avaliadora:

Profª Sílvia Monnerat Barbosa

Profº Jimmy Medeiros

Profª Tamara Tania Cohen Egler

Profº João Marcelo Ehlert Maia

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2021.

Elzinara Conceição de Almeida
Secretaria de Registros Acadêmicos

DECL.BANCA.Sílvia Monnerat Barbosa (DECL.BANCA.Sílvia Monnerat Barbosa.pdf)

Código do documento 9a4561a7-26fa-4b0f-86ce-08d8f8f993f0

**Assinaturas**

Elzinara Conceição de Almeida
elzinara.almeida@fgv.br
Assinou

**Eventos do documento****07/05/2021, 19:55:48**AUREA FONSECA - E-mail: aurea.fonseca@fgv.br **solicitou assinaturas.****10/05/2021, 09:41:40**

ELZINARA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA **assinou** (Autenticidade e517a12b36a74cf18a5692247e3084f9) - E-mail:
elzinara.almeida@fgv.br - CPF: 000.764.777-89 - IP: 10.20.12.46 - **Geolocalização: -22.9327172, -43.18439259999995**

Hash do documento original

[SHA256]: 7137788d07dced8093862d2d59fef38a784fd07a75fcef143a72ab48f3cd1946

[SHA512]: 9be94464ae145a651ab2ea225ced587134ab07a7c551b567f715208e47d40bab9c3c97a9c089a043803ef52a0c2b6267b5413b29c6a6af1c9caf3be36aa7b117

Esse log pertence **única e exclusivamente** ao documento do HASH acima

A Fundação Getúlio Vargas através do seu certificado digital, valida e certifica que as assinaturas foram executadas de acordo com os dados acima declarados.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o(a) Prof(a) Dr(a) **JOÃO MARCELO EHLERT MAIA**, compôs a comissão avaliadora do(a) Dissertação **“O PROCESSO DE COCRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO DO PARQUE ORLA PIRATININGA”**, do(a) aluno(a) **Bianca Harari**, do curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, em 14/05/21.

Orientador:

Sílvia Monnerat Barbosa

Membros da Comissão Avaliadora:

Profª Sílvia Monnerat Barbosa

Profº Jimmy Medeiros

Profª Tamara Tania Cohen Egler

Profº João Marcelo Ehlert Maia

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2021.

Elzinara Conceição de Almeida
Secretaria de Registros Acadêmicos

DECL.BANCA.João Marcelo Ehlert Maia (DECL.BANCA.João Marcelo Ehlert Maia.pdf)

Código do documento 6d8b8efe-c28c-4360-86cd-08d8f8f993f0

**Assinaturas**

Elzinara Conceição de Almeida
elzinara.almeida@fgv.br
Assinou

**Eventos do documento****07/05/2021, 19:55:28**AUREA FONSECA - E-mail: aurea.fonseca@fgv.br **solicitou assinaturas.****10/05/2021, 09:41:39**

ELZINARA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA **assinou** (Autenticidade 2761aecf380947cab769961740206fbc) - E-mail:
elzinara.almeida@fgv.br - CPF: 000.764.777-89 - IP: 10.20.12.46 - **Geolocalização: -22.9327172, -43.18439259999995**

Hash do documento original

[SHA256]: c84effadd1bda5d0abe3bb66bbe553dcfefa6b825f252a05a2e07de2d7bb4601

[SHA512]: c8a76c61d307b35b8f7961afee25f783ffcc1bcfae4ac5469c08be42b479973a2b18b903461fd6407f4fee5cf4
01dc505798f2a1e49bf715393a39be7395fda5Esse log pertence **única e exclusivamente** ao documento do HASH acima

A Fundação Getúlio Vargas através do seu certificado digital, valida e certifica que as assinaturas foram executadas de acordo com os dados acima declarados.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o(a) Prof(a) Dr(a) **JIMMY MEDEIROS**, compôs a comissão avaliadora do(a) Dissertação **“O PROCESSO DE COCRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO DO PARQUE ORLA PIRATININGA”**, do(a) aluno(a) **Bianca Harari**, do curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, em 14/05/21.

Orientador:

Sílvia Monnerat Barbosa

Membros da Comissão Avaliadora:

Profª Sílvia Monnerat Barbosa

Profº Jimmy Medeiros

Profª Tamara Tania Cohen Egler

Profº João Marcelo Ehlert Maia

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2021.

Elzinara Conceição de Almeida
Secretaria de Registros Acadêmicos

DECL.BANCA.Jimmy Medeiros (DECL.BANCA.Jimmy Medeiros.pdf)

Código do documento 68ea1043-c92c-4604-86cc-08d8f8f993f0

**Assinaturas**

Elzinara Conceição de Almeida
elzinara.almeida@fgv.br
Assinou

**Eventos do documento****07/05/2021, 19:55:04**AUREA FONSECA - E-mail: aurea.fonseca@fgv.br **solicitou assinaturas.****10/05/2021, 09:41:39**

ELZINARA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA **assinou** (Autenticidade 368b27b5a9bf4de983cb83b56453e51f) - E-mail:
elzinara.almeida@fgv.br - CPF: 000.764.777-89 - IP: 10.20.12.46 - **Geolocalização:** -22.9327172, -43.18439259999995

Hash do documento original

[SHA256]: 275c4c9c90fbdf5a01a2eb59508e54cae2652f26e3fa8692f270924034fc4b30

[SHA512]: 00d3c5de360a8569e0765a60a124570b536011d0815dba3df0b6b00f240eb3daa1873e0f1905bc3c52925b0ef0
1647e67a6bf7bba62ca7a2b9db2f1acdf90e13Esse log pertence **única e exclusivamente** ao documento do HASH acima

A Fundação Getúlio Vargas através do seu certificado digital, valida e certifica que as assinaturas foram executadas de acordo com os dados acima declarados.